

PROCURAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA DE ACUSAÇÃO EM NOME DE MENOR

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: [nome completo da mãe], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portadora da cédula de identidade RG nº [número], inscrita no CPF sob o nº [número], residente e domiciliada na [endereço completo], na cidade de [nome da cidade], estado [nome do estado], na qualidade de mãe e representante legal da filha [nome completo da filha], menor de idade, inscrita no CPF sob o nº [número da filha].

OUTORGADO: [nome completo do [advogado](#)], [nacionalidade], [estado civil], [advogado](#)(a), inscrito(a) na OAB/[UF] sob o nº [número], com escritório profissional na [endereço completo], na cidade de [nome da cidade], estado [nome do estado].

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, a OUTORGANTE nomeia e constitui seu bastante procurador o OUTORGADO, a quem confere amplos e ilimitados poderes para atuar como Assistente de Acusação no processo criminal nº [número do processo], em trâmite perante a [Vara Criminal], da Comarca de [nome da comarca], propondo as medidas judiciais cabíveis, acompanhando o processo em todos os seus termos e atos até final decisão, podendo, para tanto, requerer, transigir, acordar, recorrer, desistir e praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reservas de iguais poderes.

[Local], [data].

[Nome da mãe]

[Assinatura da mãe]
Nome completo da filha

FAQ – Procuração para Assistência de Acusação em Nome de Menor

O que é uma procuração para assistência de acusação em nome de menor?

É um documento jurídico que permite que os pais ou responsáveis legais de um menor representem seus interesses como assistente de acusação em um processo criminal, atuando ao lado do Ministério Público.

Quem pode outorgar essa procuração?

Os pais ou responsáveis legais do menor que foi vítima de um crime, sendo eles os representantes legais que atuarão em nome do menor.

Qual a finalidade dessa procuração?

Permitir que um advogado auxilie o Ministério Público na persecução penal, representando os interesses da vítima menor de idade no processo criminal.

É obrigatório constituir assistente

de acusação em processos criminais?

Não, é uma faculdade processual. A vítima ou seus representantes podem optar por acompanhar o processo sem constituir assistente de acusação.

Quais poderes são geralmente conferidos nessa procuração?

Poderes da cláusula ad judicium et extra, que incluem representar o menor perante qualquer juízo, propor e variar ações, transigir, desistir, receber valores, dar quitação, entre outros atos necessários para a defesa dos interesses da vítima.

A procuração precisa ser registrada em cartório?

Embora não seja sempre obrigatório, é recomendável o reconhecimento de firma dos outorgantes para maior segurança jurídica.

Quais informações precisam constar nessa procuração?

Dados completos dos outorgantes (pais/responsáveis), dados do menor representado, dados do(s) advogado(s) outorgado(s), finalidade específica (assistência à acusação), número do processo criminal (se já existente), poderes conferidos e assinatura dos outorgantes.

O assistente de acusação substitui

o Ministério Público?

Não. O assistente de acusação atua como auxiliar do Ministério Público, que continua sendo o titular da ação penal pública.

Qual o momento processual adequado para habilitar-se como assistente de acusação?

A habilitação pode ocorrer a qualquer momento, desde o início da ação penal até o trânsito em julgado da sentença, porém, quanto antes for feita, maior a possibilidade de participação ativa no processo.

Quais são os direitos do assistente de acusação no processo?

O assistente pode propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, participar dos debates orais, arrazoar recursos interpostos pelo Ministério Público e recorrer das decisões, mesmo que o MP não o faça, em situações específicas previstas em lei.

A procuração pode ser revogada?

Sim, os pais ou responsáveis legais podem revogar a procuração a qualquer momento, mediante comunicação ao juízo.

É possível substabelecer os poderes conferidos na procuração?

Sim, desde que a procuração original autorize o substabelecimento, permitindo que o advogado originalmente constituído transfira seus poderes a outro profissional.

Procuração para atuar como assistente de acusação

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) da cédula de identidade RG nº [número], inscrito(a) no CPF sob o nº [número], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], na cidade de [nome da cidade], estado [nome do estado].

OUTORGADO: [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], advogado(a), inscrito(a) na OAB/[UF] sob o nº [número], com escritório profissional na [endereço completo], na cidade de [nome da cidade], estado [nome do estado].

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o OUTORGANTE nomeia e constitui seu bastante procurador o OUTORGADO, a quem confere amplos e ilimitados poderes para atuar como Assistente de Acusação no processo criminal nº [número do processo], em trâmite perante a [Vara Criminal], da Comarca de [nome da comarca], propondo as medidas judiciais cabíveis, acompanhando o processo em todos os seus termos e atos até final decisão, podendo, para tanto, requerer, transigir, acordar, recorrer, desistir e praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reservas de iguais poderes.

[Local], [data].

[Nome do outorgante]

FAQ – Procuração para Atuar como Assistente de Acusação

O que é um assistente de acusação?

É uma figura processual penal que permite à vítima ou a seus representantes legais participar do processo criminal ao lado do Ministério Público, auxiliando na acusação do réu. Está previsto nos artigos 268 a 273 do Código de Processo Penal brasileiro.

Quem pode se habilitar como assistente de acusação?

Podem se habilitar como assistentes de acusação: a vítima (ofendido), seu representante legal ou seus herdeiros, no caso de falecimento ou ausência da vítima. Em crimes que afetam interesses difusos, entidades representativas também podem solicitar habilitação.

Quando é possível solicitar a habilitação como assistente de acusação?

A habilitação pode ser solicitada a partir do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público até o trânsito em julgado da sentença. É mais efetiva quando feita no início do processo, para que o assistente possa participar de todas as fases da instrução criminal.

É obrigatório contratar um advogado para atuar como assistente de acusação?

Sim, a habilitação como assistente de acusação só pode ser feita através de [advogado](#) constituído, que representará os interesses da vítima ou seus representantes no processo penal. Esta representação é formalizada através de procuração específica.

Quais poderes devem constar na procuração para assistente de acusação?

A procuração deve conter poderes específicos para representar o outorgante como assistente de acusação no processo criminal, incluindo poderes para requerer diligências, participar de audiências, apresentar memoriais, interpor recursos e praticar todos os atos necessários ao exercício dessa função.

A procuração para assistente de acusação é diferente de uma procuração comum?

Sim, é uma procuração específica que deve mencionar expressamente os poderes para atuar como assistente de acusação, o número do processo criminal e a vara onde tramita. Deve também identificar claramente quem é o réu no processo e qual o crime em questão.

Quais são os direitos do assistente de acusação no processo penal?

O assistente de acusação pode: propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, participar dos debates orais, arrazoar recursos interpostos pelo Ministério Público, interpor recursos das decisões que absolvam o réu ou extingam a punibilidade, e participar das audiências de instrução e julgamento.

O assistente de acusação pode agir independentemente do Ministério Público?

Não completamente. O assistente de acusação atua como auxiliar do Ministério Público, não podendo contrariar a manifestação deste. Porém, pode recorrer mesmo que o Ministério Público não o faça, e pode requerer diligências que o promotor não tenha solicitado.

O que acontece se o Ministério Público pedir a absolvição do réu?

Mesmo que o Ministério Público peça a absolvição do réu em suas alegações finais, o assistente de acusação pode apresentar suas próprias alegações pedindo a condenação. No entanto, a jurisprudência tem entendido que o poder do assistente é limitado nessas situações.

É possível revogar a procuração de assistente de acusação?

Sim, como qualquer procuração, esta pode ser revogada a

qualquer momento pelo outorgante. A revogação deve ser formalizada nos autos do processo, e um novo [advogado](#) pode ser constituído se o outorgante desejar continuar como assistente de acusação.

A procuração para assistente de acusação precisa ser pública (lavrada em cartório)?

Não necessariamente. A procuração pode ser por instrumento particular com firma reconhecida em cartório ou assinatura digital. Em alguns casos, o juiz pode exigir procuração pública, mas isso não é um requisito legal obrigatório.

Existe alguma taxa ou custo para atuar como assistente de acusação?

Não há custas processuais específicas para a habilitação como assistente de acusação. No entanto, o outorgante deverá arcar com os honorários do advogado contratado, a menos que obtenha assistência jurídica gratuita.

Quais crimes permitem a atuação de assistente de acusação?

A assistência à acusação é possível em qualquer crime de ação penal pública (condicionada ou incondicionada). Nos crimes de ação penal privada não cabe assistente, pois nestes casos a própria vítima já é a parte acusadora através de seu advogado (querelante).

É possível atuar como assistente de acusação em casos que tramitam no Tribunal do Júri?

Sim, é possível e até comum a habilitação de assistente de acusação em processos do Tribunal do Júri (homicídios dolosos). O assistente pode participar tanto da fase de instrução quanto da sessão de julgamento, com direito a tempo para sustentação oral perante os jurados.

O que acontece se a procuração não contiver expressamente poderes para atuar como assistente de acusação?

Se a procuração não mencionar expressamente os poderes para atuar como assistente de acusação, o juiz poderá não aceitar a habilitação ou determinar que seja apresentada nova procuração com os poderes específicos necessários.

A procuração para assistente de acusação necessita de reconhecimento de firma?

É recomendável que a assinatura do outorgante seja reconhecida em cartório para evitar questionamentos sobre sua autenticidade. Em caso de procuração com assinatura digital certificada, o reconhecimento de firma é dispensado.

Modelo de Procuração para atuar como assistente de Acusação

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
Segue abaixo um modelo de Procuração para atuar como assistente de acusação em processo criminal. Lembrando que este é apenas um modelo, sendo recomendável a consulta a um [advogado](#) para adaptação conforme as especificidades do caso concreto.

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE: [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) da cédula de identidade RG nº [número], inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [número], residente e domiciliado(a) na [endereço completo com CEP].

OUTORGADO: [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], advogado(a), inscrito(a) na OAB/[estado] sob o nº [número], com escritório profissional situado na [endereço completo com CEP].

PODERES: Pela presente procuração, o OUTORGANTE nomeia e constitui seu bastante procurador o OUTORGADO, a quem confere amplos poderes para atuar em seu nome como assistente de acusação nos autos do Processo Crime nº [número], em trâmite perante a [vara criminal], da Comarca de [cidade/estado], acompanhando o processo, prestando esclarecimentos, juntando documentos, participando de audiências, apresentando memoriais e razões, interpondo recursos, bem como praticando todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reservas de poderes.

[Cidade], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome e assinatura do outorgante]

FAQ – Modelo de Procuração para Atuar como Assistente de Acusação

O que é uma procuração para atuar como assistente de acusação?

É um documento legal que confere poderes a um [advogado](#) para representar a vítima ou seus familiares em um processo criminal, permitindo que participem ativamente da ação penal ao lado do Ministério Público, contribuindo com a acusação contra o réu.

Quem pode outorgar uma procuração para assistente de acusação?

Pode outorgar a procuração: a vítima direta do crime, seu representante legal (no caso de incapacidade), seus herdeiros (em caso de falecimento da vítima), ou pessoas jurídicas lesadas pelo delito através de seus representantes legais.

Quais informações são essenciais em uma procuração para assistente de acusação?

A procuração deve conter: qualificação completa do outorgante (vítima ou representante), qualificação do [advogado](#) que atuará como assistente, identificação do processo criminal (número e

vara), identificação do réu, descrição do crime, poderes específicos concedidos ao advogado, e assinatura do outorgante.

Preciso especificar o processo criminal na procuração?

Sim, é fundamental que a procuração indique o número do processo criminal, a vara onde tramita e, se possível, mencione o réu e o crime pelo qual está sendo processado. Estas informações garantem a especificidade necessária ao documento.

Quais poderes específicos devem constar na procuração?

A procuração deve conferir expressamente poderes para “atuar como assistente de acusação”, além dos poderes da cláusula ad judicium et extra (representação em juízo e fora dele), poderes para requerer diligências, apresentar alegações, interpor recursos, participar de audiências e todos os atos necessários ao desempenho da função.

É necessário reconhecer firma na procuração para assistente de acusação?

Embora não seja exigência legal expressa, é altamente recomendável que a assinatura do outorgante seja reconhecida em cartório para evitar questionamentos sobre a autenticidade do documento. Alguns juízos podem exigir o reconhecimento de firma.

A procuração para assistente de acusação pode ser substabelecida?

Sim, desde que conste expressamente o poder de substabelecer na procuração original. Isso permite que o advogado constituído possa transferir os poderes recebidos para outro advogado, com ou sem reserva de poderes, conforme autorizado pelo outorgante.

Posso revogar a procuração de assistente de acusação durante o processo?

Sim, o outorgante pode revogar a procuração a qualquer momento, mediante petição nos autos do processo ou por meio de uma nova procuração que revogue expressamente a anterior. A revogação não impede a constituição de novo advogado para prosseguir como assistente.

A procuração precisa ser pública (feita em cartório de notas)?

Não necessariamente. A procuração pode ser particular (redigida e assinada pelo próprio outorgante), desde que contenha todos os elementos necessários e, preferencialmente, tenha firma reconhecida. Contudo, alguns juízes podem exigir procuração pública em casos específicos.

Em que momento do processo posso apresentar a procuração para

assistente de acusação?

A procuração pode ser apresentada a partir do recebimento da denúncia pelo juiz até o trânsito em julgado da sentença. Entretanto, é mais vantajoso apresentá-la no início do processo para que o assistente possa participar de toda a instrução processual.

O que acontece se a procuração estiver incompleta ou com poderes insuficientes?

Se a procuração não contiver os poderes específicos para atuar como assistente de acusação ou estiver incompleta, o juiz poderá determinar sua emenda, concedendo prazo para apresentação de nova procuração adequada. Caso não seja regularizada, o pedido de habilitação como assistente poderá ser indeferido.

A procuração para assistente de acusação tem prazo de validade?

A procuração, se não contiver prazo específico, é válida até o final do processo ou até sua revogação. É possível estabelecer um prazo determinado na procuração, mas isso não é comum em casos criminais, que podem se estender por anos.

Um único advogado pode representar múltiplas vítimas como assistentes de acusação?

Sim, desde que não haja conflito de interesses entre elas. Neste caso, cada vítima ou familiar deve outorgar sua própria

procuração ao mesmo advogado, que representará todos os assistentes no processo.

É necessário apresentar documentos adicionais junto com a procuração?

Sim, além da procuração, geralmente é necessário apresentar documentos que comprovem a legitimidade do outorgante, como: documentos pessoais da vítima, certidão de óbito (em caso de crime com resultado morte), documentos que comprovem a relação de parentesco (para herdeiros) ou representação legal.

A procuração para assistente de acusação serve para processos cíveis relacionados ao mesmo crime?

Não. A procuração específica para assistente de acusação limita-se ao processo criminal. Para ingressar com ação cível de reparação de danos decorrentes do mesmo crime, é necessária uma procuração distinta, com poderes específicos para o juízo cível.

O que acontece se eu não especificar o poder de recorrer na procuração?

Os poderes para interpor recursos devem estar expressos ou implícitos na procuração. Se houver dúvida sobre a extensão dos poderes, o juiz pode exigir procuração com poderes específicos para recorrer. Por isso, é recomendável que

Modelo de Procuração para defesa criminal com cláusula AD JUDICIA ET EXTRA para Queixa-Crime

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: [Nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) da cédula de identidade RG nº [número], inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [número], residente e domiciliado(a) na [endereço completo], na cidade de [cidade], estado de [estado].

OUTORGADO(S): [Nome completo do advogado], inscrito(a) na OAB/[estado] sob o nº [número], com escritório profissional situado na [endereço completo], na cidade de [cidade], estado de [estado].

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, o(a) OUTORGANTE nomeia e constitui seu(sua) bastante procurador(a) o(a) OUTORGADO(A), a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(a) nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especificamente para atuar na defesa dos

interesses do(a) OUTORGANTE nos autos da queixa-crime a ser proposta por [nome do querelante] em face do(a) OUTORGANTE.

[Local e data]

[Nome completo e assinatura do outorgante]

Esta procuração é um modelo básico para defesa criminal em uma queixa-crime, incluindo a cláusula “AD JUDICIA ET EXTRA”, que permite ao advogado atuar tanto em juízo como fora dele. É importante lembrar que este é apenas um modelo e deve ser adaptado de acordo com as necessidades específicas de cada caso, além de seguir as formalidades e exigências legais do local onde será utilizado.

FAQ – Procuração para Defesa Criminal com Cláusula Ad Judicia Et Extra para Queixa-Crime

O que é uma procuração para defesa criminal com cláusula ad judicium et extra?

É um instrumento legal pelo qual uma pessoa (outorgante) confere poderes a um advogado (outorgado) para representá-la em procedimentos criminais, tanto em juízo quanto fora dele. A cláusula “ad judicium et extra” significa “para o juízo e além”, indicando que o advogado pode atuar tanto em atos judiciais quanto extrajudiciais.

Qual a diferença entre uma procuração comum e uma específica para queixa-crime?

A procuração para queixa-crime contém poderes específicos para iniciar uma ação penal privada, o que não está abrangido em procurações gerais. Ela autoriza expressamente o advogado a apresentar queixa-crime em nome do outorgante contra pessoa determinada, por crime específico.

O que é uma queixa-crime?

É a petição inicial da ação penal privada, apresentada pela vítima ou seu representante legal, por meio de advogado, nos crimes em que a lei não atribui a iniciativa ao Ministério Público. É o equivalente à denúncia nas ações penais públicas.

Quais crimes podem ser processados mediante queixa-crime?

São processados mediante queixa-crime os crimes de ação penal privada, como: calúnia, difamação, injúria (crimes contra a honra), dano simples, violação de correspondência, violação de segredo profissional, entre outros especificados na lei penal.

Quais poderes específicos devem constar na procuração para queixa-crime?

A procuração deve conter expressamente o poder para “oferecer queixa-crime”, além de identificar o querelado (pessoa contra quem se oferece a queixa) e o crime específico. Também deve incluir poderes para representar o outorgante em todas as

fases do processo, inclusive para receber citação inicial.

Qual o prazo de validade de uma procuração para queixa-crime?

Se não houver prazo expressamente determinado no documento, a procuração é válida até a conclusão do processo ou até sua revogação pelo outorgante. Entretanto, o direito de apresentar a queixa-crime decai em 6 meses contados da data em que o ofendido souber quem é o autor do crime.

A procuração precisa ser reconhecida em cartório?

Recomenda-se que a assinatura do outorgante seja reconhecida em cartório (reconhecimento de firma) para garantir a autenticidade do documento e evitar questionamentos. Alguns juízos exigem expressamente este reconhecimento.

É possível incluir mais de um advogado na mesma procuração?

Sim, o outorgante pode constituir mais de um advogado na mesma procuração, conferindo-lhes os mesmos poderes. Neste caso, os [advogados](#) podem atuar em conjunto ou separadamente, conforme especificado no documento.

Posso revogar a procuração depois de oferecida a queixa-crime?

Sim, o outorgante pode revogar a procuração a qualquer momento mediante comunicação expressa ao advogado e petição informando ao juízo. Contudo, após o oferecimento da queixa-crime, a revogação não interrompe o andamento do processo, sendo

necessário constituir novo [advogado](#) para continuar a representação.

O que é o poder de transigir em uma procuração criminal?

É o poder concedido ao advogado para celebrar acordos em nome do outorgante, como aceitar propostas de transação penal, suspensão condicional do processo ou acordos de não persecução penal, conforme permitido pela legislação penal.

É necessário especificar o foro na procuração para queixa-crime?

Embora não seja obrigatório, é recomendável especificar o foro onde a queixa-crime será apresentada. Isso torna a procuração mais clara e específica, evitando questionamentos sobre sua abrangência.

O que acontece se a procuração não tiver poderes específicos para queixa-crime?

Se a procuração não contiver expressamente os poderes para oferecer queixa-crime, o juiz poderá determinar a emenda do documento ou, em casos mais graves, rejeitar a queixa por ilegitimidade do procurador, o que pode levar à decadência do direito se o prazo de 6 meses já tiver expirado.

Posso usar a mesma procuração para ajuizar ação cível de danos morais

decorrentes do mesmo crime?

Depende. Se a procuração contiver poderes amplos e especificar que vale para esferas cível e criminal, sim. Caso contrário, é recomendável uma procuração específica para cada esfera, evitando questionamentos sobre a extensão dos poderes conferidos.

Quem pode outorgar uma procuração para queixa-crime?

Pode outorgar a procuração a vítima do crime (o ofendido), seu representante legal (no caso de menores ou incapazes) ou, no caso de falecimento da vítima, seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, conforme a ordem legal de sucessão.

O substabelecimento de poderes é permitido em procurações para queixa-crime?

Sim, desde que o poder de substabelecer esteja expressamente previsto na procuração original. O substabelecimento permite que o advogado originalmente constituído transfira seus poderes, total ou parcialmente, a outro advogado.

Como deve ser feita a identificação do querelado na procuração?

O querelado (pessoa contra quem se oferece a queixa-crime) deve ser identificado pelo nome completo e, se possível, incluir outros dados qualificativos como CPF, RG, profissão ou endereço. Em casos onde o querelado não é plenamente identificado, pode-se usar a expressão “e quem mais se apurar no curso da investigação”, desde que haja elementos mínimos de

identificação.

É possível apresentar queixa-crime contra pessoa jurídica?

Em regra, não é possível oferecer queixa-crime contra pessoa jurídica, exceto nos crimes ambientais (Lei 9.605/98). Nos demais casos, a queixa deve ser dirigida contra as pessoas físicas responsáveis pelo ato criminoso, como sócios, diretores ou funcionários identificados.

Pode-se desistir do processo após oferecida a queixa-crime?

Sim, o querelante pode desistir da ação penal privada a qualquer momento antes da sentença, através do instituto chamado “perdão do ofendido”. Para isso, o advogado precisa ter poderes específicos para transigir e acordar, e o querelado precisa aceitar o perdão expressamente.

O que acontece se o outorgante falecer durante o processo iniciado por queixa-crime?

Se o outorgante (querelante) falecer durante o processo, o direito de prosseguir com a ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, nesta ordem. Essas pessoas deverão se habilitar nos autos dentro de 60 dias após o falecimento, constituindo novo advogado ou ratificando a procuração existente.

Uma procuração para queixa-crime pode ser substituída no curso do processo?

Sim, o outorgante pode substituir a procuração e o advogado a qualquer momento, mediante revogação da procuração anterior e constituição de novo procurador. É importante comunicar formalmente essa substituição nos autos do processo.

A procuração para queixa-crime precisa ser pública (feita em cartório)?

Não necessariamente. A procuração pode ser por instrumento particular, desde que contenha os poderes específicos necessários e, preferencialmente, tenha firma reconhecida. No entanto, alguns juízos podem exigir procuração pública em casos específicos.

O que significa a expressão “cláusula ad judicium” na procuração?

A cláusula “ad judicium” significa “para o juízo” em latim e confere poderes ao advogado para representar o outorgante em todos os atos judiciais do processo, como apresentar petições, comparecer a audiências, produzir provas e interpor recursos.

E o que acrescenta a expressão “et extra” à procuração?

A expressão “et extra” (que significa “e além”) complementa a

cláusula “ad judicium”, estendendo os poderes do advogado para além dos atos judiciais, incluindo representação em atos extrajudiciais como acordos, negociações, notificações e procedimentos administrativos relacionados ao caso.

É necessário especificar o crime na procuração para queixa-crime?

Sim, é fundamental que a procuração especifique claramente qual o crime pelo qual se pretende oferecer a queixa-crime. Isso confere segurança jurídica e delimita a atuação do advogado, evitando questionamentos sobre a extensão dos poderes conferidos.

Posso usar uma procuração para queixa-crime para representar em outros procedimentos criminais?

Não. A procuração específica para queixa-crime limita-se ao caso específico mencionado no documento. Para representação em outros procedimentos criminais, será necessária nova procuração ou uma procuração genérica para defesa criminal, dependendo da situação.

O que acontece se a procuração tiver algum erro na identificação do querelado?

Erros na identificação do querelado podem ser corrigidos por aditamento, desde que não modifiquem substancialmente a acusação e estejam dentro do prazo decadencial de 6 meses. Em caso de erro grave, pode ser necessária nova procuração com a identificação correta.

A procuração para queixa-crime pode ser digital?

Sim, com o avanço da digitalização dos processos judiciais, as procurações podem ser assinadas digitalmente com certificado digital válido, dispensando o reconhecimento de firma. Nesses casos, o documento digital tem a mesma validade jurídica do documento físico.

O que acontece se a procuração não tiver o poder específico para receber citação?

Nos processos de queixa-crime, a ausência do poder específico para receber citação pode gerar problemas procedimentais, especialmente se o querelado apresentar reconvenção (contra-queixa). Por isso, é recomendável incluir expressamente esse poder na procuração.

É possível incluir cláusula de honorários na procuração para queixa-crime?

Embora seja possível, não é recomendável incluir cláusulas de honorários na procuração. O ideal é que os honorários advocatícios sejam estabelecidos em contrato separado, específico para essa finalidade, evitando misturar questões financeiras com o instrumento de mandato.

Modelo de Procuração para defesa criminal com cláusula AD JUDICIA ET EXTRA

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: [NOME COMPLETO], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº [NÚMERO], inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [NÚMERO], residente e domiciliado(a) na [ENDEREÇO COMPLETO], na cidade de [CIDADE], Estado de [ESTADO].

OUTORGADO(S): [NOME COMPLETO], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], advogado(a), inscrito(a) na OAB/[UF] sob o nº [NÚMERO], com escritório profissional na [ENDEREÇO COMPLETO], na cidade de [CIDADE], Estado de [ESTADO].

PODERES: Pelo presente instrumento particular de mandato, o(a) OUTORGANTE nomeia e constitui seu(sua) bastante procurador(a) o(a) OUTORGADO(A), a quem confere amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula AD JUDICIA ET EXTRA, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(a) nas contrárias, acompanhando umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para atuar na defesa dos interesses do(a) OUTORGANTE em processo(s) criminal(is).

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de [ANO].

[NOME DO OUTORGANTE]

Outorgante

Testemunhas:

1. Nome:

RG:

2. _____

Nome:

RG:

Este modelo serve como uma orientação geral. É sempre recomendável consultar um advogado para garantir que a procuração atenda às necessidades específicas do caso e esteja em conformidade com as leis locais.]

FAQ – Procuração para Defesa Criminal com Cláusula Ad Judicia Et Extra

O que é uma procuração para defesa criminal?

É um documento legal pelo qual um acusado ou investigado (outorgante) concede poderes a um advogado (outorgado) para representá-lo em todos os atos relacionados a um processo criminal, permitindo que o profissional realize sua defesa perante o Poder Judiciário e outras instituições.

O que significa a cláusula “ad judicium et extra”?

A expressão latina “ad judicium et extra” significa “para o juízo e além”. Esta cláusula confere ao advogado poderes para representar o cliente tanto em atos judiciais (dentro do processo) quanto extrajudiciais (fora do processo, como em delegacias, órgãos administrativos ou negociações).

Quais são os poderes básicos incluídos em uma procuração com cláusula ad judicium et extra?

Os poderes básicos incluem: representação em qualquer juízo, instância ou tribunal; propor ações; contestar; apresentar defesa prévia; acompanhar audiências; produzir provas; interpor recursos; fazer acordos; receber citações; e praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do mandato.

É necessário que a procuração especifique o processo criminal?

Sim, é recomendável que a procuração identifique o processo criminal específico (número do processo, vara, comarca) ou o inquérito policial ao qual se refere. Isso torna o documento mais preciso e evita questionamentos sobre a extensão dos poderes concedidos.

Posso incluir vários advogados na mesma procuração?

Sim, é possível outorgar poderes a mais de um advogado na mesma procuração. Neste caso, pode-se especificar se eles

atuarão em conjunto ou separadamente. A inclusão de múltiplos advogados é comum em casos complexos ou que exigem especialidades diferentes.

Qual a importância do poder de substabelecer em uma procuração criminal?

O poder de substabelecer permite que o advogado originalmente constituído transfira os poderes recebidos a outro advogado, com ou sem reserva de poderes. É essencial para garantir a continuidade da defesa em caso de impedimento do advogado principal, especialmente em situações urgentes.

A procuração para defesa criminal precisa ser reconhecida em cartório?

Embora não seja uma exigência legal absoluta, o reconhecimento de firma do outorgante em cartório é altamente recomendável, pois confere maior segurança jurídica ao documento. Alguns juízos e tribunais podem exigir o reconhecimento de firma para aceitar a representação.

Qual a diferença entre procuração com reserva de poderes e sem reserva de poderes?

Quando o substabelecimento é feito com reserva de poderes, o advogado original continua detendo os poderes e pode atuar no processo. Já no substabelecimento sem reserva de poderes, o advogado original transfere integralmente seus poderes a outro advogado, deixando de ter legitimidade para atuar no caso.

Posso revogar uma procuração para defesa criminal?

Sim, o outorgante pode revogar a procuração a qualquer momento, mediante comunicação expressa ao advogado e petição informando ao juízo. A revogação não prejudica os atos já praticados pelo advogado anteriormente, mas impede sua atuação futura no processo.

O que acontece se eu não revogar formalmente a procuração mas constituir novo advogado?

A constituição de novo advogado sem a revogação expressa da procuração anterior pode gerar uma situação de múltipla representação. Em regra, o juiz aceitará a atuação do advogado mais recentemente constituído, mas é sempre recomendável formalizar a revogação para evitar confusões processuais.

A procuração para defesa criminal tem prazo de validade?

Se não houver prazo expressamente determinado no documento, a procuração é válida até a conclusão do processo ou até sua revogação. É possível estabelecer um prazo específico de validade, mas isso é incomum em casos criminais, que frequentemente se estendem por longo período.

O que é o poder de “confessar” em uma procuração criminal e quais

suas implicações?

O poder de confessar autoriza o advogado a admitir a prática do crime em nome do outorgante. Devido à gravidade desta atribuição, muitos acusados optam por excluir expressamente este poder da procuração, ou o advogado evita utilizá-lo sem autorização específica e documentada do cliente para cada situação.

Uma procuração para defesa criminal serve para processos cíveis relacionados aos mesmos fatos?

Não automaticamente. Uma procuração específica para defesa criminal limita-se à esfera penal. Para representação em processos cíveis decorrentes dos mesmos fatos (como indenizações), é necessária uma procuração distinta ou uma procuração que mencione expressamente ambas as esferas.

O que significa o poder de “transigir” em uma procuração criminal?

O poder de transigir autoriza o advogado a celebrar acordos em nome do cliente, como aceitar propostas de suspensão condicional do processo, transação penal, acordo de não persecução penal ou colaboração premiada, conforme permitido pela legislação penal.

Posso limitar os poderes do advogado na procuração criminal?

Sim, o outorgante pode limitar os poderes conferidos ao

advogado, excluindo expressamente determinadas faculdades (como confessar, transigir ou desistir) ou restringindo a atuação a certos atos processuais específicos. Essas limitações devem constar claramente no documento.

A procuração para defesa criminal pode ser digital?

Sim, com a modernização do sistema judiciário, procurações assinadas digitalmente com certificado digital válido (ICP-Brasil) são amplamente aceitas nos processos eletrônicos. Elas têm a mesma validade jurídica que documentos físicos e dispensam reconhecimento de firma, proporcionando maior agilidade, especialmente em casos urgentes.

É necessário especificar os poderes para acompanhar inquérito policial?

Sim, se o cliente estiver sendo investigado e deseja ser representado na fase pré-processual, é importante que a procuração mencione expressamente os poderes para acompanhar inquérito policial, requerer diligências, apresentar defesa preliminar e acessar documentos na delegacia de polícia ou outras autoridades investigativas.

Posso usar uma procuração geral para defesa criminal?

Não é recomendável. Embora procurações gerais possam conter a cláusula ad judicium et extra, é preferível utilizar uma procuração específica para o processo criminal, identificando o número do inquérito ou processo, a vara criminal e as partes envolvidas, garantindo maior segurança jurídica e evitando questionamentos sobre sua validade.

O que acontece se a procuração estiver com dados incompletos ou incorretos?

Procurações com dados incompletos ou incorretos podem ter sua validade questionada. Normalmente, o juiz concederá prazo para a regularização do documento mediante apresentação de nova procuração ou aditamento. Porém, em casos graves, a atuação do advogado pode ser considerada ilegítima até a correção.

Posso outorgar procuração estando preso?

Sim, uma pessoa presa pode outorgar procuração para sua defesa. Nesse caso, a assinatura do outorgante pode ser colhida no estabelecimento prisional, geralmente com a presença de duas testemunhas e com a autenticação por funcionário público autorizado (como o diretor do presídio) ou por um oficial de cartório que se desloque até o local.

Quais dados do outorgante e outorgado são indispensáveis na procuração?

São indispensáveis na procuração: nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço do outorgante; nome completo e número de inscrição na OAB do advogado outorgado. O CPF do outorgante é altamente recomendável, assim como o endereço profissional completo do advogado.

A procuração precisa ser pública (feita em cartório de notas)?

Não necessariamente. A procuração para defesa criminal pode ser particular (redigida pelo próprio outorgante ou seu advogado e assinada pelo outorgante), desde que contenha todos os elementos necessários e, preferencialmente, tenha firma reconhecida. Contudo, em alguns casos mais complexos, uma procuração pública pode oferecer maior segurança.

O que é uma cláusula de ratificação de atos em uma procuração criminal?

É uma cláusula que valida retroativamente atos já praticados pelo advogado antes da formalização da procuração. É comum em situações emergenciais, quando o advogado precisou atuar rapidamente (como em flagrantes) antes de obter a procuração formal. Ela confirma que o cliente aprova todos os atos anteriormente realizados em sua defesa.

Posso incluir poder para receber valores ou bens apreendidos em meu nome?

Sim, é possível incluir poderes específicos para que o [advogado](#) receba valores, fianças restituídas ou bens apreendidos no processo criminal em nome do outorgante. Entretanto, esse poder deve ser explícito na procuração, pois não está automaticamente incluído na cláusula ad judicia et extra.

Qual a diferença entre uma procuração para defesa criminal e uma para queixa-crime?

A procuração para defesa criminal é outorgada pelo acusado para que o advogado o defenda em um processo. Já a procuração para queixa-crime é outorgada pela vítima para que o advogado inicie uma ação penal privada contra o suposto autor do crime. São documentos com finalidades opostas e poderes específicos distintos.

É possível usar a mesma procuração para o processo de conhecimento e para a execução penal?

Tecnicamente sim, se a procuração contiver poderes amplos e não tiver limitação temporal. Contudo, é comum e recomendável que seja feita nova procuração específica para a fase de execução penal, especialmente se houver mudança de advogado ou se a procuração original for muito antiga.

O que significa o poder de “receber citação” em uma procuração criminal?

É o poder conferido ao advogado para receber oficialmente a comunicação de que existe um processo contra o outorgante. Este poder é importante principalmente em ações penais privadas (queixa-crime) onde pode haver reconvenção, mas também em outros casos onde o réu possa figurar como parte em incidentes processuais.

Posso ter um advogado diferente para cada fase do processo criminal?

Sim, o outorgante pode constituir [advogados](#) diferentes para cada fase processual (inquérito, instrução, recursos, execução penal). Para isso, pode outorgar procurações específicas para cada fase ou para cada advogado, delimitando claramente a atuação de cada profissional no processo.

O defensor público precisa de procuração para atuar em um processo criminal?

Não. O defensor público não necessita de procuração para atuar na defesa criminal, pois sua legitimidade decorre da própria lei. Quando o réu não constitui advogado particular, o juiz nomeará a Defensoria Pública ou, na sua ausência, um advogado dativo. Em ambos os casos, a atuação independe de procuração formal, sendo suficiente o termo de nomeação nos autos.

O que acontece se eu constituir advogado particular estando representado pela Defensoria Pública?

Ao constituir advogado particular mediante procuração, a representação pela Defensoria Pública é automaticamente encerrada. O advogado particular deve peticionar informando sua constituição e solicitar vista dos autos. A partir desse momento, todas as intimações serão dirigidas ao advogado

constituído, não mais ao defensor público.

É necessário que a procuração especifique todas as instâncias judiciais?

É altamente recomendável que a procuração mencione expressamente que os poderes se estendem a todas as instâncias, graus de jurisdição e tribunais, incluindo tribunais superiores (STJ e STF). Isso evita questionamentos sobre a legitimidade do advogado para atuar em recursos aos tribunais superiores ou em instâncias recursais.

Uma procuração com poderes gerais para o foro é suficiente para defesa criminal?

Não. Para atuar em processos criminais, recomenda-se uma procuração específica com cláusula ad judicium et extra. Uma procuração com poderes genéricos “para o foro em geral” pode ser considerada insuficiente para certos atos processuais penais, especialmente aqueles que exigem poderes específicos, como transigir em acordos penais.

Como deve ser feito o substabelecimento de uma procuração criminal?

O substabelecimento deve ser feito por escrito, identificando claramente o processo, o advogado original (substabelecete), o advogado que receberá os poderes (substabelecido) e especificando se é com ou sem reserva de poderes. O documento deve ser assinado pelo advogado substabelecete e juntado aos

autos do processo.

A procuração continua válida após o trânsito em julgado da sentença criminal?

Sim, a procuração continua válida após o trânsito em julgado, permitindo que o advogado atue em eventuais revisões criminais, habeas corpus, ou outros procedimentos relacionados à sentença transitada. No entanto, para a fase de execução penal, embora a procuração original possa ser suficiente, é comum a emissão de nova procuração específica.

Posso incluir na procuração o poder para renunciar a prazos processuais?

Sim, é possível incluir expressamente o poder para renunciar a prazos processuais. Este poder permite que o advogado abra mão de prazos em nome do cliente, o que pode ser útil para dar celeridade ao processo em determinadas situações. Entretanto, alguns advogados preferem consultar o cliente antes de renunciar a prazos importantes.

O que significa a “reserva de poderes iguais” em uma procuração com vários advogados?

Significa que todos os advogados indicados na procuração possuem exatamente os mesmos poderes e podem atuar no processo de forma independente, sem necessidade de assinatura conjunta. Cada um dos advogados pode, individualmente, praticar qualquer ato processual dentro dos limites da procuração.

É possível que uma procuração criminal tenha validade internacional?

Sim, mas para ter validade em outro país, a procuração geralmente precisa passar por um processo de legalização ou apostilamento (para países signatários da Convenção da Haia). Além disso, pode ser necessária tradução juramentada para o idioma do país onde será utilizada. Recomenda-se consultar as regras específicas do país em questão.

O que acontece se um advogado atuar sem procuração em um processo criminal?

Se um advogado atuar sem procuração, o juiz pode conceder prazo para regularização da representação. Não sendo regularizada, os atos praticados podem ser considerados inexistentes. Em situações urgentes (como prisões em flagrante), admite-se a atuação sem procuração imediata, com compromisso de apresentação posterior, o que é chamado de mandato tácito.

Uma procuração para pessoa jurídica acusada em processo criminal precisa de requisitos especiais?

Sim. Quando uma pessoa jurídica é acusada (possível em crimes ambientais e alguns outros), a procuração deve ser assinada pelo representante legal com poderes para tanto, conforme estabelecido no contrato social ou estatuto. Além disso, é comum anexar à procuração uma cópia do documento societário que comprova os poderes do signatário.

Posso limitar o poder do advogado para realizar acordos penais específicos?

Sim, o outorgante pode especificar na procuração exatamente quais tipos de acordos o advogado está autorizado a negociar e quais estão excluídos. Por exemplo, pode-se autorizar acordos de suspensão condicional do processo, mas excluir expressamente acordos de delação premiada ou vice-versa.

O que acontece com a procuração se o outorgante falecer durante o processo?

Com o falecimento do outorgante, a procuração se extingue automaticamente, uma vez que o mandato é um contrato personalíssimo. Entretanto, o advogado tem o dever de informar o juízo sobre o falecimento e praticar atos urgentes para evitar prejuízos ao cliente até que os sucessores se manifestem. Em processos criminais, a morte do réu leva à extinção da punibilidade, sendo necessário apenas que o advogado apresente a certidão de óbito para encerrar o caso.

É possível fazer uma procuração para defesa criminal por instrumento público eletrônico?

Sim, com a evolução tecnológica do sistema notarial brasileiro, já é possível lavrar procurações por instrumento público de forma eletrônica, através de plataformas autorizadas pelos cartórios de notas. Este instrumento possui a mesma validade jurídica de uma procuração pública tradicional e pode ser utilizado para defesa criminal, desde

que contenha todos os poderes necessários.

Como deve ser a procuração para defesa de menor de idade em processo criminal?

Para menores de 16 anos, a procuração deve ser assinada pelos pais ou responsáveis legais como outorgantes. Para maiores de 16 e menores de 18 anos (relativamente incapazes), a procuração deve ser assinada tanto pelo menor quanto por seus pais ou responsáveis, em assistência. Em ambos os casos, é recomendável que a procuração mencione expressamente esta condição.

O que é a cláusula “ad judicium tantum” e como difere da “ad judicium et extra”?

A cláusula “ad judicium tantum” (somente para o juízo) concede poderes apenas para atuação em atos judiciais, dentro do processo. Já a cláusula “ad judicium et extra” é mais ampla, incluindo também poderes para atos extrajudiciais relacionados ao caso, como negociações, representação em delegacias, órgãos administrativos, entre outros. Para defesa criminal completa, a segunda opção é mais adequada.

Posso incluir uma cláusula de honorários na procuração criminal?

Embora tecnicamente seja possível, não é recomendável incluir cláusulas de honorários na procuração. O correto é elaborar um contrato de honorários advocatícios separado, detalhando valores, forma de pagamento e obrigações. A procuração deve se limitar à outorga de poderes de representação, evitando

misturar questões financeiras com o instrumento de mandato.

Uma procuração criminal pode conter poderes para levantar valores de fiança?

Sim, desde que esse poder seja expressamente concedido. A procuração deve mencionar especificamente o poder para “levantar valores depositados a título de fiança criminal” ou similar. Este poder não está implícito na cláusula ad judicium et extra e, sem menção expressa, o advogado não poderá sacar os valores em nome do cliente.

Posso revogar apenas alguns dos poderes concedidos na procuração criminal?

Sim, é possível fazer uma revogação parcial de poderes, mantendo a procuração válida para os demais. Neste caso, deve-se especificar claramente quais poderes estão sendo revogados e quais permanecem em vigor. O documento de revogação parcial deve ser juntado aos autos do processo para conhecimento do juízo.

A procuração deve especificar o endereço onde o advogado receberá intimações?

Sim, é importante que a procuração contenha o endereço profissional completo do advogado, pois será para este endereço que serão enviadas as intimações e notificações relativas ao processo. A omissão ou desatualização deste dado pode levar a problemas de comunicação processual que

prejudiquem a defesa.

O que significa a cláusula “ratifico todos os atos anteriormente praticados” em uma procuração?

Esta cláusula valida retroativamente todos os atos que o advogado tenha praticado antes da formalização da procuração. É comum em situações onde o advogado precisou atuar com urgência (como em audiências de custódia ou flagrantes) antes de obter a procuração formal. A ratificação confirma que esses atos anteriores foram realizados com a anuência do cliente.

Um único advogado pode representar corréus no mesmo processo criminal?

Tecnicamente é possível, mas não é recomendável quando há potencial conflito de interesses entre os acusados. Se os corréus tiverem teses de defesa conflitantes ou se um puder incriminar o outro, a representação por um único advogado pode caracterizar violação ética e até nulidade processual. Cada corréu deve outorgar uma procuração individual, mesmo que para o mesmo advogado.

Modelo de Substabelecimento

sem reserva de poderes

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE PODERES

NOME DO ADVOGADO SUBSTABELECENTE, nacionalidade, estado civil, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 999.666, com escritório profissional à Rua, Jd., São/....., CEP, SUBSTABELECE SEM RESERVA DE PODERES, na pessoa de NOME DO ADVOGADO SUBSTABELECIDO, nacionalidade, estado civil, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 999.998, com escritório profissional à Rua, ENDEREÇO COMPLETO , os poderes conferidos por NOME DO OUTORGANTE DA PROCURAÇÃO, por meio da procuração acostada nestes autos, nos autos da ação nº x, que tramita na Vara Y, da Comarca de Z, habilitando-o a praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do referido mandato.

Campo Grande, dede 2....

Nome do Advogado Substabelecete

Assinatura

OAB/MS

☐☐ Mapa Mental

☐ 0 que é?

- Documento jurídico utilizado por advogados
- Serve para transferir todos os poderes recebidos em uma procuração para outro advogado
- **Sem reserva de poderes** = o advogado que substabelece não mantém nenhum poder

☐ Partes Envolvidas

- **Substabelecente:** Advogado que transfere os poderes
- **Substabelecido:** Advogado que recebe todos os poderes

☐ Principais Características

- Totalidade dos poderes é transferida
- Substabelecente deixa de atuar no processo
- Precisa ser feito por escrito
- Deve conter identificação das partes, número da OAB, dados do processo

☐☐ Estrutura do Documento

1. **Identificação das partes** (substabelecente e substabelecido)
2. **Referência à procuração original**
3. **Cláusula de transferência de poderes**
4. **Indicação de que é “sem reserva de poderes”**
5. **Assinatura do advogado substabelecente**
6. **Data e local**

⚠☐ Atenção

- Após o substabelecimento, o advogado original não pode

- mais atuar no processo
 - O cliente deve ser informado sobre a mudança
-

☐ Exemplo Prático

“Substabeleço, sem reserva de poderes, ao Dr. Fulano de Tal, OAB/XX 12345, todos os poderes que me foram conferidos pelo outorgante na procuração em anexo, referente ao processo nº XXXXXXXX.”

☐ Quando Utilizar?

- Quando o advogado precisa se afastar definitivamente do processo
- Para transferência total da representação processual

FAQ – Substabelecimento sem Reserva de Poderes

O que é?

É um documento jurídico pelo qual um [advogado](#) transfere a outro [advogado](#) todos os poderes que lhe foram concedidos por seu cliente, sem manter para si nenhum deles. Ou seja, o advogado original deixa de representar o cliente naquele processo.

1- Qual a diferença entre com e sem reserva de poderes?

- **Com reserva de poderes:** O advogado transfere poderes a outro, mas mantém para si o direito de continuar atuando no processo.
- **Sem reserva de poderes:** O advogado transfere todos os poderes a outro advogado e deixa de atuar na causa, retirando-se completamente do processo.

2- Quando utilizar sem reserva de poderes?

Quando o advogado deseja se desligar totalmente do processo, transferindo a representação para outro colega, seja por motivos pessoais, profissionais ou a pedido do cliente.

3- O cliente precisa ser avisado do substabelecimento sem reserva de poderes?

Sim. É recomendável que o cliente seja comunicado previamente, para que esteja ciente de quem será o novo responsável pela sua representação e não fique desassistido.

4- Precisa ser feito por escrito?

Sim. O substabelecimento deve ser formalizado por escrito, geralmente em documento próprio, assinado pelo advogado substabelecete e pelo substabelecido.

5- O novo advogado precisa aceitar o substabelecimento?

Sim. O advogado que receberá os poderes (substabelecido) deve assinar o documento, demonstrando sua concordância em assumir a representação.

6- É necessário protocolar nos autos do processo?

Sim. Para que produza efeitos perante o juízo e terceiros, o substabelecimento deve ser juntado aos autos do processo.

7- Extingue a responsabilidade do advogado anterior?

Sim. Ao substabelecer sem reserva de poderes, o advogado original deixa de ser responsável pela representação do cliente no processo, salvo por atos praticados enquanto atuava.

8- Pode ser revogado?

Uma vez realizado e aceito, o substabelecimento sem reserva de poderes só pode ser revertido mediante novo instrumento de mandato ou substabelecimento, conforme acordo entre as partes.

9- Pode ser usado em qualquer área do direito?

Sim. O instrumento pode ser utilizado em qualquer área do direito em que haja necessidade de transferência de poderes advocatícios.

10- Qual a diferença entre substabelecimento e renúncia ao mandato?

- **Substabelecimento:** O advogado transfere seus poderes a outro advogado, podendo ou não manter poderes (com ou sem reserva).
- **Renúncia:** O advogado comunica ao cliente e ao juízo que está deixando de representá-lo, sem indicar substituto, obrigando o cliente a constituir novo advogado.

11- Preciso reconhecer firma?

Não é obrigatório o reconhecimento de firma, salvo se houver exigência específica do órgão ou tribunal. Contudo, pode ser feito para maior segurança.

Se precisar de um modelo de substabelecimento ou orientação sobre como proceder, consulte sempre um advogado de sua confiança!

Modelo de Substabelecimento com reserva de poderes

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
SUBSTABELECIMENTO

Fulano de tal, (Nacionalidade), (Estado Civil), advogado,

inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº (xxx), com escritório profissional situado à Rua (xxx), nº (xxx), Bairro (xxx), Cidade (xxx), Cep. (xxx), no Estado de (xxx), SUBSTABELECE COM RESERVA DE PODERES na pessoa de Fulano de tal, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº xxx, com escritório profissional situado à xxx, nº xx, apt xxx, Niterói-Rj, os poderes conferidos por Fulano de tal, através de Instrumento Particular de mandato nos autos do processo nº...

Niterói, _ de ___ de 20.....

ADVOGADO

:

FAQ – Substabelecimento com Reserva de Poderes

O que é um substabelecimento com reserva de poderes?

É um instrumento jurídico pelo qual um [advogado](#) transfere a outro advogado os poderes que lhe foram outorgados por seu cliente, **mas mantém para si o direito de continuar atuando no processo**. Ou seja, ambos passam a ter poderes para representar o cliente.

Qual a diferença entre substabelecimento com e sem reserva de poderes?

- **Com reserva de poderes:** O advogado original permanece com poderes para atuar no processo, mesmo após substabelecer outro colega.
- **Sem reserva de poderes:** O advogado transfere todos os poderes a outro e deixa de atuar no caso.

Em quais situações é utilizado o substabelecimento com reserva de poderes?

É utilizado quando o [advogado](#) deseja que outro colega também atue no processo, seja para dividir tarefas, facilitar diligências em outra localidade, ou por estratégia processual, mas sem abrir mão de sua atuação.

O cliente precisa ser avisado do substabelecimento com reserva de poderes?

Sim. É recomendável que o cliente seja comunicado sobre a inclusão de outro advogado em sua defesa, para que esteja ciente de quem está atuando em seu favor.

O substabelecimento com reserva de poderes precisa ser feito por

escrito?

Sim. O substabelecimento deve ser formalizado por escrito e assinado pelo advogado substabelecete (quem transfere os poderes).

O advogado substabelecido precisa aceitar o substabelecimento?

O ideal é que o advogado substabelecido também assine o documento, demonstrando sua ciência e concordância em assumir a representação.

Preciso protocolar o substabelecimento nos autos do processo?

Sim. Para que o novo advogado possa atuar regularmente, o substabelecimento deve ser juntado aos autos do processo.

O substabelecimento com reserva de poderes pode ser revogado?

Sim. O advogado substabelecete pode revogar o substabelecimento, e o cliente também pode revogar os poderes de qualquer um dos advogados a qualquer tempo.

O substabelecimento com reserva de poderes pode ser feito em qualquer área do direito?

Sim. Ele pode ser utilizado em qualquer ramo do direito, sempre que houver necessidade de incluir outro advogado na

causa.

Existe limite para o número de substabelecimentos?

Não há limite legal, mas a cadeia de substabelecimentos deve ser clara e respeitar o interesse do cliente.

Qual a diferença entre substabelecimento e renúncia ao mandato?

- **Substabelecimento:** O advogado transfere poderes a outro advogado, podendo manter ou não os poderes (com ou sem reserva).
- **Renúncia:** O advogado comunica que está deixando de representar o cliente, sem indicar substituto.

Preciso reconhecer firma no substabelecimento com reserva de poderes?

Não é obrigatório, salvo exigência específica do órgão ou tribunal. O reconhecimento de firma pode ser feito para maior segurança.

Se precisar de um modelo de substabelecimento ou de orientação sobre o procedimento, consulte sempre um advogado de sua confiança!

Procuração para Queixa-Crime

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
Modelo de procuração com poderes especiais

PROCURAÇÃO ESPECIAL "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: NOME DO CLIENTE, nacionalidade, portadora do documento de identidade RG nº. XXXX SSP / SP, inscrita no CPF sob nº XXXX, endereço eletrônico XXX, residente e domiciliada a Rua XXX, nº XXX – XXX, XXX/SP, CEP XXX.

OUTORGADOS: NOME DO ADVOGADO, advogado devidamente inscrito na OAB/SP sob o n.º XXX, com endereço na XX, n.º XX – XX – Bairro – São Paulo / SP.

PODERES: Outorga os poderes da cláusula ad judicium et extra e poderes especiais para de forma ampla, perante qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, em qualquer caso, requerer os benefícios da justiça gratuita, efetuar e assinar declaração de pobreza, reconhecer a procedência do pedido, confessar, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, requerer e receber todo e qualquer valor, inclusive depósitos judiciais, perante qualquer juízo, dar a respectiva quitação, firmar compromisso, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, no todo ou em parte o presente mandato, agindo sempre em nome e na defesa dos direitos e interesses do outorgante que tudo dará por bom, firme e valioso, e em especial, nos termos do Artigo 44, do Código de Processo Penal, propor Queixa-Crime em face de XXX, em razão deste, no dia XX/XX/XXXX ter ofendido a honra subjetiva da outorgante quando publicou em sua página na rede social Facebook os seguintes dizeres: "Vaga..... encostada... nunca trabalhou e ainda acha difícil cuidar da própria mãe, a filha

tá no mesmo caminho nem macho consegue arrumar!!! Mentirosa manipuladora... filha crápula mentirosa todos conhecem vcs. Deus sabe de tudo”.

Salvador, xx de xxxx de xxxx.

NOME DO CLIENTE

CPF/MF nº

Atenção

A procuração da queixa-crime, nos termos do Art. 44, do CPP, é uma procuração do tipo especial, que exige que você narre o fato criminoso que será objeto da queixa-crime. Se não fizer isso, terá grandes chances da sua queixa-crime ser rejeitada por falta de preenchimentos de seus requisitos essenciais.

Para preencher o requisito do Art. 44, do CPP, não basta incluir a frase que a maior parte dos advogados inexperientes usa nas suas procurações: “(...) com poderes especiais para propor queixa-crime em face de (...)”. Como eu disse na Nota 01, é importante que você narre o fato criminoso também na procuração (mesmo que ela fique maior dos que as procurações comuns que você está acostumado a fazer)

A narrativa constante da procuração com poderes especiais tem que ser exatamente a mesma que você narra na queixa-crime, sem distinções.

FAQ – Procuração para Queixa-Crime

O que é uma procuração para queixa-crime?

É um documento pelo qual uma pessoa (outorgante) concede

poderes a um [advogado](#) (outorgado) para representá-la em juízo, especificamente para propor e acompanhar uma queixa-crime, que é a ação penal privada movida pela vítima de determinados crimes.

Quando é necessário utilizar uma procuração para queixa-crime?

A procuração é necessária quando a vítima de um crime de ação penal privada (como calúnia, difamação ou injúria) deseja que um advogado atue em seu nome para apresentar a queixa-crime e tomar todas as providências judiciais cabíveis.

Quais poderes devem constar na procuração para queixa-crime?

A procuração deve conter poderes especiais para propor a queixa-crime, podendo também incluir poderes para receber citação, transigir, firmar compromisso, desistir, renunciar, substabelecer, receber e dar quitação, além de outros atos necessários à defesa dos interesses do outorgante.

A procuração para queixa-crime precisa ser específica?

Sim. O Código de Processo Penal exige que a procuração para propor queixa-crime seja específica, mencionando expressamente os poderes para o ajuizamento da ação penal privada.

Qual a diferença entre queixa-crime e representação criminal?

A queixa-crime é a petição inicial da ação penal privada, proposta diretamente pela vítima ou seu advogado. Já a representação criminal é a manifestação da vítima para que o Ministério Público promova a ação penal pública, quando a lei assim exige.

A procuração precisa ser assinada com firma reconhecida?

Não é obrigatório o reconhecimento de firma, mas é recomendável para conferir maior autenticidade ao documento, especialmente se exigido pelo juízo.

Quem pode outorgar uma procuração para queixa-crime?

Qualquer pessoa maior de 18 anos e capaz, ou seu representante legal, pode outorgar procuração para queixa-crime. No caso de menores ou incapazes, a procuração deve ser assinada pelo responsável legal.

Posso incluir poderes para substabelecer na procuração?

Sim. É comum incluir a cláusula de substabelecimento, que permite ao [advogado](#) transferir os poderes recebidos, total ou parcialmente, a outro advogado.

A procuração para queixa-crime tem prazo de validade?

A validade da procuração pode ser determinada pelo outorgante, mas, em regra, ela permanece válida enquanto não for revogada ou enquanto durar o processo para o qual foi concedida.

É possível revogar a procuração para queixa-crime?

Sim. O outorgante pode revogar a procuração a qualquer momento, bastando comunicar formalmente o advogado e o juízo onde tramita o processo.

É obrigatório usar um modelo específico de procuração para queixa-crime?

Não existe um modelo único obrigatório, mas é fundamental que o documento contenha todas as informações e poderes necessários, conforme a lei e o caso concreto.

Modelo de Procuração para Defesa Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
- Aprenda tudo sobre Direito Penal, Processo Penal e Execução Penal.

OBS Importante: Não utilize a procuração abaixo para ações penais privadas (queixa-crime), pois necessitam de poderes especiais (art. 44 do CPP).

No mais, o modelo abaixo pode ser perfeitamente utilizado.

Procuração

OUTORGANTE: (nome completo), nacionalidade ..., estado civil ..., profissão ..., portador da identidade nº... -órgão emissor/UF, inscrito no CPF sob nº ..., residente e domiciliado à Rua ..., nº ..., bairro ..., complemento (apto/casa), cidade/UF.

OUTORGADO: (nome completo do Advogado), brasileiro (a), inscrito na OAB/UF sob nº ..., com escritório profissional na Rua ..., nº ..., Bairro ..., Cidade/UF, CEP ..., onde o outorgado poderá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando investido nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do CPC, especialmente para promover sua defesa criminal nos autos de nº..... – bem como para atuar em processos apensos ou em ações autônomas – movido em seu desfavor pela imputação de crime previsto no art. do Código Penal (ou lei especial nº ...), podendo ainda, requerer a revogação de prisão preventiva, o relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar resposta à acusação, defesa prévia, alegações finais, produzir provas, interpor recursos para qualquer foro ou Tribunal, receber intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato .

Cidade/UF, dia.../mês.../ de

Outorgante

CPF:

FAQ – Procuração para Defesa Criminal

O que é uma procuração para defesa criminal?

É um documento pelo qual uma pessoa (outorgante) concede a um advogado (outorgado) poderes para representá-la em processos criminais, permitindo que o advogado atue em sua defesa

perante autoridades policiais e judiciais.

Quando é necessário utilizar uma procuração para defesa criminal?

Sempre que uma pessoa estiver envolvida em investigação policial, processo criminal ou necessitar de defesa técnica em qualquer fase do procedimento criminal, é necessário outorgar procuração a um advogado para que ele possa representá-la formalmente.

Quais poderes devem constar na procuração para defesa criminal?

A procuração deve conter poderes para o [advogado](#) praticar todos os atos necessários à defesa, incluindo: apresentar defesa, recorrer, acompanhar inquérito policial, apresentar razões finais, substabelecer, transigir, desistir, receber intimações e notificações, entre outros. É importante que a procuração seja ampla, mas pode ser ajustada conforme o caso.

A procuração para defesa criminal precisa ser específica?

Sim, especialmente se houver necessidade de poderes especiais, como para substabelecer, transigir, firmar compromisso, desistir, ou outros atos que exijam menção expressa, conforme o Código de Processo Penal.

Quem pode outorgar uma procuração para defesa criminal?

Qualquer pessoa maior de 18 anos e capaz pode outorgar a procuração. No caso de menores de idade ou incapazes, o representante legal (pais ou tutor) deve assinar a procuração.

A procuração precisa ser assinada com firma reconhecida?

Não é obrigatório o reconhecimento de firma para validade da procuração, mas pode ser exigido pelo juízo em determinados casos, ou para maior segurança jurídica.

A procuração para defesa criminal pode ser usada em qualquer instância?

Sim, desde que conste na procuração que os poderes são para atuar em todas as instâncias e tribunais, o advogado poderá representar o cliente em qualquer fase do processo criminal.

É possível incluir poderes para substabelecer na procuração?

Sim. É comum incluir a cláusula de substabelecimento, permitindo que o advogado transfira os poderes recebidos, total ou parcialmente, a outro [advogado](#).

A procuração para defesa criminal tem prazo de validade?

A procuração é válida enquanto não for revogada pelo outorgante ou até o término do processo ao qual se refere. Pode, ainda, ter prazo determinado, se assim for estipulado.

Como revogar uma procuração para defesa criminal?

O outorgante pode revogar a procuração a qualquer momento, mediante comunicação formal ao advogado e, se já houver processo, ao juízo competente.

É obrigatório utilizar um modelo específico de procuração para defesa criminal?

Não existe um modelo único obrigatório, mas é importante que o documento contenha todos os poderes necessários para a atuação do advogado no caso concreto, conforme as exigências legais.

Por que é importante formalizar a procuração para defesa criminal?

A formalização garante que o advogado tenha legitimidade para atuar em nome do cliente, praticar atos processuais, acessar autos, apresentar defesas e recursos, além de proteger os direitos do acusado durante todo o procedimento criminal.

modelo; petição de juntada; mandato; procuração; nos autos

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DO DEECRIM UR1-1ªRAJ DO FORO DA
COMARCA DE SÃO PAULO –SP

Matricula SAP nº: 9999999

Exec.Penal nº: 9999999-99.2020.8.26.0041

Ação Penal nº: 9999999-99.2020.8.26.0050

NOME DO PRESO SOBRENOME, já qualificado nos autos da EXECUÇÃO PENAL em epígrafe, que move JUSTIÇA PÚBLICA, por seu advogado que esta subscreve, nos termos do artigo 5º da Lei nº 8.906 de 1.994 e artigo 105 do Código de Processo Civil, Lei 13.105 de 2015, vem à presença da Vossa Excelência, requerer a juntada do instrumento de mandato; PROCURAÇÃO “AD JUDÍCIA ET EXTRA”

Requer, a concessão da JUSTIÇA GRATUITA nos termos do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal de 1.988, e artigos 105 e 98 do Código de Processo Civil.

Requer, todas as publicações e intimações, DOESP, sejam feitas em nome do advogado EDIMAR FERREIRA GOMES, OAB/SP 340.866, sob pena de nulidade.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

São Paulo, 31 de Agosto de 2020.

XXXXXX

OAB/SP 00000– Advogado

☐☐ Petição de Juntada de Mandato/Procuração nos Autos – Mapa Mental

☐ O que é?

- Petição utilizada para anexar aos autos do processo a procuração assinada pelo cliente, formalizando a representação do advogado.

□ Finalidade

- □ ▮ □ Habilitar o advogado nos autos
- □ Comprovar poderes para atuar no processo
- ▮ □ Atender exigência legal ou despacho judicial

□ Estrutura da Petição

- □ Qualificação das partes e do advogado
- □ Indicação do processo (número, vara, partes)
- □ Solicitação de juntada da procuração/mandato
- □ Anexação do documento (procuração)
- □ □ Assinatura do advogado

□ □ Procedimento

- □ □ Preparar a petição e a procuração
- □ Protocolar nos autos do processo (físico ou eletrônico)
- □ Aguardar despacho ou ciência do juízo

□ Importância

- □ □ Garante legitimidade do advogado
- □ Evita nulidades processuais
- □ Permite prática de atos processuais em nome do cliente

△ □ Observações

- □ Deve ser feita logo após a assinatura do cliente
- □ Procuração pode ser específica ou ad judicium (geral para processos)

- Ausência pode impedir atuação do advogado
-

FAQ – Petição de Juntada de Mandato/Procuração nos Autos

1. O que é a petição de juntada de mandato/procuração?

É o pedido formal do [advogado](#) para anexar aos autos do processo a procuração assinada pelo cliente, comprovando que está autorizado a representá-lo judicialmente.

2. Quando deve ser feita a juntada de procuração?

Preferencialmente no início do processo ou logo após o [advogado](#) ser contratado, antes da prática de atos processuais relevantes.

3. É obrigatório apresentar procuração para atuar no processo?

Sim, salvo exceções legais (como advogado dativo ou defensor público), todo advogado precisa de procuração para atuar em nome do cliente.

4. Como deve ser feita a juntada nos autos eletrônicos?

A petição e a procuração devem ser digitalizadas e protocoladas pelo sistema eletrônico do tribunal, conforme as regras da comarca.

5. O que acontece se o advogado atuar sem procuração nos autos?

Os atos praticados podem ser considerados nulos, exceto em casos de urgência, desde que a regularização ocorra em prazo determinado pelo juiz.

6. A procuração precisa ser original?

Sim, nos processos físicos, deve ser o documento original. Em processos eletrônicos, a digitalização do original é aceita.

7. O que é uma procuração “ad judicium”?

É uma procuração geral para representação judicial, permitindo ao advogado atuar em diferentes processos do cliente.

8. Pode-se juntar a procuração em qualquer fase do processo?

Sim, mas é recomendável que seja feita o quanto antes para evitar nulidades e permitir a atuação plena do advogado.

9. Precisa de reconhecimento de firma na procuração?

Não é obrigatório, salvo se houver exigência específica do juízo ou dúvida sobre a autenticidade da assinatura.

10. O advogado pode praticar atos antes de juntar a procuração?

Pode praticar atos urgentes, mas deve regularizar a situação no prazo concedido pelo juiz; caso contrário, os atos podem ser invalidados.

Procuração – Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
_, brasileiro, _, portador do RG _, CPF _, residente e domiciliado à Rua _, nº , **Bairro** _____, na cidade de _, através do presente instrumento particular de procuração, que assina, nomeia e constitui seu procurador o Dr. _, brasileiro, casado, inscrito na OAB/, **sob o nº** _, **com escritório à Rua** _____, nº , **sala** , Bairro _, CEP -, **nesta cidade, a quem confere todos os poderes, inclusive da cláusula ad judicium para ingressar em juízo ou repartição policial competente, com REPRESENTAÇÃO CRIMINAL contra o policial civil** _____, brasileiro, casado, e investigador de polícia _, brasileiro, casado, ambos trabalhando na DELEGACIA DE _, sito à Rua _, , **Bairro** _____, porque os mesmos invadiram a casa do requerente, sem o devido mandado judicial, revirando os pertences, ameaçando e prendendo o requerente, violando desta forma o disposto na Lei nº 4.898/65, podendo dito procurador substabelecer.

_, _ de ____ de 20__.

☐☐ Procuração para Representação Criminal – Mapa Mental

□ O que é?

- Documento que autoriza o advogado a representar o cliente em processos ou procedimentos criminais.
- Formaliza a relação de confiança entre cliente e advogado na esfera penal.

□ Finalidade

- ✎ Permitir que o advogado atue na defesa do cliente em investigações e ações penais.
- □ Autorizar o advogado a praticar atos como peticionar, apresentar defesa, recursos, acompanhar inquéritos, audiências e diligências.

□ Estrutura da Procuração

- □ Qualificação completa do outorgante (cliente)
- □□ Identificação do advogado (outorgado)
- □ Descrição dos poderes concedidos (ex: defesa, recursos, representação em audiências)
- □ Indicação do processo ou procedimento (opcional)
- □ Assinatura do cliente (outorgante)
- □ Data e local

□□ Procedimento

- □ Redigir a procuração com os poderes necessários
- □ Cliente assina o documento
- □ Juntar a procuração aos autos do processo criminal

□ **Importância**

- □□ Garante legitimidade para o advogado atuar em nome do cliente
- □ Evita nulidades processuais
- □ É requisito obrigatório para defesa técnica

△□ **Observações**

- □ Deve ser feita antes da prática de atos processuais relevantes
 - □ Pode ser específica (processo determinado) ou geral (todas as causas criminais)
 - □ Reconhecimento de firma não é obrigatório, mas pode ser exigido em alguns casos
-

□ **FAQ – Procuração para Representação Criminal**

1. O que é uma procuração para representação criminal?

É o documento pelo qual o cliente autoriza formalmente o advogado a representá-lo em procedimentos e processos criminais, conferindo poderes para defesa e demais atos necessários.

2. Quais poderes podem constar na procuração criminal?

Poderes para defesa, apresentação de recursos, acompanhamento

de inquérito policial, representação em audiências, celebração de acordos, entre outros.

3. A procuração criminal precisa ser específica para cada processo?

Pode ser específica (para um caso/processo) ou geral (para todos os processos criminais do cliente), conforme a vontade do outorgante.

4. É obrigatório reconhecer firma na assinatura da procuração?

Não é obrigatório, salvo exigência do juízo ou dúvida quanto à autenticidade da assinatura.

5. O advogado pode atuar sem procuração nos autos?

Em situações urgentes, pode praticar atos essenciais, mas deve regularizar a juntada da procuração em prazo determinado pelo juiz.

6. O que acontece se não houver procuração nos autos?

Atos processuais praticados podem ser considerados nulos, comprometendo a defesa do cliente.

7. Quem pode outorgar a procuração criminal?

O próprio acusado, investigado ou quem tenha poderes legais para representá-lo (ex: responsável legal).

8. Quais informações devem constar obrigatoriamente na procuração?

Nome, qualificação do cliente e do [advogado](#), poderes concedidos, data, local e assinatura do outorgante.

9. A procuração para representação criminal pode ser revogada?

Sim, o cliente pode revogar a qualquer tempo, desde que comunique formalmente o [advogado](#) e o juízo.

10. Preciso de advogado para fazer a procuração criminal?

A redação pode ser feita pelo próprio cliente, mas é recomendável contar com auxílio de advogado para garantir que todos os poderes necessários estejam previstos.

Procuração Criminal ou Penal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

OUTORGANTE: XXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG: XXXX XX 1ª Via, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua X, Quadra X, Lote X, Residencial XXX, CEP XXX, na cidade de XXXX, Estado de x;

OUTORGADO: XXX, nacionalidade, estado civil, profissão,

portador do RG: XXXX XX 1ª Via, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no endereço profissional: na Rua X, Quadra X, Lote X, Residencial XXX, CEP XXX, na cidade de XXXX, Estado de x, telefone: xxxxx, e-mail: xxxxxx.

PODERES: por meio do presente instrumento, o outorgante constitui o outorgado seu bastante procurador e lhe confere poderes para o foro em geral, com cláusula “ad-judicia et extra” (CPC, art. 105), em qualquer instância, juízo ou Tribunal, para promover sua defesa em processo penal sob o nº: XXXXXXXX em curso na Vara Criminal do Município da Comarca de XXXX, acompanhando-o até decisão final, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para receber notificação e intimação, requerer a concessão da gratuidade da justiça, apresentar as peças de defesa pertinentes, interpor os recursos cabíveis, impetrar habeas corpus e mandado de segurança, consultar os elementos de prova documentados em procedimentos investigatórios (STF, Súmula Vinculante 14), assim como substabelecer este mandato a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

FINALIDADE: a representação do outorgante e a defesa e promoção de seus direitos e interesses tem por objeto representar-lhe em qualquer instância, juízo ou Tribunal, para promover sua defesa.

LOCAL XXX/X, DATA...,

OUTORGANTE

□□ Procuração Criminal ou Penal – Mapa Mental

□ O que é?

- Documento formal que autoriza um advogado a atuar em nome do cliente em investigações e processos criminais.
- Confere poderes para defesa e outros atos na esfera penal.

□ Finalidade

- ▯ Permitir que o advogado represente o cliente em inquérito policial, ação penal, audiências e diligências.
- □ Autorizar o advogado a praticar atos como apresentar defesa, recursos, acompanhar diligências, peticionar, etc.

□ Estrutura da Procuração

- □ Qualificação do outorgante (cliente/acusado)
- □□ Qualificação do advogado (outorgado)
- □ Descrição clara dos poderes concedidos (ex: defesa, recursos, audiências)
- □ Indicação de processo ou procedimento (opcional)
- □□ Assinatura do outorgante
- □ Data e local

□□ Procedimento

- □□ Redigir a procuração com os poderes necessários

- □ Cliente assina o documento
- □ Juntar a procuração aos autos do processo criminal

□ **Importância**

- □□ Garante legitimidade e regularidade da atuação do advogado
- □ Evita nulidades processuais
- □ Requisito obrigatório para a defesa técnica no processo penal

△ □ **Observações**

- □ Deve ser apresentada logo no início da atuação
- □ Pode ser específica (um processo) ou geral (vários processos/crimes)
- □ Reconhecimento de firma não é obrigatório, salvo exigência específica

□ **FAQ – Procuração Criminal ou Penal**

1. O que é uma procuração criminal ou penal?

É um documento que autoriza o advogado a defender e representar o cliente em procedimentos [criminais](#), como inquéritos e ações penais.

2. Quais poderes devem constar na procuração penal?

Poderes para defesa, apresentação de recursos, acompanhamento de inquérito, participação em audiências, assinatura de petições e demais atos processuais.

3. A procuração penal pode ser geral ou específica?

Sim, pode ser geral (para todos os processos criminais do cliente) ou específica (para um processo determinado).

4. Precisa reconhecer firma na assinatura da procuração?

Não é obrigatório, exceto se houver determinação judicial ou dúvida sobre a assinatura.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em casos urgentes, pode, mas deve regularizar a juntada da procuração em prazo concedido pelo juiz.

6. O que acontece se não houver procuração no processo?

Os atos praticados podem ser considerados nulos e a defesa do cliente pode ser prejudicada.

7. Quem pode outorgar a procuração penal?

O próprio investigado/acusado, ou representante legal, caso o cliente seja incapaz.

8. Quais informações são obrigatórias na procuração criminal?

Nome e qualificação do cliente e do advogado, poderes concedidos, data, local e assinatura do outorgante.

9. A procuração criminal pode ser revogada?

Sim, o cliente pode revogar a qualquer momento, comunicando formalmente o [advogado](#) e o juízo.

10. Preciso de advogado para redigir a procuração criminal?

Não é obrigatório, mas é recomendável para garantir que todos os poderes necessários estejam previstos e evitar problemas futuros.

Procuração – Penal – Pessoa Jurídica – Queixa Crime – Modelo de Instrumento Jurídico

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – PENAL – PESSOA JURÍDICA

XXXX LTDA., pessoa jurídica de direito privado, que atua com o nome fantasia de XXXX, devidamente inscrita no CNPJ sob nº

XXXX, com sede na cidade de XXXX, sito à Rua XXXX, nº XXX, sala XXX, Bairro XXXX, CEP: XX.XXX-XXX, endereço eletrônico: XXXX, neste ato representada por sua diretora XXXX, brasileira, estado civil, profissão, portadora da Cédula de Identidade nº XXXX, expedida pela XXXX, inscrita no CPF sob nº XXX.XXX.XXX-XX, endereço eletrônico: XXX, residente e domiciliada na Rua XXXX, nº XXX, Bairro XXXX, CEP XX.XXX-XXX.

Nomeia e constitui, seu bastante procurador, Dr. XXXX, brasileiro, estado civil, advogado, inscrito na OAB sob o nº XXXX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, endereço eletrônico: XXX, com escritório profissional na Cidade de XXXX – UF, na Rua XXX, nº XXX, CEP: XX.XXX-XXX, onde recebe intimações. Fone: (XX) XXXX-XXXX – Fax: (XX) XXXX-XXXX, com a finalidade especial de oferecer no foro criminal desta comarca de XXXX, queixa-crime contra XXXX, brasileiro, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob nº XXX.XXX.XXX-XX, e RG XXX, endereço eletrônico: XXX, residente e domiciliado na Rua XXXX, nº XXX, na Cidade de XXXX – UF, CEP: XX.XXX-XXX, visto ter o mesmo vendido terrenos que não eram de sua propriedade falsificando títulos de propriedade e registros cartorários, obtendo destarte, vantagem ilícita em proveito próprio e prejuízo alheio; podendo funcionar em todos os termos da ação, em qualquer instância, interpor recursos e requerer as providências legais e necessárias.

XXXX, XX de XXXX de XXXX.

Diretora – Outorgante

☐☐ Procuração Penal Pessoa Jurídica

– Queixa-Crime (Mapa Mental)

□ O que é?

- Documento que autoriza advogado(s) a representar uma empresa (pessoa jurídica) em processos criminais, especialmente para apresentação de queixa-crime.

□ Finalidade

- ☞ Permitir que o advogado atue em nome da empresa em procedimentos criminais.
- ☞ Autorizar atos como: apresentar queixa-crime, peticionar, recorrer, acompanhar audiências e diligências.

□ Estrutura da Procuração

- ☞ Qualificação da pessoa jurídica (empresa): nome, CNPJ, sede, representante legal.
- ☞ Qualificação do(s) advogado(s): nome, OAB, endereço.
- ☞ Descrição dos poderes: apresentação de queixa-crime, defesa, recursos, audiências, etc.
- ☞ Indicação de processo ou fato (opcional).
- ☞ Data e local.
- ☞ Assinatura do representante legal da empresa.

☞☞ Procedimento

- ☞ Representante legal da empresa autoriza e assina a procuração.
- ☞ Advogado recebe o documento.
- ☞ Procuração é juntada aos autos do processo criminal.

□ Importância

- □□ Garante legitimidade do advogado para atuar em nome da empresa.
- ✓□ Permite que a empresa exerça direito de ação penal privada (ex: crimes contra a honra).
- □ Evita nulidades e protege direitos processuais da empresa.

△□ Observações

- □ Só o representante legal da empresa pode assinar.
 - □ Reconhecimento de firma não é obrigatório, salvo exigência judicial.
 - □ Pode ser específica (um caso) ou geral (vários casos).
-

□ FAQ – Procuração Penal Pessoa Jurídica (Queixa-Crime)

1. O que é uma procuração penal para pessoa jurídica?

É o documento que permite ao [advogado](#) representar uma empresa em processos criminais, especialmente para apresentar queixa-crime.

2. Quem pode assinar a procuração pela empresa?

Somente o representante legal da pessoa jurídica, conforme registrado no contrato social ou estatuto.

3. A procuração pode ser usada para qualquer crime?

Normalmente é usada para crimes de ação penal privada (ex: calúnia, difamação, injúria), mas pode ser adaptada conforme a necessidade.

4. Precisa reconhecer firma na assinatura?

Não é obrigatório, salvo se o juízo exigir ou houver dúvida quanto à autenticidade da assinatura.

5. O que deve constar na procuração penal da empresa?

Qualificação da empresa e do [advogado](#), poderes concedidos (especialmente para queixa-crime), data, local e assinatura do representante legal.

6. Pode ser feita uma procuração geral para vários casos criminais?

Sim, desde que conste expressamente a autorização para atuar em processos penais em nome da empresa.

7. O advogado pode atuar sem procuração nos autos?

Somente em casos urgentes, devendo regularizar a situação em prazo determinado pelo juiz.

8. O que acontece se não houver procuração nos autos?

Os atos praticados pelo advogado podem ser considerados nulos e a empresa pode perder direitos processuais.

9. O contrato social da empresa precisa ser juntado?

Em muitos casos, sim, para comprovar que quem assinou é realmente o representante legal.

10. A procuração pode ser revogada?

Sim, a empresa pode revogar a qualquer momento, comunicando o advogado e o juízo.

Procuração – Representação Criminal – Modelo de Instrumento Jurídico

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

XXXX, brasileiro, estado civil, profissão, portador do RG XXX, CPF XXX.XXX.XXX-XX, endereço eletrônico: XXXX, residente e domiciliado na rua XXXX, nº XXX, bairro XXXX, na cidade de XXXX, CEP XX.XXX-XXX através do presente instrumento particular de procuração, que assina, nomeia e constitui seu procurador o Dr. XXXX, brasileiro, estado civil, inscrito na OAB/XX, sob o nº XXX, endereço eletrônico: XXXX, com escritório na rua XXXX, nº XXX, sala XXX, bairro XXXX, CEP XX.XXX-XXX, nesta cidade, a quem confere todos os poderes, inclusive da cláusula ad judicium para ingressar em juízo ou repartição policial competente, com REPRESENTAÇÃO CRIMINAL contra o policial civil XXXX, brasileiro, estado civil, e

investigador de polícia XXXX, brasileiro, estado civil, ambos trabalhando na DELEGACIA DE XXXX, sito à rua XXXX, bairro XXXX0, porque os mesmos invadiram a casa do requerente, sem o devido mandado judicial, revirando os pertences, ameaçando e prendendo o requerente, violando desta forma o disposto na Lei nº 13.869, de 05 de setembro 2019, podendo dito procurador substabelecer.

XXXX, XX de XXXX de XXXX.

OUTORGANTE

☐☐ **Procuração para Representação Criminal – Mapa Mental**

☐ **O que é?**

- Documento jurídico que autoriza um advogado a representar o cliente em procedimentos e processos criminais.
- Formaliza a relação de confiança e os poderes do advogado para atuar em defesa do cliente.

☐ **Finalidade**

- ☐ Permitir que o advogado pratique todos os atos necessários à defesa do cliente em investigações, inquéritos e ações penais.
- ☐ Autorizar o advogado a peticionar, recorrer, acompanhar diligências, participar de audiências e demais atos processuais.

□ Estrutura da Procuração

- □ Qualificação do outorgante (cliente): nome, RG, CPF, endereço, nacionalidade, estado civil e profissão.
- □□ Qualificação do advogado (outorgado): nome, OAB, endereço.
- □ Descrição dos poderes concedidos: defesa, recursos, audiências, diligências, etc.
- □ Indicação do processo ou procedimento (opcional).
- □ Data e local de assinatura.
- □□ Assinatura do outorgante.

□□ Procedimento

- □□ Redigir a procuração com os poderes necessários.
- □ Cliente assina o documento.
- □ Advogado junta a procuração aos autos do processo criminal.

□ Importância

- □□ Garante legitimidade e regularidade da atuação do advogado.
- □ Evita nulidades processuais e protege o direito de defesa.
- □ Requisito obrigatório para a atuação formal do advogado no processo penal.

△□ Observações

- □ Deve ser apresentada logo no início da atuação.
- □ Pode ser específica (para um caso/processo) ou geral (para várias causas criminais).

- Reconhecimento de firma não é obrigatório, salvo exigência do juízo.
-

FAQ – Procuração para Representação Criminal

1. O que é uma procuração para representação criminal?

É o instrumento jurídico pelo qual o cliente autoriza formalmente um [advogado](#) a representá-lo e defendê-lo em processos e procedimentos criminais.

2. Quais poderes devem constar na procuração criminal?

Poderes para defesa, apresentação de recursos, acompanhamento de inquéritos, participação em audiências, assinatura de petições e demais atos processuais.

3. A procuração criminal pode ser geral ou específica?

Sim, pode ser geral (para todos os processos criminais do cliente) ou específica (para um processo determinado).

4. Precisa reconhecer firma na assinatura da procuração?

Não é obrigatório, exceto se houver determinação judicial ou dúvida sobre a autenticidade da assinatura.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações de urgência, pode praticar atos essenciais, mas deve regularizar a juntada da procuração em prazo concedido pelo juiz.

6. O que acontece se não houver procuração nos autos?

Os atos praticados podem ser considerados nulos e a defesa do cliente pode ser prejudicada.

7. Quem pode outorgar a procuração criminal?

O próprio investigado/acusado, ou representante legal, caso o cliente seja incapaz.

8. Quais informações são obrigatórias na procuração criminal?

Nome e qualificação do cliente e do [advogado](#), poderes concedidos, data, local e assinatura do outorgante.

9. A procuração criminal pode ser revogada?

Sim, o cliente pode revogar a qualquer momento, comunicando formalmente o advogado e o juízo.

10. Preciso de advogado para redigir a procuração criminal?

Não é obrigatório, mas é recomendável para garantir que todos os poderes necessários estejam previstos e evitar problemas futuros.

Modelo de Procuração

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXX, brasileiro, casado, microempresário, portador do RG nº XXX, DETRAN/RJ E DO CPF XXX, residente e domiciliado à Rua, nº, Bairro, Cidade, CEP XX.XXX-XXX, RJ, telefone de contato (XX) XXXXX-XXXX, constituí e nomeia a (o) procuradora (o):

OUTORGADA (O): xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileira, divorciada, Advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº XXX, endereço profissional localizado localizado à Rua ,Nº, sala X, Bairro, Cidade, CEP XX.XXX-XXX, endereço eletrônico XXX.

Pelo presente instrumento particular de procuração, a (o) outorgante nomeia e constitui a (o) outorgada (o) como sua (seu) procuradora (or) perante o foro em geral com cláusula ad judicium et extra, em qualquer juízo, instância ou Tribunal, ficando investida (o) nos poderes para o foro em geral previsto no Artigo 105 do Código de Processo Civil e Artigo 44 do Código de Processo Penal, especialmente para promover sua DEFESA CRIMINAL, movido em seu desfavor pela imputação de crime previsto no Artigo 217-A, do Código Penal, podendo requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia, alegações finais, produzir provas e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato, receber intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Cidade, xx de novembro de 2021.

OUTORGANTE

CPF XXX.XXX.XXX-XX

☐☐ Modelo de Procuração – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento que autoriza uma pessoa (outorgado) a agir em nome de outra (outorgante) em situações específicas ou gerais.
- Pode ser usada em questões judiciais, bancárias, administrativas, etc.

☐ Finalidade

- ☐ Formalizar a autorização para que outra pessoa pratique atos em nome do outorgante.
- ⚖☐ Permitir representação em processos judiciais, bancos, órgãos públicos e particulares.

☐ Estrutura da Procuração

- ☐ Qualificação do outorgante (quem dá os poderes): nome, RG, CPF, endereço, profissão, estado civil.
- ☐ Qualificação do outorgado (quem recebe os poderes): nome, RG, CPF, endereço.

- Descrição dos poderes concedidos (ex: administrar bens, representar em juízo, movimentar contas).
- Data e local.
- Assinatura do outorgante.

Procedimento

- Redigir a procuração conforme a finalidade desejada.
- Assinar o documento.
- Reconhecimento de firma pode ser necessário, dependendo da finalidade.

Importância

- Dá segurança jurídica para ambas as partes.
- Evita conflitos e dúvidas sobre a autorização.
- Serve como prova da autorização para terceiros.

Observações

- Pode ser por prazo determinado ou indeterminado.
- Pode ser específica (um ato) ou geral (vários atos).
- Reconhecimento de firma pode ser exigido por bancos, cartórios ou órgãos públicos.

Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Modelo de Procuração

1. O que é uma procuração?

É um documento pelo qual uma pessoa autoriza outra a agir em seu nome para determinados fins.

2. Quem pode fazer uma procuração?

Qualquer pessoa maior de 18 anos e capaz, ou representante legal de incapaz.

3. Para que serve uma procuração?

Para autorizar alguém a praticar atos em seu nome, como resolver questões bancárias, vender imóveis, representar em processos judiciais, entre outros.

4. Precisa de advogado para fazer uma procuração?

Não necessariamente. Para atos judiciais, é recomendável o auxílio de um advogado, mas para outros atos pode ser feita pelo próprio interessado.

5. É obrigatório reconhecer firma na assinatura?

Depende do uso. Para bancos, cartórios e muitos órgãos públicos, sim. Para fins particulares, pode não ser necessário.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento, desde que o outorgante comunique

formalmente o outorgado e terceiros envolvidos.

7. A procuração tem validade?

Pode ter prazo determinado ou ser indeterminada, conforme estipulado no documento.

8. O que é procuração pública e particular?

A pública é feita em cartório, com fé pública. A particular é feita de próprio punho ou digitada, assinada pelo outorgante.

9. Posso dar poderes para mais de uma pessoa?

Sim, basta indicar todos os nomes e dados dos outorgados no documento.

10. Onde encontro modelos prontos de procuração?

No próprio site [Ademilson CS Advogados](#), há modelos gratuitos e adaptáveis para diversas finalidades.

Se quiser saber mais ou acessar modelos prontos, visite o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#).

Renúncia de mandato –

procuração - execução penal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DO DEECRIM UR1-1ªRAJ DA COMARCA
DE SÃO PAULO –SP

Matrícula SAP nº: 0.000.000

Réu: Nome do Preso Sobrenome

Proc. Exec. nº: 000000000000

RENÚNCIA DE MANDATO

XXXXXXX, OAB/SP 00000, vem á presença de Vossa Excelência, nos autos da EXECUÇÃO PENAL em epígrafe, que tramita por esse r. Juízo, no qual é defensor constituído, (fls;199) do sentenciado, já qualificado, RENUNCIAR ao mandato a mim outorgado por motivo superveniente e de força maior.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

São Paulo/SP, 19 de Junho de 2018.

XXXXX

OAB/SP 0000-Advogado

**☐☐ Renúncia de Mandato (Procuração)
– Execução Penal – Mapa Mental**

□ O que é?

- Documento formal pelo qual o advogado comunica que está renunciando aos poderes recebidos na procuração para atuar em processo de execução penal.

□ Finalidade

- □ Permitir que o advogado deixe de representar o cliente em processo penal.
- ⚖ □ Garantir a regularidade processual e o direito de defesa do cliente, que será notificado para constituir novo defensor.

□ Estrutura da Renúncia

- □ □ Identificação do advogado que renuncia.
- □ Identificação do cliente (outorgante).
- □ Referência à procuração e ao processo de execução penal.
- □ Declaração expressa de renúncia.
- □ Data e local.
- □ □ Assinatura do advogado.

□ □ Procedimento

- ✍ □ Advogado redige e assina a renúncia.
- □ Notifica o cliente (pessoalmente ou por correspondência).
- □ □ Informa o juízo da execução penal, juntando a renúncia aos autos.

□ Importância

- □ Protege o advogado de responsabilidades futuras no processo.
- ✓ □ Garante ao réu tempo para nomear novo defensor.
- □ Evita nulidades processuais por ausência de defesa técnica.

△ □ Observações

- □ O advogado deve continuar atuando por mais 10 dias após a notificação, salvo se o cliente constituir novo defensor antes.
- □ O procedimento está previsto no Código de Processo Civil e aplicado subsidiariamente ao processo penal.
- □ A comunicação ao cliente e ao juízo é obrigatória.

□ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

□ FAQ – Renúncia de Mandato na Execução Penal

1. O que é renúncia de mandato em

execução penal?

É o ato pelo qual o advogado comunica que não deseja mais representar o cliente em determinado processo de execução penal.

2. O advogado pode simplesmente parar de atuar após a renúncia?

Não. O advogado deve continuar atuando por até 10 dias após a notificação, para que o cliente tenha tempo de nomear outro defensor.

3. Como o cliente é informado da renúncia?

Por meio de notificação formal, que pode ser feita pessoalmente ou por carta registrada.

4. O juiz também precisa ser comunicado?

Sim, o advogado deve juntar a renúncia aos autos e informar formalmente o juízo responsável pelo processo.

5. O cliente pode ficar sem advogado após a renúncia?

Não. O juiz deve garantir que o cliente tenha defesa técnica, nomeando defensor público caso não constitua novo advogado.

6. A renúncia precisa de justificativa?

Não. O advogado pode renunciar sem apresentar motivo, mas deve seguir o procedimento legal para evitar prejuízo ao cliente.

7. A renúncia pode ser feita em qualquer

fase da execução penal?

Sim, desde que respeitados os trâmites legais de comunicação ao cliente e ao juízo.

8. O advogado responde por atos praticados após a renúncia?

Não, desde que tenha cumprido o dever de comunicação e permanecido no processo durante o prazo legal.

9. Existe modelo de renúncia disponível?

Sim, modelos podem ser encontrados no [site oficial](#).

10. Onde posso tirar dúvidas ou acessar mais modelos?

No [site Ademilson CS Advogados](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração com cláusula ad judicium et extra

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

OUTORGANTE: Nome todo do cliente, ocupação e qualificação profissional, estado civil, nacionalidade, CPF: , RG: , endereço: Rua xxx, nº.: xx, Bairro xxx, CEP: xxxx, Cidade xxx, Estado xxx, Telefone: xxx, e-mail: xxx, nomeia e constitui seu

bastante procurador:

OUTORGADO: Nome do Advogado, OAB-xx: xxx, com escritório de Advocacia localizado na Rua xxx, Nº.: xx, Bairro xxx , CEP: xxx, Cidade xxx, Estado xxx, Tel.: xxx, e-mail: xxx.

Com poderes “AD JUDICIA ET EXTRA” para, em conjunto ou isoladamente, representar o outorgante perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas e no foro em geral, inclusive, em órgãos e repartições públicas federais, estaduais e municipais, podendo atuar em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, requerendo o que necessário for, bem como assinar termos, re-ratificar declarações, conciliar, acordar, discordar, firmar compromissos, reconvir, transigir, desistir, receber e dar quitação, representar em audiências de conciliação ou de instrução e julgamento, substabelecer e praticar os demais atos que julgarem úteis aos interesses do signatário.

Cidade, Estado, dia, mês e ano

Outorgante: _____

XXXXX

Procuração com Cláusula “Ad Judicia et Extra” – Mapa Mental

O que é?

- Documento pelo qual uma pessoa (outorgante) concede poderes a outra (outorgado, geralmente advogado) para representá-la em juízo (processos judiciais) e fora dele (atos extrajudiciais).

□ Finalidade

- ✎ Permitir que o advogado atue em nome do cliente em processos judiciais.
- □ Autorizar o advogado a praticar atos fora do processo, como acordos, assinaturas e negociações.
- □ Formalizar a relação de representação legal.

□ Estrutura da Procuração

- □ Identificação do outorgante (quem concede os poderes).
- □□ Identificação do outorgado (quem recebe os poderes).
- □ Descrição clara dos poderes concedidos (“ad judicia et extra” = para atos judiciais e extrajudiciais).
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante.

□□ Procedimento

- ✎ Preencher corretamente os dados das partes.
- □ Especificar os poderes e incluir a cláusula “ad judicia et extra”.
- □□ Assinar e, se necessário, reconhecer firma em cartório.

□ Importância

- □□ Garante validade e segurança jurídica na atuação do advogado.
- ✓□ Evita questionamentos sobre a abrangência dos poderes.
- □ Permite que o advogado pratique atos em nome do cliente em diferentes esferas.

⚠️ Observações

- ️ A cláusula amplia os poderes do advogado, mas pode ser limitada conforme a vontade do outorgante.
 - ️ Pode ser exigida cópia autenticada para alguns atos.
 - ️ Pode ser revogada a qualquer tempo pelo outorgante.
-

📌 Links Úteis

- ️ [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - ️ [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

📌 FAQ – Procuração com Cláusula “Ad Judicia et Extra”

1. O que significa “ad judicia et extra”?

Significa que a procuração outorga poderes tanto para atos judiciais (em processos) quanto para atos extrajudiciais (fora dos processos).

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa maior de idade e capaz, ou representante legal de pessoa jurídica.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório, mas pode ser exigido por alguns órgãos ou tribunais para maior segurança.

4. Quais atos o advogado pode praticar com essa procuração?

Pode atuar em processos judiciais, realizar acordos, receber valores, assinar documentos, entre outros atos em nome do cliente.

5. A procuração pode ser limitada?

Sim, o outorgante pode restringir ou especificar quais poderes está concedendo.

6. Por quanto tempo vale a procuração?

Vale até ser revogada ou até o término do processo/ato para o qual foi concedida.

7. Pode ser usada para vários processos?

Sim, salvo se a procuração limitar o uso a um processo específico.

8. Como revogar a procuração?

Por meio de uma notificação formal ao advogado e, se necessário, ao juízo onde ela foi apresentada.

9. Onde encontro um modelo de procuração “ad judícia et extra”?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos e personalizáveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook!](#)

Procuração Atuação Área Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO

(nome completo do (a) outorgante), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador (a) da cédula de identidade n.º (número da identidade) e do CPF/MF n.º (número do CPF), residente e domiciliado (a) à (endereço completo), por meio deste instrumento particular, nomeia e constitui como seu (a) procurador (a) o (a) advogado (a) (nome completo do (a) advogado (a)), inscrito (a) na OAB (número da inscrição na OAB), para representá-lo (a) perante a Justiça Criminal, nas ações penais que lhe forem movidas, em especial na ação penal n.º (número da ação penal) em trâmite na (nome da vara e comarca).

O (a) procurador (a) fica autorizado (a) a praticar todos os atos necessários e pertinentes à defesa dos interesses do (a) outorgante, incluindo, mas não se limitando, a:

receber intimações e notificações relacionadas ao processo penal em questão;

apresentar peças processuais, tais como defesas, recursos e alegações finais;

acompanhar o processo em todas as suas fases, desde a investigação até o julgamento final;

requerer medidas cautelares e recursos, inclusive habeas corpus, quando necessário;
transigir, renunciar a direitos, confessar, desistir, firmar compromisso, transacionar e celebrar acordos;
fazer acordos de delação premiada, se for o caso;
praticar os demais atos necessários à defesa dos interesses do (a) outorgante.
(local, data)

(assinatura do (a) outorgante)

(nome completo do (a) outorgante)

☐☐ **Procuração para Atuação na Área Criminal – Mapa Mental**

☐ **O que é?**

- Documento pelo qual o cliente (réu, investigado ou interessado) concede poderes a um advogado para representá-lo em processos e procedimentos criminais.

☐ **Finalidade**

- ☐ Permitir que o advogado atue em defesa do cliente em inquéritos, ações penais e demais procedimentos criminais.
- ☐ Garantir a representação legal no âmbito criminal, inclusive em audiências, diligências e recursos.
- ☐ Formalizar a relação entre cliente e advogado, especificando os poderes concedidos.

□ Estrutura da Procuração Criminal

- □ Identificação do outorgante (cliente).
- □□ Identificação do advogado (outorgado).
- □ Descrição dos poderes concedidos (defesa, recursos, acompanhamento de inquéritos, etc.).
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante.

□□ Procedimento

- ✍ □ Preencher corretamente todos os dados do cliente e do advogado.
- □ Especificar os atos para os quais o advogado está autorizado.
- □□ Assinar e, se necessário, reconhecer firma no cartório.

□ Importância

- □□ Garante que o advogado possa atuar em nome do cliente em todas as fases do processo criminal.
- ✓ □ Permite acesso a autos, realização de diligências e apresentação de defesa.
- □ Evita nulidades processuais por falta de representação.

△ □ Observações

- □ A procuração pode ser específica para determinado processo ou geral para a área criminal.
- □ Pode ser exigida cópia autenticada para apresentação em juízo.

- Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
-

Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

FAQ – Procuração para Atuação na Área Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Serve para autorizar o advogado a representar e defender o cliente em procedimentos e processos criminais.

2. Quem pode conceder a procuração?

Qualquer pessoa investigada, acusada ou interessada em um processo criminal, maior de idade e capaz.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório, mas pode ser exigido em alguns tribunais ou procedimentos.

4. Quais poderes podem ser incluídos?

Atuar em inquéritos, audiências, recursos, diligências, apresentar defesa, interpor habeas corpus, entre outros.

5. A procuração pode ser limitada?

Sim, pode ser restrita a determinados atos, fases ou processos criminais.

6. A procuração vale para qualquer processo criminal?

Pode ser geral para a área criminal ou específica para um caso/processo.

7. Como revogar a procuração?

Por meio de notificação formal ao advogado e, se já apresentada, ao juízo do processo.

8. O advogado pode atuar sem procuração?

Somente em casos de urgência, devendo apresentar a procuração assim que possível, sob pena de nulidade dos atos.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos e personalizáveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração para defesa criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: NOME DO OUTORGANTE, nacionalidade, estado civil, profissão, devidamente inscrito no CPF nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº. XXXXXXXXXXXX órgão expedidor, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXX, XXXXXXXX/XX, CEP XXXXXXXXXXXX.

OUTORGADO: DR (A). NOME DO ADVOGADO (A), advogado (a), brasileiro (a), inscrito (a) na OAB/SP sob nº. XXX.XXX, com domicílio profissional na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXX, XXXXX, XXXXXX/XX, CEP: XXXXXXXXXXXX, onde o outorgado deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referente ao presente feito.

PODERES E FINS: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando investido nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do CPC, especialmente para promover sua defesa criminal nos autos de nº XXXXXXXXXXXX que está tramitando na __ Vara da Comarca de XXXXXXXXXXXXXXXX, movido em seu desfavor pela imputação de crime previsto no art. (MENCIONAR OS ARTIGOS DO PROCESSO) do Código Penal, podendo ainda, requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia, alegações finais, produzir provas e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato, receber

intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Local, XX de xxxxxxxx de xxxxxx

OUTORGANTE

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXX

☐☐ **Procuração para Defesa Criminal** – **Mapa Mental**

☐ **O que é?**

- Documento formal que autoriza um advogado a representar e defender o cliente em procedimentos e processos criminais.

☐ **Finalidade**

- ☐ Permitir que o advogado atue legalmente em nome do cliente em todas as fases da investigação e do processo criminal.
- ☐ Garantir o direito de defesa técnica e acompanhamento jurídico.
- ☐ Formalizar a relação entre cliente e advogado.

☐ **Estrutura da Procuração**

- ☐ Identificação do outorgante (quem concede os poderes,

geralmente o acusado ou investigado).

- Identificação do advogado (outorgado).
- Descrição dos poderes concedidos (defesa, recursos, petições, acompanhamento de inquéritos, etc.).
- Data e local.
- Assinatura do outorgante.

Procedimento

- Preencher todos os dados corretamente.
- Especificar claramente os poderes do advogado.
- Assinar, podendo ser necessário reconhecer firma, dependendo do órgão.

Importância

- Garante ao acusado o direito constitucional de ampla defesa.
- Permite ao advogado acesso aos autos, participação em audiências e a prática de todos os atos necessários à defesa.
- Evita nulidades processuais por falta de representação legal.

Observações

- Pode ser específica para um processo ou geral para a área criminal.
- Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- Advogado deve apresentar a procuração ao juízo para atuar no processo.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Procuração para Defesa Criminal

1. Para que serve a procuração para defesa criminal?

Serve para autorizar formalmente o advogado a representar e defender o cliente em investigações e processos criminais.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa investigada, acusada ou ré em processo criminal, maior de idade e capaz.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório por lei, mas pode ser exigido por alguns órgãos ou tribunais para maior segurança.

4. A procuração pode ser restrita?

Sim, pode ser limitada a determinados atos, fases ou processos específicos.

5. Quais poderes devem ser incluídos?

Atuar em inquéritos, audiências, apresentar defesa, interpor recursos, diligências, entre outros.

6. Como revogar a procuração?

Por meio de notificação formal ao advogado e, se já apresentada, ao juízo do processo.

7. O advogado pode atuar sem procuração?

Somente em casos de urgência, devendo apresentar a procuração assim que possível, sob pena de nulidade dos atos.

8. A procuração vale para vários processos?

Pode ser geral para a área criminal ou específica, conforme o texto da procuração.

9. Onde encontro um modelo de procuração para defesa criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

[Modelo] Procuração para Defesa Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
P R O C U R A Ç Ã O

DEFESA CRIMINAL – PRISÃO

Outorgante:_, brasileiro, estado civil, profissão, nascido em //, inscrito no CPF sob nº __, **RG nº SSP-** , residente e domiciliado à Rua _____, nº __, bairro, Cidade-UF, CEP: 00.000-000;

Outorgado (a): __, brasileiro (a), advogado (a) a inscrita na **OAB/UF sob nº, com escritório na Rua _____, nº __, bairro, Cidade/UF, CEP: 00.000-000**, onde o (a) outorgado (a) deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando investido nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do CPC, especialmente para promover sua defesa criminal nos autos de nº. __, **movido em seu desfavor pela imputação de crime previsto no art. _ do Código Penal** (ou lei especial nº __), podendo para tanto, em qualquer instância ou tribunal, usar de todos os meios de recursos em direito admitidos, bem como; requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia, alegações finais, produzir provas e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato, receber intimações e notificações, podendo ainda

substabelecer com ou sem reserva de poderes e tudo que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato.

Cidade/UF, dia /mês/ano

OUTORGANTE

CPF:

☐☐ Modelo de Procuração para Defesa Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que permite ao advogado representar e defender o cliente em investigações e processos criminais.

☐ Finalidade

- ☐ Autorizar o advogado a agir em nome do cliente em todas as etapas do processo criminal.
- ☐ Garantir o direito de defesa técnica e acompanhamento jurídico do investigado ou acusado.
- ☐ Formalizar a relação entre cliente e advogado, detalhando os poderes concedidos.

☐ Estrutura da Procuração

- ☐ Qualificação do outorgante (cliente: acusado,

investigado ou interessado).

- Qualificação do advogado (outorgado).
- Descrição dos poderes (apresentar defesa, recorrer, acompanhar inquéritos, diligências, etc.).
- Data e local.
- Assinatura do outorgante.

Procedimento

- Preencher corretamente os dados do cliente e do advogado.
- Especificar claramente os poderes concedidos.
- Assinar (reconhecimento de firma pode ser exigido em alguns casos).

Importância

- Garante a ampla defesa e o contraditório no processo penal.
- Permite ao advogado praticar todos os atos necessários à defesa do cliente.
- Evita nulidades processuais por ausência de representação legal.

Observações

- Pode ser limitada a determinado processo ou geral para a área criminal.
- Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- Advogado deve apresentar a procuração ao juízo para atuar no processo.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Modelo de Procuração para Defesa Criminal

1. Para que serve a procuração para defesa criminal?

Serve para autorizar formalmente o advogado a atuar em investigações e processos criminais em nome do cliente.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa investigada, acusada ou ré em processo criminal, desde que seja maior de idade e capaz.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório por lei, mas pode ser exigido por alguns órgãos ou tribunais para maior segurança.

4. O que deve constar na procuração?

Identificação das partes, poderes concedidos ao advogado, data, local e assinatura do outorgante.

5. A procuração pode ser restrita?

Sim, pode ser limitada a determinados atos, fases ou processos.

6. Como revogar a procuração?

Por meio de notificação formal ao advogado e, se já apresentada, ao juízo do processo.

7. O advogado pode atuar sem procuração?

Somente em casos de urgência, devendo apresentar a procuração assim que possível, sob pena de nulidade dos atos.

8. A procuração vale para vários processos?

Pode ser feita de forma geral para a área criminal ou restrita a um processo específico.

9. Onde encontro um modelo de procuração para defesa criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____,
nacionalidade _____, estado civil () Solteiro ()
Casado () Divorciado () União Estável, Profissão _____,
email _____,

Filiação: _____

RG nº _____, Portador do CPF nº _____

____ Residente e domiciliado á _____

_____ **CEP** _____.

OUTORGADO: Lafayette Advocacia, representado por: Dra. Monique Lafayette Rodrigues Pereira, regularmente inscrita na OAB/RJ nº 220.489, cujo endereço eletrônico é assessoriajuridica@lafayetteadvocacia.com.br, com endereço profissional na Rua das Dálías 39, sala 201, Vila Valqueire, Rio de Janeiro, Cep 21330-740 Rio de Janeiro.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, os outorgantes nomeiam e constituem os outorgados como seus procuradores para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando, os mesmos, investidos nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105NCPC c/c art. 44 do CPP, com o fim de promover representação criminal – Queixa Crime em face a _____

_____, noticiado no Termo Circunstanciado nº _____, pelo crime previsto no art. _____, usando de todos os recursos legais e acompanhando-a até decisão final. Confere ainda ao outorgado (a) os poderes especiais para requerer, desistir, transacionar, conciliar, assinar termo de denúncia e conciliação, renunciar, desistir, transigir, em juízo ou fora dele, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15)

Os poderes específicos acima outorgados poderão (ou não poderão) ser substabelecidos.

Rio de Janeiro /_,2018

Assinatura outorgante

☐☐ Procuração Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que autoriza um advogado a representar e defender o cliente em investigações e processos criminais.

□ Finalidade

- ✎ Permitir que o advogado atue em nome do cliente em todas as etapas do processo penal.
- □□ Garantir o direito de defesa técnica e acompanhamento jurídico.
- □ Formalizar a relação entre cliente e advogado, especificando poderes e responsabilidades.

□ Estrutura da Procuração Criminal

- □ Qualificação do outorgante (cliente: acusado, investigado ou interessado).
- □□□ Qualificação do advogado (outorgado).
- □ Descrição dos poderes concedidos (defesa, recursos, acompanhamento de inquéritos, diligências etc.).
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante.

□□ Procedimento

- ✎ Permitir Preencher corretamente os dados do cliente e do advogado.
- □ Especificar de forma clara os poderes concedidos.
- □□ Assinar (reconhecimento de firma pode ser exigido em alguns casos).

□ Importância

- □□ Garante o direito constitucional de ampla defesa.
- ✓□ Permite ao advogado acesso aos autos, participação em audiências e prática de todos os atos necessários à defesa.

- □ Evita nulidades processuais por ausência de representação legal.

△ □ Observações

- □ Pode ser específica para um processo ou geral para a área criminal.
 - □ Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
 - □ Advogado deve apresentar a procuração ao juízo para atuar no processo.
-

□ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

□ FAQ – Procuração Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Serve para autorizar formalmente o advogado a atuar em investigações e processos criminais em nome do cliente.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa investigada, acusada ou ré em processo criminal, desde que seja maior de idade e capaz.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório por lei, mas pode ser exigido por alguns órgãos ou tribunais para maior segurança.

4. O que deve constar na procuração?

Identificação das partes, poderes concedidos ao advogado, data, local e assinatura do outorgante.

5. A procuração pode ser restrita?

Sim, pode ser limitada a determinados atos, fases ou processos.

6. Como revogar a procuração?

Por meio de notificação formal ao advogado e, se já apresentada, ao juízo do processo.

7. O advogado pode atuar sem procuração?

Somente em casos de urgência, devendo apresentar a procuração assim que possível, sob pena de nulidade dos atos.

8. A procuração vale para vários processos?

Pode ser feita de forma geral para a área criminal ou restrita a um processo específico.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

[MODELO] procuração

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO

Outorgante: *(nome completo), nacionalidade, profissão, estado civil, nascimento, portador da carteira de identidade nº____, inscrito no CPF nº, residência_____.*

Outorgado: *_ (nome completo do advogado), nacionalidade, estado civil, advogado, portador da cédula de identidade nº_ OAB nº_, CPF nº, (endereço do escritório):*

Poderes e finalidades: O Outorgante confere ao Outorgado todos os poderes da cláusula ad judicium et extra para o fim ___ (descritivo dos fatos), conferindo ao advogado os poderes também, podendo, ainda requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa, alegações finais, recorrer, produzir provas, ter vistas de autos judiciais e administrativos, fazer requerimentos perante órgãos públicos municipais, estaduais e federais, requerer certidões e cópias, substabelecer com ou sem reservas, podendo, para tanto, praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento do mandato.

Local, Data

☐☐ Modelo de Procuração – Mapa Mental

☐ O que é?

- É um documento jurídico que permite a uma pessoa (outorgante) conceder poderes a outra (outorgado) para agir em seu nome em situações específicas ou gerais.

☐ Finalidade

- ✎ Autorizar alguém a praticar atos jurídicos, administrativos ou judiciais em nome do outorgante.
- ☐☐ Garantir representação legal, seja para defesa, administração de bens, assinatura de contratos, entre outros.
- ☐ Formalizar a relação de confiança entre as partes.

☐ Estrutura da Procuração

- ☐ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
- ☐☐☐ Qualificação do outorgado (quem recebe os poderes).
- ☐ Descrição clara dos poderes concedidos (ex: representar em juízo, movimentar contas, vender bens, etc.).
- ☐ Data e local.
- ☐☐ Assinatura do outorgante.

☐☐ Procedimento

- ✎☐ Preencher corretamente todos os dados das partes.
- ☐ Detalhar os poderes de forma clara e objetiva.
- ☐☐ Assinar (reconhecimento de firma pode ser exigido em alguns casos, dependendo do tipo de ato).

☐ Importância

- ☐☐ Garante segurança jurídica para ambas as partes.
- ✓☐ Evita dúvidas sobre os limites da atuação do procurador.
- ☐ Facilita a prática de atos em nome de terceiros, especialmente quando o outorgante está impossibilitado.

⚠☐ Observações

- ☐ Pode ser específica (para um ato ou processo) ou geral (para vários atos).
- ☐ Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- ☐ Algumas situações exigem poderes especiais, que devem ser expressamente mencionados.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Modelo de Procuração

1. Para que serve uma procuração?

Serve para autorizar formalmente uma pessoa a agir em nome de outra em situações jurídicas, administrativas ou negociais.

2. Quem pode conceder uma procuração?

Qualquer pessoa maior de idade e capaz, ou representante legal.

3. Precisa reconhecer firma?

Depende do ato, mas para maior segurança e validade em alguns órgãos, o reconhecimento de firma pode ser exigido.

4. O que deve constar na procuração?

Identificação das partes, poderes concedidos, data, local e assinatura do outorgante.

5. A procuração pode ser restrita?

Sim, pode ser limitada a determinados atos ou situações específicas.

6. Como revogar uma procuração?

Por meio de notificação formal ao procurador e, se for o caso, ao órgão onde a procuração foi apresentada.

7. A procuração vale para qualquer ato?

Não. Para alguns atos, como venda de imóvel, é necessário que a procuração seja pública e contenha poderes específicos.

8. O procurador pode transferir poderes para outra pessoa?

Somente se houver cláusula expressa de substabelecimento na procuração.

9. Onde encontro um modelo de procuração?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Modelo – Procuração Queixa Crime

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – QUEIXA CRIME

OUTORGANTE: NOME, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº XX.XXX.XXX-X, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado (a) à Rua, nº, Bairro, CEP XXXXX-XXX, celular (XX) XXXXX-XXXX, e-mail;

OUTORGADO (A): Dr. NOME, nacionalidade, estado civil, advogado

(a), OAB/UF nº XXX.XXX, com domicílio profissional na cidade X/UF, à Rua, nº, Bairro, CEP XXXXX-XXX, celular (XX) XXXXX-XXXX, e-mail.

PODERES: para o foro em geral, com as cláusulas “AD JUDICIA ET EXTRA”, incluindo representação judicial e extrajudicial, podendo, para tanto, em qualquer instância ou tribunal, usar de todos os meios de recursos em direito admitidos, podendo assinar o que necessário for em Juízo, perante autoridade policial, juntar documentos, arrolar testemunhas e inquiri-las, levantar suspeição de quem for usar dos poderes “ad judicium”, acordar, desistir e transigir, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, permitindo-lhe à realização de todos os atos necessários ao fiel e cabal desempenho deste mandato, agindo em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom, firma e valioso, e, especificamente neste ato, com fulcro do art. 44 do CPP, conceder PODERES ESPECIAIS PARA INGRESSAR EM JUÍZO COM QUEIXA-CRIME contra (nome da parte ré), qualificação completa, porque, no dia XX de mês de XXXX, por volta das 00h00, acabou ofendendo a moral subjetiva do (a) Autor (a) com palavras injuriosas, chamando-a de “vaca” e “imbecil”, tendo assim praticado o crime de INJÚRIA, artigo 140, caput, do Código Penal.

Cidade, XX de mês de XXXX.

(Assinatura do Outorgante)

☐☐ Modelo de Procuração para Queixa-Crime – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que autoriza um advogado a representar o cliente na apresentação e acompanhamento

de queixa-crime (ação penal privada).

□ Finalidade

- ☞ Permitir que o advogado proponha e acompanhe ação penal privada em nome do cliente.
- □□ Garantir que a vítima de crime possa exercer seu direito de acusação quando o Ministério Público não atua.
- □ Formalizar a relação entre cliente (querelante) e advogado, especificando poderes para atuar no processo.

□ Estrutura da Procuração para Queixa-Crime

- □ Qualificação do outorgante (cliente/querelante).
- □□□ Qualificação do advogado (outorgado).
- □ Descrição dos poderes específicos: propor queixa-crime, atuar em todas as fases do processo, apresentar recursos, substabelecer, etc.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante.

□□ Procedimento

- ☞ Preencher corretamente os dados do cliente e do advogado.
- □ Especificar de forma clara os poderes, principalmente o de propor queixa-crime.
- □□ Assinar (reconhecimento de firma pode ser exigido pelo juízo).

□ Importância

- □□ Garante que a vítima tenha representação legal para buscar a responsabilização criminal do autor do fato.
- ✓□ Permite ao advogado praticar todos os atos necessários à condução da queixa-crime.
- □ Evita nulidades por ausência de poderes específicos na procuração.

△□ Observações

- □ A procuração deve conter poderes especiais para queixa-crime.
- □ Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- □ Advogado deve apresentar a procuração ao juízo para atuar no processo.

□ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

□ FAQ – Modelo de Procuração para Queixa-Crime

1. Para que serve a procuração para

queixa-crime?

Serve para autorizar formalmente o advogado a propor e acompanhar ação penal privada (queixa-crime) em nome da vítima.

2. Quem pode conceder essa procuração?

A vítima do crime (querelante) ou seu representante legal.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório por lei, mas pode ser exigido pelo juízo para garantir autenticidade.

4. O que deve constar na procuração?

Identificação das partes, poderes especiais para propor queixa-crime, data, local e assinatura do outorgante.

5. Precisa de poderes especiais?

Sim, a lei exige que a procuração para queixa-crime traga poderes específicos para essa finalidade.

6. Como revogar a procuração?

Por meio de notificação formal ao advogado e, se já apresentada, ao juízo do processo.

7. O advogado pode atuar sem procuração específica?

Não. Para propor queixa-crime, a procuração deve conter poderes especiais, sob pena de extinção do processo.

8. A procuração vale para outros

processos?

Não, ela deve ser específica para a ação penal privada em questão.

9. Onde encontro um modelo de procuração para queixa-crime?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração – Penal – Modelo de Instrumento Jurídico

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – PENAL

Eu, XXXX, brasileiro, estado civil, profissão XXXX, inscrito no CPF sob nº XXX.XXX.XXX-XX, e RG XXXX, endereço eletrônico: XXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, na Cidade de XXXX – UF, pelo presente instrumento de procuração, por mim escrito e assinado, constituo meu bastante procurador, o Dr. XXXX, brasileiro, estado civil, advogado, inscrito na OAB/UF sob o nº XXX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX,

endereço eletrônico: XXXX, com escritório profissional na Cidade de XXXX – UF, na Rua XXXX, nº XXX, CEP: XX.XXX-XXX, onde recebe intimações, para o fim especial de oferecer no foro criminal desta comarca QUEIXA-CRIME contra XXXX, brasileiro, estado civil, inscrito sob RG XXXX, e CPF: XXX.XXX.XXX-XX, endereço eletrônico: XXXX, residente e domiciliado na Cidade de XXXX, Rua XXXX, CEP: XX.XXX-XXX, por infração do artigo 138, do Código Penal, tendo-se em vista que no dia XX/XXXX/XXXX, em presença de vizinhos, na rua onde moro, me foi imputado, por meio de palavras, fato considerado como crime, podendo funcionar em todos os termos da ação, em qualquer instância, interpor recursos e requerer as providências legais, necessárias, e, inclusive substabelecer, firmo-me.

XXXX, XX de XXXX de XXXX.

OUTORGANTE

☐☐ **Procuração Penal – Modelo de Instrumento Jurídico – Mapa Mental**

☐ **0 que é?**

- Documento jurídico que permite a uma pessoa (outorgante) nomear um advogado (outorgado) para representá-la em processos penais.

☐ **Finalidade**

- ☐ Autorizar o advogado a atuar em defesa do cliente em procedimentos e processos criminais.
- ☐ Garantir a ampla defesa e o contraditório, direitos

fundamentais em matéria penal.

- □ Formalizar a relação entre cliente e advogado, especificando os poderes concedidos.

□ Estrutura da Procuração Penal

- □ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes, geralmente o acusado ou investigado).
- □□ Qualificação do advogado (quem recebe os poderes).
- □ Descrição detalhada dos poderes: defesa, recursos, acompanhamento de inquérito, diligências, substabelecimento, etc.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante.

□□ Procedimento

- ✎ □ Preencher corretamente todos os dados das partes.
- □ Especificar claramente os poderes outorgados ao advogado.
- □□ Assinar (em alguns casos, pode ser necessário reconhecimento de firma).

□ Importância

- □□ Garante que o acusado esteja devidamente representado e assistido em todos os atos do processo penal.
- ✓ □ Permite ao advogado praticar todos os atos necessários para a defesa do cliente.
- □ Evita nulidades processuais por ausência de representação legal.

⚠️ Observações

- ️ Pode ser específica para um processo ou geral para a área penal.
 - ️ Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
 - ️ Advogado precisa apresentar a procuração ao juízo para atuar no processo.
-

📌 Links Úteis

- ️ [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - ️ [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

📌 FAQ – Procuração Penal

1. Para que serve a procuração penal?

Serve para autorizar formalmente o advogado a defender o cliente em processos e procedimentos criminais.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa investigada, acusada ou ré em processo penal.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório, mas pode ser exigido por alguns órgãos ou tribunais para maior segurança.

4. O que deve constar na procuração penal?

Identificação das partes, poderes concedidos ao advogado, data, local e assinatura do outorgante.

5. A procuração pode ser restrita?

Sim, pode ser limitada a determinados atos, fases ou processos.

6. Como revogar a procuração penal?

Por meio de notificação formal ao advogado e, se já apresentada, ao juízo do processo.

7. O advogado pode atuar sem procuração?

Apenas em casos urgentes, devendo apresentar a procuração assim que possível.

8. A procuração vale para vários processos?

Pode ser feita de forma geral para a área penal ou restrita a um processo específico.

9. Onde encontro um modelo de procuração penal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook!](#)

Modelo de Procuração para flagrante delito

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

OUTORGANTE: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço completo, telefone para contato.

OUTORGADO: nome do advogado (a), nacionalidade, profissão, número de inscrição na OAB, endereço completo.

PODERES: Os poderes contidos na cláusula “ad judicium et extra”, a fim de que possa realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, conferindo, também, poderes específicos para: requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar resposta à acusação, defesa prévia, alegações finais, produzir provas, interpor recursos para qualquer foro ou Tribunal, receber intimações e notificações, e tudo que for necessário ao cumprimento deste mandato, podendo substabelecer o presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier.

Local, de _____ de xxxx.

Assinatura do outorgante

☐☐ **Modelo de Procuração para Flagrante Delito – Mapa Mental**

☐ **O que é?**

- Documento jurídico que autoriza um advogado a representar e defender uma pessoa presa em flagrante delito.

☐ **Finalidade**

- ☐ Permitir a atuação imediata do advogado em defesa do preso em flagrante.
- ☐☐ Garantir que o investigado tenha assistência jurídica desde o início do processo penal.
- ☐ Formalizar a relação entre o preso (ou seu representante) e o advogado, especificando os poderes para atuar no flagrante.

☐ **Estrutura da Procuração para Flagrante Delito**

- ☐ Qualificação do outorgante (preso em flagrante ou seu representante legal).
- ☐☐☐ Qualificação do advogado (outorgado).
- ☐ Descrição dos poderes: defesa, requerer liberdade provisória, habeas corpus, acompanhar interrogatórios, diligências, recursos, substabelecer, entre outros.
- ☐ Data e local.

- Assinatura do outorgante (ou representante).

Procedimento

- Preencher corretamente os dados do outorgante e do advogado.
- Especificar claramente os poderes para atuação no flagrante.
- Assinar (reconhecimento de firma pode ser exigido em alguns casos).

Importância

- Garante o direito constitucional de defesa já no momento da prisão em flagrante.
- Permite ao advogado atuar em todos os atos necessários para proteger os direitos do preso.
- Evita nulidades processuais por ausência de representação legal.

Observações

- Procuração pode ser específica para o flagrante ou abranger todo o processo penal.
- Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- Advogado deve apresentar a procuração à autoridade policial ou ao juízo.

Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Modelo de Procuração para Flagrante Delito

1. Para que serve a procuração para flagrante delito?

Serve para autorizar formalmente o advogado a defender e representar o preso desde o momento da prisão em flagrante.

2. Quem pode conceder essa procuração?

O próprio preso em flagrante ou, se ele estiver impossibilitado, um familiar ou representante legal.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório, mas pode ser exigido pela autoridade policial ou judicial para garantir autenticidade.

4. O que deve constar na procuração?

Identificação das partes, poderes específicos para atuar no flagrante, data, local e assinatura.

5. A procuração pode ser restrita ao flagrante?

Sim, pode ser apenas para o flagrante ou abranger todo o processo penal.

6. Como revogar a procuração?

Por meio de notificação formal ao advogado e, se já apresentada, à autoridade policial ou ao juízo.

7. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações urgentes, pode iniciar a defesa, mas deve apresentar a procuração assim que possível.

8. A procuração vale para outros processos?

Não, geralmente é específica para o flagrante ou para o processo penal em questão.

9. Onde encontro um modelo de procuração para flagrante delito?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração para Queixa-Crime

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
Modelo de procuração com poderes especiais

PROCURAÇÃO ESPECIAL "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: NOME DO CLIENTE, nacionalidade, portadora do documento de identidade RG nº. XXXX SSP / SP, inscrita no CPF sob nº XXXX, endereço eletrônico XXX, residente e domiciliada a Rua XXX, nº XXX – XXX, XXX/SP, CEP XXX.

OUTORGADOS: NOME DO ADVOGADO, advogado devidamente inscrito na OAB/SP sob o n.º XXX, com endereço na XX, n.º XX – XX – Bairro – São Paulo / SP.

PODERES: Outorga os poderes da cláusula ad judicium et extra e poderes especiais para de forma ampla, perante qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, em qualquer caso, requerer os benefícios da justiça gratuita, efetuar e assinar declaração de pobreza, reconhecer a procedência do pedido, confessar, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, requerer e receber todo e qualquer valor, inclusive depósitos judiciais, perante qualquer juízo, dar a respectiva quitação, firmar compromisso, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, no todo ou em parte o presente mandato, agindo sempre em nome e na defesa dos direitos e interesses do outorgante que tudo dará por bom, firme e valioso, e em especial, nos termos do Artigo 44, do Código de Processo Penal, propor Queixa-Crime em face de XXX, em razão deste, no dia XX/XX/XXXX ter ofendido a honra subjetiva da outorgante quando publicou em sua página na rede social Facebook os seguintes dizeres: "Vagabunda encostada... nunca trabalhou e ainda acha difícil cuidar da própria mãe, a filha tá no mesmo caminho nem macho consegue arrumar!!! Mentirosa manipuladora... filha crápula mentirosa todos conhecem

vcs. Deus sabe de tudo”.

São Paulo, xx de xxxx de xxxx.

NOME DO CLIENTE

CPF/MF nº

Nota 01: A procuração da queixa-crime, nos termos do Art. 44, do CPP, é uma procuração do tipo especial, que exige que você narre o fato criminoso que será objeto da queixa-crime. Se não fizer isso, terá grandes chances da sua queixa-crime ser rejeitada por falta de preenchimentos de seus requisitos essenciais.

Nota 02: Para preencher o requisito do Art. 44, do CPP, não basta incluir a frase que a maior parte dos advogados inexperientes usa nas suas procurações: “(...) com poderes especiais para propor queixa-crime em face de (...)”. Como eu disse na Nota 01, é importante que você narre o fato criminoso também na procuração (mesmo que ela fique maior dos que as procurações comuns que você está acostumado a fazer)

Nota 03: A narrativa constante da procuração com poderes especiais tem que ser exatamente a mesma que você narra na queixa-crime, sem distinções.

☐☐ **Procuração para Queixa-Crime – Mapa Mental**

☐ **0 que é?**

- Documento jurídico que concede poderes a um advogado para representar a vítima na apresentação e acompanhamento de uma queixa-crime (ação penal privada).

□ Finalidade

- ✎ Permitir que o advogado proponha e acompanhe uma ação penal privada em nome da vítima.
- □□ Garantir que a vítima possa exercer seu direito de acusação quando o Ministério Público não atua.
- □ Formalizar a relação entre vítima (querelante) e advogado, especificando poderes para atuar no processo penal.

□ Estrutura da Procuração para Queixa-Crime

- □ Qualificação do outorgante (vítima/querelante).
- □□□ Qualificação do advogado (outorgado).
- □ Descrição dos poderes: propor queixa-crime, atuar em todas as fases do processo, apresentar recursos, substabelecer, etc.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante.

□□ Procedimento

- ✎ Permitir Preencher corretamente os dados do outorgante e do advogado.
- □ Especificar claramente os poderes, especialmente o de propor queixa-crime.
- □□ Assinar (reconhecimento de firma pode ser exigido pelo juízo).

□ Importância

- □□ Garantir que a vítima tenha representação legal para

buscar a responsabilização criminal do autor do fato.

- ✓☐ Permite ao advogado praticar todos os atos necessários para a condução da queixa-crime.
- ☐ Evita nulidades por ausência de poderes específicos na procuração.

⚠☐ Observações

- ☐ Procuração deve conter poderes especiais para queixa-crime.
- ☐ Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- ☐ Advogado deve apresentar a procuração ao juízo para atuar no processo.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Procuração para Queixa-Crime

1. Para que serve a procuração para queixa-crime?

Serve para autorizar formalmente o advogado a propor e acompanhar ação penal privada (queixa-crime) em nome da vítima.

2. Quem pode conceder essa procuração?

A vítima do crime (querelante) ou seu representante legal.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório por lei, mas pode ser exigido pelo juízo para garantir autenticidade.

4. O que deve constar na procuração?

Identificação das partes, poderes especiais para propor queixa-crime, data, local e assinatura do outorgante.

5. Precisa de poderes especiais?

Sim, a lei exige que a procuração para queixa-crime traga poderes específicos para essa finalidade.

6. Como revogar a procuração?

Por meio de notificação formal ao advogado e, se já apresentada, ao juízo do processo.

7. O advogado pode atuar sem procuração específica?

Não. Para propor queixa-crime, a procuração deve conter poderes especiais, sob pena de extinção do processo.

8. A procuração vale para outros processos?

Não, ela deve ser específica para a ação penal privada em questão.

9. Onde encontro um modelo de procuração para queixa-crime?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

OUTORGANTE: xxxxxx, brasileira, casada, desempregada, inscrita no CPF nº 000.000.000-00, registro de identidade 000, filha de xxx e xxx, nascida aos 00/00/000, em Santos Dumond/MG, residente à Rua, Bairro, Cidade, CEP.

OUTORGADOS: NOME COMPLETO DO ADVOGADO (A), brasileira, solteira, advogada, inscrita na 3ª subseção da OAB/CE sob o nº 000.000, endereço eletrônico advogada@gmail.com, com escritório profissional situado na Rua, Bairro, Cidade, Cidade, CEP.

PODERES: O (a) cliente (s) outorga (m) aos advogados supra qualificados os poderes das cláusulas Ad judicium e Et Judicium para representá-lo (a) (s), em todos os órgãos judiciais e administrativos, em assuntos de seu (s) interesse (s), podendo

para tanto, firmar compromissos, receber, dar quitação, requerer alvará em conjunto ou separadamente com o outorgante para recebimento de dinheiro, receber alvará, dar quitação em alvará para recebimento de dinheiro, requerer restituição de fiança criminal, receber alvará para recebimento do valor de fiança criminal, serem depositários, transigir, firmar compromisso, confessar, recorrer, desistir, contestar, reconvir, apresentar pedido contraposto, renunciar, atermar reclamação junto aos órgãos administrativos de defesa do consumidor, requerer desarquivamento de autos baixados, substabelecer no todo ou em parte, bem como, especialmente para Propor Ação Trabalhista.

Cidade, Data.

(Assinatura do Outorgante)

☐☐ **Procuração – Mapa Mental**

☐ **0 que é?**

- Documento jurídico pelo qual uma pessoa (outorgante) concede poderes a outra (outorgado) para agir em seu nome em atos jurídicos, administrativos ou judiciais.

☐ **Finalidade**

- ☐ Permitir que alguém represente outra pessoa em situações legais ou administrativas.
- ☐ Garantir que interesses do outorgante sejam defendidos mesmo na sua ausência.
- ☐ Formalizar a relação de representação, seja para fins judiciais, bancários, imobiliários, entre outros.

□ Estrutura da Procuração

- □ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
- □□ Qualificação do outorgado (quem recebe os poderes).
- □ Descrição dos poderes concedidos (gerais ou específicos).
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante.

□□ Tipos de Procuração

- □ **Procuração Pública:** Feita em cartório, mais segura e aceita para a maioria dos atos.
- □ **Procuração Particular:** Redigida pelo próprio interessado, válida para atos menos complexos.
- ▣ □ **Procuração Judicial:** Específica para processos judiciais (ex: representação por advogado).

□ Importância

- □□ Protege direitos e interesses do outorgante.
- ✓ □ Permite a realização de atos à distância ou por impossibilidade do próprio titular.
- □ Evita fraudes e garante segurança jurídica nas relações.

△ □ Observações

- □ Pode ser revogada a qualquer tempo pelo outorgante.
- □ Pode ser específica para um ato ou geral para vários atos.
- □ Alguns atos exigem reconhecimento de firma ou procuração pública.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Procuração

1. Para que serve uma procuração?

Serve para permitir que outra pessoa atue em nome do outorgante em situações jurídicas, administrativas ou negociais.

2. Quem pode fazer uma procuração?

Qualquer pessoa maior de 18 anos e capaz, ou representante legal de incapaz.

3. Precisa ser feita em cartório?

Depende do ato: alguns exigem procuração pública (cartório), outros aceitam procuração particular.

4. O que deve constar na procuração?

Identificação das partes, descrição dos poderes, data, local e assinatura do outorgante.

5. Procuração pode ser geral ou

específica?

Sim. Pode ser ampla (geral) ou restrita a determinados atos (específica).

6. Como revogar uma procuração?

Por meio de instrumento de revogação, comunicado ao outorgado e, se necessário, a terceiros.

7. Qual a validade de uma procuração?

Pode ter prazo determinado ou indeterminado, conforme o texto do documento.

8. Precisa reconhecer firma?

Para alguns atos, sim. Isso garante autenticidade da assinatura.

9. Onde encontro modelos de procuração?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração Completa

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

OUTORGANTE: NOME COMPLETO (estado civil), (profissão), (nacionalidade), (RG número e órgão expedidor), (CPF número), (endereço completo), telefone para contato XXXXXXXXXX

OUTORGADOS: NOME DO ADVOGADO, (estado civil), (profissão), (nacionalidade), (RG número e órgão expedidor), (CPF número), (endereço completo), telefone para contato XXXXXXXXXX

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, o outorgante, acima qualificado, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado ao qual confere os amplos, gerais e ilimitados poderes constantes das cláusulas “*ad judicium et extra judicium*” para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação, intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir à justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15)

AUTORIZAÇÃO: Autorizo o referido procurador a ter acesso às informações e dados pessoais necessárias a subsidiar o requerimento eletrônico do serviço ou quaisquer procedimentos que achar necessário para cumprir o serviço contratado.

TERMO DE VERACIDADE: Declaro, sob as penas da lei, que as informações e documentos apresentados nesta procuração e ao

advogado para amparar meu pedido são verdadeiros e autênticos, e que estou ciente de que qualquer falsidade ou inexatidão nestes dados e fatos pode acarretar sanções civis, criminais e administrativas.

VALIDADE PROCURAÇÃO: Declaro que esta procuração tem validade até a sua revogação devidamente notificada e comunicada, comprometo-me a notificar imediatamente meu (minha) procurador (a) e as partes interessadas sobre a revogação da procuração.

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

Jaraguá Do Sul/SC, quinta-feira, 26 de janeiro de 2023

NOME DO CLEINTE

CPF nº XXXXXXXXX

Procuração Completa – Mapa Mental

O que é?

- Documento jurídico que concede poderes amplos e gerais para o outorgado agir em nome do outorgante em diversas situações e áreas (administrativa, judicial, bancária, imobiliária, etc).

Finalidade

- Permitir que o representante (outorgado) possa praticar todos os atos necessários em nome do outorgante.

- □□ Garantir que o outorgante tenha seus interesses defendidos em múltiplas áreas, mesmo estando ausente ou impossibilitado.
- □ Facilitar a resolução de questões burocráticas, negociais e judiciais por meio de um único documento.

□ Estrutura da Procuração Completa

- □ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
- □□□ Qualificação do outorgado (quem recebe os poderes).
- □ Descrição detalhada dos poderes: administrar bens, movimentar contas, representar em órgãos públicos, assinar contratos, ingressar com ações judiciais, substabelecer poderes, entre outros.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (em alguns casos, reconhecimento de firma).

□□ Procedimento

- ✍ □ Preencher corretamente os dados das partes.
- □ Especificar de forma clara e ampla todos os poderes desejados.
- □□ Assinar, podendo ser necessário reconhecimento de firma para maior segurança.

□ Importância

- □□ Evita a necessidade de múltiplas procurações para diferentes finalidades.
- ✓ □ Garante agilidade e praticidade na resolução de assuntos diversos.
- □ Oferece segurança jurídica para o representante agir em nome do outorgante.

⚠️ Observações

- ️ Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
 - ️ Deve ser usada com cautela, pois confere poderes amplos ao representante.
 - ️ Alguns órgãos ou situações podem exigir procuração pública (feita em cartório).
-

📌 Links Úteis

- ️ [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - ️ [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

📌 FAQ – Procuração Completa

1. Para que serve uma procuração completa?

Serve para autorizar uma pessoa a praticar todos os atos necessários em nome do outorgante, em diversas áreas e situações.

2. Quem pode fazer uma procuração completa?

Qualquer pessoa maior de 18 anos e capaz, ou representante legal de incapaz.

3. Precisa ser registrada em cartório?

Depende do uso. Para muitos atos, a procuração particular é suficiente, mas alguns órgãos exigem procuração pública.

4. O que deve constar na procuração completa?

Identificação das partes, poderes amplos e detalhados, data, local e assinatura do outorgante.

5. Posso limitar os poderes na procuração completa?

Sim, é possível restringir ou excluir determinados poderes, conforme a vontade do outorgante.

6. Como revogar uma procuração completa?

Por meio de um instrumento de revogação, comunicando o outorgado e, se necessário, terceiros envolvidos.

7. Qual a validade de uma procuração completa?

Pode ser por prazo determinado ou indeterminado, conforme estipulado no documento.

8. Precisa reconhecer firma?

Para alguns atos, sim. O reconhecimento de firma garante autenticidade da assinatura.

9. Onde encontro um modelo de procuração completa?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas sobre procuração completa?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração ad judicicia et extra em Ação Penal Pública

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
Em defesa do acusado ou como assistente de acusação

Pelo presente instrumento particular de procuração, o OUTORGANTE: QUALIFICAÇÃO.

Nomeia e constitui a OUTORGADA: QUALIFICAÇÃO, como sua bastante procuradora.

OBJETO: Patrocinar o OUTORGANTE , em defesa dos seus interesses, durante as ações judiciais e extrajudiciais, bem como em inquéritos ou demais investigações e ações extrajudiciais, no que diz respeito ao Processo nº ..., perante a ... Vara Criminal da ..., bem como aos processos correlatos.

PODERES: para o foro em geral, mediante cláusula ad-judicicia e et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como fora deles, podendo, esta, praticar quaisquer atos perante a Administração Pública e, da mesma maneira, promover contra quem de direito as ações competentes, e ainda, defendê-la nas contrárias, postulando, em umas e outras, até decisão final;

usando todos os recursos legais necessários a melhor defesa, em tudo prestando acompanhamento; conferindo-lhes ainda, poderes especiais para receber citação, confessar, e reconhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, assinar declaração de hipossuficiência econômica, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação para tanto, em qualquer instância ou tribunal, usar de todos os meios de recursos em direito admitidos, podendo ainda, requerer tudo que for necessário para o bom e fiel cumprimento do mandato, requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia ou resposta à acusação, alegações finais, produzir provas, atuar como assistente de acusação e tudo o mais que for necessário ao fiel e cabal desempenho deste mandato, além de receber intimações e notificações, representar ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial, oferecer queixa-crime, renunciar o exercício do direito de queixa, aceitar perdão do ofendido, recusar ou arguir suspeição do juiz, arguir falsidade documental, agindo em conjunto ou separadamente, para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive, substabelecer, enfim, praticar e recorrer a todos os meios legais necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, poderes ainda de levantar e receber alvará.

EXTINÇÃO DO MANDATO: As atribuições durarão até a coisa julgada material, caso não haja renúncia dos poderes ou revogação da presente procuração.

Local, data.

Nome do Outorgante

CPF: ...

□□ Procuração “Ad Judicia et Extra” em Ação Penal Pública – Mapa Mental

□ O que é?

- Documento jurídico que autoriza o advogado a representar o cliente em todos os atos judiciais (“ad judicia”) e extrajudiciais (“et extra”) relacionados à defesa em uma ação penal pública.

□ Finalidade

- ☞ Garantir que o advogado possa atuar de forma ampla em defesa do réu, tanto dentro quanto fora do processo judicial.
- □□ Permitir acompanhamento desde o inquérito policial até o trânsito em julgado, incluindo diligências, audiências e recursos.
- □ Formalizar a relação cliente-advogado, especificando poderes para defesa plena.

□ Estrutura da Procuração “Ad Judicia et Extra”

- □ Qualificação do outorgante (réu ou investigado).
- □□□ Qualificação do advogado (outorgado).
- □ Descrição dos poderes: atuar em todas as instâncias, apresentar defesa, interpor recursos, substabelecer poderes, participar de audiências, requerer diligências, entre outros.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (reconhecimento de firma pode ser necessário).

☐☐ Procedimento

- ✎☐ Preencher corretamente os dados das partes.
- ☐ Especificar os poderes de forma ampla, incluindo atuação judicial e extrajudicial.
- ☐☐ Assinar e, se exigido, reconhecer firma.

☐ Importância

- ☐☐ Assegura ampla defesa e contraditório ao réu em ação penal pública.
- ✓☐ Permite ao advogado praticar todos os atos necessários à defesa, evitando nulidades processuais.
- ☐ Dá segurança jurídica ao advogado para agir em nome do cliente em todas as fases do processo penal.

⚠☐ Observações

- ☐ Procuração pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- ☐ Deve ser apresentada ao juízo para validade dos atos processuais.
- ☐ Pode ser utilizada em inquérito, processo e atos administrativos relacionados.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Procuração “Ad Judicia et Extra” em Ação Penal Pública

1. Para que serve essa procuração?

Serve para dar poderes ao advogado para representar o réu em todos os atos judiciais e extrajudiciais na ação penal pública.

2. Quem pode conceder essa procuração?

O próprio réu, investigado ou seu representante legal.

3. Precisa ser feita em cartório?

Não obrigatoriamente, mas o reconhecimento de firma pode ser exigido para maior segurança.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para atuar em juízo (todas as instâncias), fazer defesa, apresentar recursos, substabelecer, participar de audiências, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em casos urgentes, pode iniciar a defesa, mas deve apresentar a procuração o quanto antes.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, o outorgante pode revogar a qualquer momento, comunicando ao advogado e ao juízo.

7. Vale para todo o processo penal?

Sim, normalmente abrange todas as fases do processo, inclusive recursos e diligências extrajudiciais.

8. Precisa de poderes especiais para algum ato?

Sim, para atos como receber citação, confessar, transigir, desistir, é necessário constar poderes especiais.

9. Onde encontro um modelo de procuração “ad judicium et extra”?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração ad judicium et extra em Ação Penal Privada

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
Em defesa do querelante ou do querelado

Pelo presente instrumento particular de procuração, a OUTORGANTE: QUALIFICAÇÃO.

Nomeia e constitui a OUTORGADA: QUALIFICAÇÃO, como sua bastante procuradora.

OBJETO: Patrocinar a OUTORGANTE durante a Ação Penal e Civil, bem como em inquéritos ou demais investigações e ações extrajudiciais, em oposição à QUALIFICAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA, em virtude dos fatos narrados no Boletim de Ocorrência de nº ..., pelos crimes/atos ilícitos de TIPIFICAÇÃO, ao NARRAÇÃO DOS FATOS (ACRESCENTAR OS DADOS DO PROCESSO CASO JÁ EXISTA), sendo tomado conhecimento do fato delituoso em DATA, bem como nos fatos e ações penais relacionadas a este e todos os atos judiciais e extrajudiciais em prol da defesa do objeto desta procuração.

PODERES: para o foro em geral, mediante cláusula ad-judicia e et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como fora deles, podendo, esta, praticar quaisquer atos perante a Administração Pública e, da mesma maneira, promover contra quem de direito as ações competentes, e ainda, defendê-la nas contrárias, postulando, em umas e outras, até decisão final; usando todos os recursos legais necessários a melhor defesa dos interesses do outorgante, em tudo acompanhando-o; conferindo-lhes ainda, poderes especiais para receber citação, confessar, e reconhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, assinar declaração de hipossuficiência econômica, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação para tanto, em qualquer instância ou tribunal, usar de todos os meios de recursos em direito admitidos, podendo ainda, requerer tudo que for necessário para o bom e fiel cumprimento do mandato apresentar defesa previa, alegações finais, produzir provas e tudo o mais que for necessário ao fiel e cabal desempenho deste mandato, além de representar ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial, oferecer queixa-crime, renunciar o exercício do direito de queixa, oferecer e

aceitar perdão do ofendido, arguir suspeição do juiz, arguir falsidade documental, agindo em conjunto ou separadamente, para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive, substabelecer, enfim, praticar e recorrer a todos os meios legais necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, poderes ainda de levantar e receber alvará.

EXTINÇÃO DO MANDATO: As atribuições durarão até a coisa julgada material ou a resolução de conflito por meio alternativo, caso não haja renúncia dos poderes ou revogação da presente procuração.

Local, data.

Nome da outorgante

CPF: ...

☐☐ Procuração “Ad Judicia et Extra” em Ação Penal Privada – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que autoriza o advogado a representar o cliente em todos os atos judiciais (“ad judicia”) e extrajudiciais (“et extra”) relacionados à ação penal privada, como nos casos de queixa-crime.

☐ Finalidade

- ☐ Permitir que o advogado atue de forma ampla em defesa do cliente, tanto no processo judicial quanto em procedimentos extrajudiciais.
- ☐ Garantir que o querelante (vítima) tenha

representação plena em todas as fases da ação penal privada.

- □ Formalizar os poderes do advogado para propor, acompanhar e praticar todos os atos necessários em nome do cliente.

□ Estrutura da Procuração “Ad Judicia et Extra”

- □ Qualificação do outorgante (querelante/vítima).
- □□ Qualificação do advogado (outorgado).
- □ Descrição dos poderes: propor queixa-crime, atuar em todas as instâncias, apresentar recursos, substabelecer poderes, participar de audiências, requerer diligências, entre outros.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (pode exigir reconhecimento de firma).

□□ Procedimento

- ✎ □ Preencher corretamente os dados das partes.
- □ Especificar os poderes de forma ampla, incluindo atuação judicial e extrajudicial.
- □□ Assinar e, se exigido, reconhecer firma.

□ Importância

- □□ Garante que o advogado possa praticar todos os atos necessários à defesa dos interesses do cliente.
- ✓ □ Evita nulidades processuais por falta de poderes expressos.
- □ Dá segurança jurídica ao advogado para agir em nome do

cliente em todas as fases da ação penal privada.

△ □ Observações

- □ Procuração pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
 - □ Deve ser apresentada ao juízo para validade dos atos processuais.
 - □ Para propor queixa-crime, é obrigatório constar poderes especiais.
-

□ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

□ FAQ – Procuração “Ad Judicia et Extra” em Ação Penal Privada

1. Para que serve essa procuração?

Serve para autorizar o advogado a propor e acompanhar ação penal privada, praticando todos os atos judiciais e extrajudiciais necessários.

2. Quem pode conceder essa procuração?

A vítima (querelante) ou seu representante legal.

3. Precisa ser reconhecida em cartório?

Não é obrigatório, mas pode ser exigido pelo juízo para garantir autenticidade.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para propor queixa-crime, atuar em juízo, apresentar recursos, substabelecer, participar de audiências, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração específica?

Não. Para propor queixa-crime, a procuração deve conter poderes especiais, sob pena de nulidade.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, o outorgante pode revogar a qualquer momento, comunicando ao advogado e ao juízo.

7. Vale para todos os atos do processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a propositura até o trânsito em julgado.

8. Precisa de poderes especiais para propor queixa-crime?

Sim, é obrigatório constar poderes especiais para propor ação penal privada.

9. Onde encontro um modelo de procuração

“ad judicium et extra”?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

[Modelo] Procuração Criminal – Ação Penal Privada [Queixa-Crime]

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
Modelo de Procuração para atuação criminal em sede de Ação Penal Privada.

PROCURAÇÃO

Outorgante: [NOME COMPLETO DO CLIENTE/QUERELANTE], nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº xxxx-órgão emissor/UF, inscrito no CPF sob nº 000.000.000-00, residente e domiciliado à Rua ..., nº ..., bairro, cidade/UF;

Outorgado: ADVOGADO (A), brasileiro (a), inscrito (a) na OAB/UF sob nº XXX.XXX, com escritório profissional na Rua ..., nº ..., bairro, Cidade-UF, CEP: 00.000-000, onde o (a) outorgado

(a) deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando, os mesmos, investidos nos poderes para o foro em geral previsto no artigo 105 do CPC. e artigo 44 do CPP, especialmente para promover representação criminal – queixa crime em face a [NOME DO QUERELADO], noticiados no Termo Circunstanciado nº 0000/00000 (se houver), pelo crime previsto no art. xxx do Código Penal, usando de todos os recursos legais e acompanhando-a até decisão final. Confere ainda ao outorgado os poderes especiais para requerer, desistir, transacionar, conciliar, assinar termo de denúncia e conciliação, renunciar, desistir, transigir, em juízo ou fora dele, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Cidade/UF, data.

Outorgante

Observações: Por tratar-se de Ação Penal Privada, onde presume-se que a vítima de determinado ato criminoso perpetrado por outrem provoca o Juiz de Direito a julgar a matéria, as procurações devem obedecer os requisitos dispostos no artigo 44 do Código de Processo Penal, sendo:

Conceder poderes especiais para o ingresso da ação penal privada;

Constar o nome do querelante;

Constar a menção (resumida) do fato criminoso (salvo quando depender de diligências para a devida averiguação), com o apontamento à legislação infringida, de modo a referenciar

individualizadamente o fato delituoso.

Ademais, parte considerável da doutrina entende que o nome do querelado deverá constar na procuração, salvo na impossibilidade de fazê-lo.

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Ação Penal Privada (Queixa-Crime) – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que concede poderes ao advogado para representar a vítima (querelante) em todos os atos necessários à propositura e acompanhamento de ação penal privada (queixa-crime).

☐ Finalidade

- ☐ Permitir que o advogado proponha, acompanhe e atue em todos os atos do processo penal privado.
- ☐ Garantir a defesa dos interesses da vítima em casos de crimes de ação penal privada.
- ☐ Formalizar os poderes do advogado para atuar judicial e extrajudicialmente em nome do cliente.

☐ Estrutura da Procuração Criminal

- ☐ Qualificação do outorgante (vítima/querelante).
- ☐☐☐ Qualificação do advogado (outorgado).
- ☐ Descrição dos poderes: propor queixa-crime, atuar em todas as instâncias, apresentar recursos, substabelecer, participar de audiências, requerer diligências, entre outros.

- Poderes especiais para propor queixa-crime (obrigatório).
- Data e local.
- Assinatura do outorgante (pode ser exigido reconhecimento de firma).

Procedimento

- Preencher corretamente os dados das partes.
- Incluir poderes especiais para propor queixa-crime.
- Assinar e, se necessário, reconhecer firma.

Importância

- Garante que o advogado tenha poderes para todos os atos da ação penal privada.
- Evita nulidades processuais por ausência de poderes específicos.
- Dá segurança jurídica ao advogado e ao cliente.

Observações

- Procuração pode ser revogada a qualquer tempo.
- Deve ser apresentada ao juízo para validade dos atos processuais.
- Poderes especiais são exigidos para propor a queixa-crime.

Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)

☐ **FAQ – Modelo de Procuração Criminal para Ação Penal Privada (Queixa-Crime)**

1. Para que serve essa procuração?

Para conceder poderes ao advogado para propor e acompanhar ação penal privada (queixa-crime) em nome da vítima.

2. Quem pode outorgar essa procuração?

A vítima do crime (querelante) ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido pelo juízo para garantir autenticidade.

4. Quais poderes precisam constar na procuração?

Poderes para propor queixa-crime, atuar em juízo, apresentar recursos, substabelecer, participar de audiências, entre outros – incluindo obrigatoriamente poderes especiais para propor a ação.

5. O advogado pode propor queixa-crime sem procuração?

Não. É obrigatório que a procuração contenha poderes especiais para propor a ação penal privada.

6. Como revogar a procuração?

Por meio de um instrumento de revogação, comunicando o advogado e, se necessário, o juízo.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, abrange todos os atos necessários à ação penal privada, desde a propositura até o trânsito em julgado.

8. Onde encontrar um modelo de procuração criminal para ação penal privada?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

9. Posso limitar os poderes do advogado na procuração?

Sim, é possível restringir ou detalhar os poderes, conforme a necessidade do outorgante.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!GPT-4.1Prompt Library

Real-Time Data

Modelo de procuração para Representação Criminal – crimes de ameaça e stalking

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

Outorgante: FULANO (A) DE TAL, nacionalidade, estado civil, natural de, CPF , RG , residente na , nomeia e constitui seu bastante procurador;

Outorgado: Advogado (a), OAB, estado civil, natural de, nacionalidade, endereço eletrônico, residente e domiciliado, RG, CPF, onde o Outorgado deverá receber quaisquer correspondências e ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: pelo referido instrumento particular de procuração, a outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer juízo, instância ou tribunal, ficando o mesmo investido nos poderes para o foro em geral e especialmente para promover REPRESENTAÇÃO CRIMINAL, conforme os artigos 38 e 39 do Código de Processo Penal em face do (a) senhor (a), nacionalidade, natural de, endereço eletrônico, RG, CPF, residente e domiciliado, noticiado através do Boletim de Ocorrência Policial registrado na comarca de _ pelas condutas descritas nos artigos 147, parágrafo único e 147 – A, § 3º, todos do Código Penal na forma concurso material de crimes, usando de todos os recursos legais e acompanhando-a até a decisão final. Confere ainda ao outorgado os poderes especiais para requerer, desistir, transacionar, conciliar, assinar termo de audiência

e conciliação, renunciar, transigir, em juízo ou fora dele, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Comarca, Estado, data, mês, ano

Nome do (a) cliente (Outorgante)

☐☐ Modelo de Procuração para Representação Criminal – Ameaça e Stalking – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento que autoriza o advogado a representar a vítima em procedimentos criminais relacionados a crimes de ameaça e stalking (perseguição).

☐ Finalidade

- ☐ Permitir que o advogado represente a vítima em delegacias, Ministério Público e perante o Judiciário.
- ☐☐ Garantir proteção à vítima, facilitando a tomada de medidas legais, como registro de ocorrência, pedido de medidas protetivas e acompanhamento do inquérito.
- ☐ Formalizar a atuação do advogado em todas as etapas do procedimento criminal.

☐ Estrutura da Procuração

- ☐ Qualificação do outorgante (vítima).
- ☐☐☐ Qualificação do advogado (outorgado).
- ☐ Poderes: representar em delegacias, acompanhar inquérito, requerer medidas protetivas, atuar junto ao Ministério Público e Judiciário, substabelecer poderes,

entre outros.

- Data e local.
- Assinatura do outorgante (pode ser exigido reconhecimento de firma).

Procedimento

- Preencher corretamente os dados das partes.
- Especificar claramente os poderes, incluindo representação em órgãos policiais e judiciais.
- Assinar e, se necessário, reconhecer firma.

Importância

- Protege a vítima, garantindo que todas as providências legais sejam tomadas rapidamente.
- Permite que o advogado atue desde a denúncia até o acompanhamento do processo.
- Dá segurança jurídica à atuação do advogado em nome da vítima.

Observações

- Procuração pode ser revogada a qualquer momento pela vítima.
 - É recomendável apresentar a procuração em delegacias e órgãos competentes.
 - Pode ser usada para crimes de ameaça (art. 147 do CP) e stalking (art. 147-A do CP).
-

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Procuração para Representação Criminal (Ameaça e Stalking)

1. Para que serve essa procuração?

Para autorizar o advogado a representar a vítima em todas as etapas do procedimento criminal por ameaça ou stalking.

2. Quem pode conceder essa procuração?

A própria vítima ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido para maior segurança e aceitação em órgãos públicos.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para representar em delegacias, acompanhar inquérito, requerer medidas protetivas, atuar junto ao Ministério Público e Judiciário, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Para alguns atos emergenciais, sim, mas a procuração é

essencial para a representação formal e acompanhamento do caso.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a vítima pode revogar a qualquer momento, comunicando ao advogado e aos órgãos onde ela foi apresentada.

7. Vale para todo o procedimento criminal?

Sim, normalmente abrange desde o registro da ocorrência até o final do processo, inclusive recursos.

8. Pode ser usada para outros crimes além de ameaça e stalking?

Sim, desde que os poderes estejam claramente especificados na procuração.

9. Onde encontro um modelo de procuração para esses casos?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Modelo Procuração Assistente de Acusação

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
Advogado atuando como assistente de acusação

PROCURAÇÃO ASSISTÊNCIA DE ACUSAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, a abaixo assinada, NOME COMPLETO OUTORGANTE, nacionalidade, estado civil, portador da cédula de identidade RG sob nº. 00.000.000-0 e do CPF sob o nº. 000.000.000-00, residente e domiciliado na , nº 00 casa 00, bairro – CEP: 00000-000 – Cidade – UF, nomeia e constitui sua bastante procuradora, nome advogada, nacionalidade, estado civil, advogada, regularmente inscrita nos Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Barueri, sob o n.º 000.000, com endereço comercial na__ nº 0, Bairro, Cidade/UF, CEP 00000-000, a qual delega poderes especiais para intervir como assistente de acusação no Processo Criminal nº 0000000-00.0000.0.00.0000 em trâmite perante a 0ª Vara Criminal do Foro da Comarca de Cidade/UF, que a Justiça Pública move contra NOME COMPLETO RÉU como incurso nos artigos 129, “caput”, 140, § 3º, e 147, “caput”, c/c 61, inc. II, a, todos do Código Penal, em concurso material, e que tem como vítima, podendo produzir provas, fazer alegações escritas ou sustentação oral, receber intimação e notificação, interpor, arrazoar e contra-arrazoar recursos, solicitar perícias, acareações, busca e apreensão, requerer perguntas às testemunhas, praticar todos os atos que se fizerem necessários para o fiel e integral desempenho do presente mandato, podendo, ainda, substabelecer poderes nos termos da lei.

Cidade, 00 de mês de ano.

Assinatura _____.

NOME OUTORGANTE.

☐☐ Modelo de Procuração para Assistente de Acusação – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que concede poderes ao advogado para atuar como assistente de acusação, auxiliando o Ministério Público na ação penal.

☐ Finalidade

- ☐ Permitir que a vítima (ou seu representante) participe ativamente do processo penal, por meio de advogado habilitado como assistente de acusação.
- ☐ Reforçar a acusação, contribuindo para a busca da verdade e defesa dos interesses da vítima.
- ☐ Formalizar a atuação do advogado como assistente de acusação, garantindo poderes para todos os atos processuais cabíveis.

☐ Estrutura da Procuração para Assistente de Acusação

- ☐ Qualificação do outorgante (vítima ou representante legal).
- ☐☐☐ Qualificação do advogado (outorgado).

- Descrição dos poderes: habilitar-se como assistente de acusação, atuar em todas as fases do processo, apresentar provas, interpor recursos, substabelecer poderes, participar de audiências, entre outros.
- Data e local.
- Assinatura do outorgante (pode ser exigido reconhecimento de firma).

Procedimento

- Preencher corretamente os dados das partes.
- Especificar claramente os poderes para atuação como assistente de acusação.
- Assinar e, se necessário, reconhecer firma.

Importância

- Garante à vítima maior participação e voz no processo penal.
- Permite ao advogado praticar todos os atos processuais em defesa dos interesses da vítima.
- Dá segurança jurídica à atuação do advogado como assistente de acusação.

Observações

- A habilitação como assistente de acusação deve ser feita após o recebimento da denúncia.
- A procuração pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- É importante apresentar a procuração ao juízo para validade dos atos.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Procuração para Assistente de Acusação

1. O que é um assistente de acusação?

É o advogado da vítima que atua junto com o Ministério Público para reforçar a acusação em um processo penal.

2. Quem pode nomear um assistente de acusação?

A vítima, seu representante legal ou, em caso de morte, seus sucessores.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido para maior autenticidade.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para habilitar-se como assistente de acusação, atuar em todas as fases processuais, produzir provas, interpor recursos e substabelecer poderes.

5. Quando o assistente de acusação pode atuar no processo?

Após o recebimento da denúncia pelo juiz.

6. O assistente de acusação pode atuar sozinho?

Não. Ele sempre atua ao lado do Ministério Público, não podendo substituir o MP.

7. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

8. Onde encontro um modelo de procuração para assistente de acusação?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

9. Qual a vantagem de ter um assistente de acusação?

Maior participação da vítima no processo e reforço na busca por justiça.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Modelo de Procuração Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: __, brasileiro, ____, portador do documento de identidade tipo RG nº. _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, **Bairro** _____, _____ - _____.

OUTORGADO: ADVOGADO, brasileiro, casado, inscrito na OAB-UF xxx, com escritório profissional à Av. xxxxx, nº xxxx, BAIRRO, CIDADE- UF e endereço eletrônico xxxxxxxx onde receberá as notificações e intimações do feito.

PODERES: representar a outorgante e defender seus interesses, perante qualquer Juiz, instância ou Tribunal, ou fora deles, com os poderes da clausula ad judicium, Et extra, podendo propor as ações que julgar necessárias, em especial para promover sua defesa nos autos de nº _____ movido em seu desfavor pela imputação do suposto crime de _____, previsto no art. __ do CP, podendo ainda, requerer revogação de prisão preventiva, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia, alegações finais produzir provas e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato, receber intimações e notificações podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Local, Data.

OUTORGANTE

□□ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

□ O que é?

- Documento que concede poderes ao advogado para representar o cliente em procedimentos criminais, sejam eles investigados, acusados ou vítimas em processos penais.

□ Finalidade

- ▯ Permitir que o advogado atue em defesa do cliente em todas as fases do processo criminal: investigação, inquérito, ação penal e recursos.
- □□ Garantir ampla defesa e acompanhamento técnico desde a delegacia até o tribunal.
- □ Formalizar a representação do advogado perante autoridades policiais, Ministério Público e Judiciário.

□ Estrutura da Procuração Criminal

- □ Qualificação do outorgante (quem está sendo representado: investigado, acusado ou vítima).
- □□□ Qualificação do advogado (outorgado).
- □ Descrição dos poderes: defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (pode ser exigido reconhecimento de firma).

☐☐ Procedimento

- ✎☐ Preencher corretamente os dados das partes.
- ☐ Especificar claramente os poderes concedidos.
- ☐☐ Assinar e, se necessário, reconhecer firma.

☐ Importância

- ☐☐ Garante ao cliente a assistência de advogado em todas as fases do processo penal.
- ✓☐ Evita nulidades processuais por ausência de poderes específicos.
- ☐ Dá segurança jurídica à atuação do advogado.

⚠☐ Observações

- ☐ Procuração pode ser revogada a qualquer tempo.
- ☐ Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
- ☐ Pode ser utilizada tanto por investigados/acusados quanto por vítimas.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Modelo de Procuração Criminal

1. Para que serve uma procuração criminal?

Para autorizar o advogado a atuar em nome do cliente em procedimentos e processos criminais, garantindo defesa técnica e acompanhamento legal.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal: investigado, acusado ou vítima (ou seus representantes legais).

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido para maior autenticidade perante órgãos oficiais.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações de urgência, excepcionalmente, sim. Mas a procuração é essencial para a regularidade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. Vale para todo o processo criminal?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até o trânsito em julgado.

8. Pode ser usada por vítimas e acusados?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: SR (A). NOME DO (A) CLIENTE, brasileira, Solteira, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX RG nº XX.XXX.XXX-X, expedição: XX/XX/20XX, Data de nascimento: XX/XX/XXXX, Tel: 21 XXXXX-XXXX. E-mail: xxxxxxxxxxxxxx@gmail.com- Residente e

Domiciliado; Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX- Bairro/RJ – CEP: XX.XXX-XXX.

OUTORGADO: Dr (a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Advogado-a), inscrito na OAB/RJ Sob o N°XXXXXX, com endereço profissional XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX n° XX, bairro XXXXXXX/ Rio de Janeiro, CEP:XXXXXXXXXXXX.

PODERES E FINALIDADES: O OUTORGANTE por este instrumento particular de mandato, constitui e nomeia o OUTORGADO como seu procurador, outorgando-lhe os poderes necessários para o foro em geral à defesa de seus direitos e interesses, com as cláusulas ad judicium e et extra, podendo o referido procurador atuar em qualquer tribunal, juízo, empresas de naturezas privadas e públicas, instituições e órgãos públicos, esferas administrativas da União, Estados e Municípios, Autarquias e Fundações, para que lhe represente e pratique todos os atos que se fizerem necessários ao integral cumprimento do presente mandato, tais como; acordar, concordar, discordar, recorrer, requerer medidas preventivas e preparatórias e cautelares, desistir, firmar pactos, assinar termos, colher informações, receber e dar quitação através de alvará, levantar mandados de pagamento, levantar alvarás judiciais, levantar e receber valores RPV's ou PRECATÓRIOS, agindo em conjunto ou isoladamente, podendo substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas, inclusive, com poderes especiais para propor pedidos em Processo Penal, perante juizado especial criminal, procedimento sumaríssimo, sumário, ordinário e especial. Exercer defesa preliminar em fase inquisitorial, atuação em Delegacia de Polícia, Audiência de Custódia, acompanhar e orientar em interrogatório, acompanhar em cartório e atos extrajudiciais. Realizando todos os atos inerentes a defesa de outorgante, incluindo recursos/Ações ao Tribunal, Tribunal do Júri, Turma Recursal, STJ e STF.

Rio de Janeiro, XX de Dezembro de 20XX.

SR (A). NOME DO (A) OUTORGANTE CPF n° XXX.XXX.XXX-XX

ASSINATURA.

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que autoriza o advogado a representar a pessoa em procedimentos e processos criminais, tanto na defesa quanto em outros interesses ligados ao processo penal.

☐ Finalidade

- ☐ Permitir que o advogado atue em nome do cliente em investigações, audiências, diligências, recursos e demais atos judiciais e extrajudiciais no âmbito criminal.
- ☐☐ Garantir a defesa técnica e os direitos do cliente perante autoridades policiais, Ministério Público e Judiciário.
- ☐ Formalizar a atuação do advogado, dando-lhe poderes para agir em nome do outorgante.

☐ Estrutura da Procuração Criminal

- ☐ Qualificação do outorgante (quem está concedendo os poderes).
- ☐☐☐ Qualificação do advogado (quem recebe os poderes).
- ☐ Descrição dos poderes: defesa em inquéritos, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (pode ser exigido reconhecimento de firma).

□□ Procedimento

- ✎□ Preencher corretamente os dados das partes.
- □ Detalhar claramente os poderes concedidos ao advogado.
- □□ Assinar e, se necessário, reconhecer firma.

□ Importância

- □□ Assegura que o advogado possa atuar plenamente na defesa do cliente.
- ✓□ Evita nulidades e problemas processuais por ausência de poderes.
- □ Confere validade jurídica à atuação do advogado em todos os atos necessários.

△□ Observações

- □ A procuração pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- □ Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
- □ Pode ser utilizada tanto por acusados quanto por vítimas, dependendo do caso.

□ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)

☐ **FAQ – Modelo de Procuração Criminal**

1. Para que serve a procuração criminal?

Serve para autorizar o advogado a representar o cliente em todas as fases do processo criminal, garantindo defesa técnica e acompanhamento legal.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por alguns órgãos para maior segurança jurídica.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações emergenciais, pode iniciar a atuação, mas a regularização da procuração é essencial para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até o final do processo, inclusive recursos.

8. Serve tanto para defesa quanto para acusação?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

XXXXXXXXXXXX, brasileiro, solteiro, servente de pedreiro, portador do registro geral nº XXX.XXX.XXX – SSP/RN, CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Ticio dos anzois pereira e Ana Claudia dos anzois pereira, nascido em 05/04/1998, residente e domiciliado na RUA HAVAÍ, S/N, PASSO DA PÁTRIA, NATAL/RN, CEP 59025-763, por este instrumento e na melhor forma de direito, outorga a FRANCISCO MAXIMILIANO FERNANDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob nº 12.640 0AB/RN, CPF/MF sob nº XXXXXXX, RG XXXXXXX – SSP/RN, com endereço profissional na Rua João Pessoa, Nº 219 – sala 202 – Ed. Sisal, Cidade Alta, Natal/RN – CEP: 59025-500. Pelo presente instrumento de procuração, a outorgante nomeia e constitui o seu bastante procurador, a quem confere os poderes referentes à cláusula “ad judicium et extra”, para o fim especial de defendê-la em Processo Criminal nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que lhe move a Justiça Pública. Podendo, para tanto, em qualquer instancia ou tribunal, usar de todos os meios de recursos em direito admitidos, podendo ainda, requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa previa, alegações finais, produzir provas e tudo o mais que for necessário ao fiel e cabal desempenho deste mandato, inclusive substabelecer.

Natal, 27 de março de 2019.

NOME DO OUTORGANTE

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento que autoriza um advogado a representar um cliente em procedimentos criminais, seja como investigado, acusado ou vítima.

☐ Finalidade

- ☐ Permitir que o advogado atue em defesa do cliente em todas as fases do processo criminal: investigação, inquérito, ação penal, recursos e demais atos judiciais e extrajudiciais.
- ☐☐ Garantir que o cliente tenha assistência técnica adequada perante autoridades policiais, Ministério Público e Poder Judiciário.
- ☐ Formalizar a atuação do advogado, conferindo poderes para agir em nome do outorgante.

☐ Estrutura da Procuração Criminal

- ☐ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
- ☐☐☐ Qualificação do advogado (quem recebe os poderes).
- ☐ Descrição dos poderes: defender em inquérito, acompanhar interrogatórios, atuar em audiências, apresentar e impugnar provas, interpor recursos, substabelecer poderes, entre outros.
- ☐ Data e local.
- ☐☐ Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma).

☐☐ Procedimento

- ✎☐ Preencher corretamente os dados das partes.
- ☐ Detalhar claramente os poderes concedidos ao advogado.
- ☐☐ Assinar e, se necessário, reconhecer firma para maior validade.

☐ Importância

- ☐☐ Assegura o direito à ampla defesa e à atuação técnica do advogado em todas as fases processuais.
- ✓☐ Evita nulidades e problemas jurídicos por ausência de poderes.
- ☐ Dá segurança jurídica à atuação do advogado.

⚠☐ Observações

- ☐ A procuração pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- ☐ Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
- ☐ Pode ser utilizada tanto por acusados quanto por vítimas, desde que os poderes estejam especificados.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Modelo de Procuração Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Para autorizar o advogado a representar o cliente em todas as fases do processo criminal, garantindo defesa técnica e acompanhamento legal.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por alguns órgãos para maior segurança jurídica.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações emergenciais, pode iniciar a atuação, mas a regularização da procuração é essencial para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até o final do processo, inclusive recursos.

8. Serve tanto para defesa quanto para representação de vítimas?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

.

Procuração criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO JUDICIAL

Através do presente instrumento particular de mandato.

_____,
_____, _____, portador (a) do RG:
_____ e CPF: _____, residente e domiciliado (a) à

_____, constitui como seu bastante procurador e advogado XXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, advogado, inscrito na OAB xxxx, com endereço eletrônico xxxxxx, onde receberá notificações, intimações de estilo, para, representar a outorgante e defender seus interesses, perante qualquer Juiz, instância ou Tribunal, ou fora deles, com os poderes da clausula ad judicium, Et extra, podendo propor as ações que julgar necessárias, em especial para promover sua defesa nos _____, nº _____ movido em seu desfavor pela imputação de crime _____, previsto no art. _____, podendo ainda, requerer revogação de prisão preventiva, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia, alegações finais produzir provas e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato, receber intimações e notificações podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes.

_____, _____.

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

☐ 0 que é?

- Documento que permite ao advogado representar o cliente em procedimentos criminais, seja como investigado, acusado ou vítima durante o processo penal.

□ Finalidade

- ☞ Garantir que o advogado possa atuar em nome do cliente em todas as fases do processo criminal: investigação, inquérito, ação penal, audiências e recursos.
- □ Proteger o direito de defesa técnica e garantir acompanhamento jurídico em todos os atos processuais.
- □ Formalizar a relação entre cliente e advogado, estabelecendo poderes para agir judicial e extrajudicialmente.

□ Estrutura da Procuração Criminal

- □ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
- □□ Qualificação do advogado (quem recebe os poderes).
- □ Descrição dos poderes: defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma).

□□ Procedimento

- ☞ Preencher corretamente todas as informações das partes.
- □ Especificar de forma clara e detalhada os poderes concedidos ao advogado.

- Assinar e, se necessário, reconhecer firma para maior segurança.

Importância

- Garante a atuação plena do advogado na defesa do cliente.
- Evita nulidades processuais por falta de poderes específicos.
- Dá respaldo jurídico à atuação do advogado em todas as etapas do processo.

Observações

- A procuração pode ser revogada pelo outorgante a qualquer momento.
 - Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
 - Pode ser utilizada tanto por acusados quanto por vítimas, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.
-

Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ **FAQ – Modelo de Procuração Criminal**

1. Para que serve a procuração criminal?

Para autorizar o advogado a representar o cliente em todas as fases do processo criminal, garantindo defesa técnica e acompanhamento jurídico adequado.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por algumas autoridades para maior segurança jurídica.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações emergenciais, pode iniciar a atuação, mas a regularização da procuração é indispensável para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até o final do processo, inclusive recursos.

8. Serve tanto para defesa quanto para representação de vítimas?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
P R O C U R A Ç Ã O

DEFESA CRIMINAL – PRISÃO

Outorgante: FULANO DE TAL, brasileiro, solteiro, agricultor, nascido em xx.xx.xxxx, inscrito no CPF sob nº 0000, RG nº 0000 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, Centro, Teixeira – PB, CEP: 58.735-000;

Outorgado: FULANO DE TAL, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob nº 000, com escritório na Rua XXX, nº 40, Centro, Teixeira – PB, CEP: 58.735-000, onde deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ficando, os mesmos, especialmente para o fim especial de defendê-lo na Ação Criminal nº 0000000, em trâmite na Comarca de Teixeira – PB, dando-o como incurso nas penas do (s) artigo (s) xxx, §x, inciso XX, do Código Penal. Podendo, para tanto, em qualquer instância ou tribunal, usar de todos os meios de recursos em direito admitidos, podendo ainda, requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia, alegações finais, produzir provas e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato, receber intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Teixeira – PB, 2 de dezembro de 2017.

FULANO DE TAL

▪ ADVOGADO – OAB/PB 12345 –

□□ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

□ O que é?

- Documento jurídico que concede poderes para um advogado representar o cliente em procedimentos criminais, seja como investigado, acusado ou vítima.

□ Finalidade

- ☞ Permitir que o advogado atue em nome do cliente em todas as fases do processo criminal: investigação, inquérito, ação penal, audiências e recursos.
- □□ Garantir defesa técnica e acompanhamento jurídico em todos os atos processuais.
- □ Formalizar a relação entre cliente e advogado, especificando os poderes concedidos.

□ Estrutura da Procuração Criminal

- □ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
- □□□ Qualificação do advogado (quem recebe os poderes).
- □ Descrição dos poderes: defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma).

☐☐ Procedimento

- ✎☐ Preencher corretamente os dados das partes.
- ☐ Especificar de forma clara e detalhada os poderes concedidos ao advogado.
- ☐☐ Assinar e, se necessário, reconhecer firma para maior segurança jurídica.

☐ Importância

- ☐☐ Garante ao cliente o direito à ampla defesa e assistência de advogado em todas as etapas do processo penal.
- ✓☐ Evita nulidades processuais por ausência de poderes específicos.
- ☐ Dá respaldo jurídico à atuação do advogado.

⚠☐ Observações

- ☐ A procuração pode ser revogada pelo outorgante a qualquer momento.
- ☐ Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
- ☐ Pode ser utilizada tanto por acusados quanto por vítimas, desde que os poderes estejam devidamente especificados.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Modelo de Procuração Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Para autorizar o advogado a representar o cliente em todas as fases do processo criminal, garantindo defesa técnica e acompanhamento jurídico.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por algumas autoridades para maior segurança jurídica.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações emergenciais, pode iniciar a atuação, mas a regularização da procuração é indispensável para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até o final do processo, inclusive recursos.

8. Serve tanto para defesa quanto para representação de vítimas?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: xxxx, brasileiro, divorciado, portador da identidade de nº xxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxx – bairro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: xxxxxxx.

OUTORGADO: xxxxxxxx, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob nº xxxxxxxx, com escritório profissional na xxxxxxxx – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro RJ, CEP xxxxxx, onde o outorgado deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes especiais e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador, a quem concede amplos poderes para o foro em geral, com cláusulas “AD JUDICIA e ET EXTRA”, incluindo representação judicial e extrajudicial, podendo, para tanto, em qualquer instância ou tribunal, usar de todos os meios de recurso em direito admitidos, podendo assinar do que for necessário em Juízo, perante autoridade policial, juntar documentos, arrolar testemunhas e inquiri-las, levantar suspeição de quem for usar de poderes “ad judicium”, acordar, desistir e transigir, podendo, ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, permitindo-lhe a realização de todos os atos necessários ao fiel e cabal desempenho deste mandato, agindo em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom, firme e valioso, e, especificadamente neste ato, com fulcro no artigo 44 do Código de Processo Penal, CONCEDE PODERES ESPECIAIS PARA INGRESSAR EM JUÍZO COM QUEIXA CRIME contra xxxxxxxx, brasileiro, profissão, identidade, cpf, com endereço na xxxxxxxx – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ – CEP. xxxxxx. Porque, no dia xx/xx/2022, por volta das xxh, na xxxxxx, de maneira destemperada, agressiva e

grosseira, RASGANDO um requerimento timbrado e assinado deste Outorgante, em sua frente, afrontando e usando as seguintes palavras vexatórias, ofensivas e com o tom de voz bastante agressivo e alto: “OLHA O QUE EU FAÇO COM ESSA PORCARIA?”(rasgou o documento) – “DEIXA DE PALHAÇADA – PAGA O QUE DEVE E PARA DE ENCHER O SACO”, fato este que foi presenciado pelo pai de xxxxx, de nome xxxxx, e por mais duas funcionárias, e tendo assim praticado contra o Outorgante o crime de INJÚRIA, previsto no artigo, 140 e 141, inciso III, todos do Código Penal, motivando a presente Ação Penal Privada.

Rio de Janeiro, em xx de novembro de 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Quer ter mais conteúdos na área Criminal, me siga no Instagram: @sergio.neves.advogado

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que autoriza um advogado a representar o outorgante (cliente) em procedimentos criminais, seja como investigado, acusado ou vítima.

☐ Finalidade

- ☐ Permitir que o advogado atue em todas as fases do processo criminal: investigação, inquérito, ação penal, audiências e recursos.
- ☐ Garantir a defesa técnica e o acompanhamento jurídico

do cliente perante autoridades policiais, Ministério Público e Judiciário.

- □ Formalizar a relação entre advogado e cliente, especificando os poderes concedidos.

□ Estrutura da Procuração Criminal

- □ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
- □□ Qualificação do advogado (quem recebe os poderes).
- □ Descrição dos poderes: defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma).

□□ Procedimento

- ✎□ Preencher corretamente os dados das partes.
- □ Especificar de forma clara e detalhada os poderes concedidos ao advogado.
- □□ Assinar e, se necessário, reconhecer firma para maior segurança jurídica.

□ Importância

- □□ Garante o direito à ampla defesa e à assistência técnica do advogado em todas as etapas do processo penal.
- ✓□ Evita nulidades processuais por ausência de poderes específicos.
- □ Dá respaldo jurídico à atuação do advogado.

▲ □ Observações

- □ A procuração pode ser revogada pelo outorgante a qualquer momento.
 - □ Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
 - □ Pode ser utilizada tanto por acusados quanto por vítimas, desde que os poderes estejam devidamente especificados.
-

□ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

□ FAQ – Modelo de Procuração Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Para autorizar o advogado a representar o cliente em todas as fases do processo criminal, garantindo defesa técnica e acompanhamento jurídico.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por algumas autoridades para maior segurança jurídica.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações emergenciais, pode iniciar a atuação, mas a regularização da procuração é indispensável para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até o final do processo, inclusive recursos.

8. Serve tanto para defesa quanto para representação de vítimas?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração

criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)

Procuração Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
Instrumento Particular de Mandato

OUTORGANTE: NOME, NACIONALIDADE, NATURALIDADE, CPF, RG, ENDEREÇO, E-MAIL.

OUTORGADO: NOME, NACIONALIDADE, NATURALIDADE, OAB, ENDEREÇO, E-MAIL, TELEFONE.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando investido nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do CPC e/ou art. 44 do CPP, especialmente para promover sua defesa criminal nos autos de nº _____, movido em seu desfavor pela imputação de crime previsto no art. __ do Código Penal, podendo ainda, requerer revogação de

prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia, alegações finais, memoriais, defender o réu em processo-crime, interpor recursos, requerer abertura de inquérito policial, ajuizar queixa-crime, oferecer perdão, produzir provas e todo e qualquer ato típico do processo penal ao cumprimento fiel deste mandato, receber intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes.

CIDADE, DIA/MÊS/ANO

Outorgante

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que concede poderes ao advogado para representar o cliente em questões criminais, seja como investigado, acusado ou vítima.

☐ Finalidade

- ☐ Permitir que o advogado atue em todas as etapas do processo criminal: investigação, inquérito, ação penal, audiências e recursos.
- ☐ Assegurar defesa técnica e acompanhamento jurídico qualificado.
- ☐ Formalizar a relação entre cliente e advogado, especificando os poderes concedidos.

□ Estrutura da Procuração Criminal

- □ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
- □□ Qualificação do advogado (quem recebe os poderes).
- □ Descrição dos poderes: defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma).

□□ Procedimento

- ✎ □ Preencher corretamente os dados das partes.
- □ Especificar de forma clara e detalhada os poderes concedidos ao advogado.
- □□ Assinar e, se necessário, reconhecer firma para maior segurança jurídica.

□ Importância

- □□ Garante o direito à ampla defesa e à assistência técnica do advogado em todas as etapas do processo penal.
- ✓ □ Evita nulidades processuais por ausência de poderes específicos.
- □ Dá respaldo jurídico à atuação do advogado.

△ □ Observações

- □ A procuração pode ser revogada pelo outorgante a qualquer momento.

- ☐ Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
 - ☐ Pode ser utilizada tanto por acusados quanto por vítimas, desde que os poderes estejam devidamente especificados.
-

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Modelo de Procuração Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Para autorizar o advogado a representar o cliente em todas as fases do processo criminal, garantindo defesa técnica e acompanhamento jurídico.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por algumas autoridades para maior segurança jurídica.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações emergenciais, pode iniciar a atuação, mas a regularização da procuração é indispensável para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até o final do processo, inclusive recursos.

8. Serve tanto para defesa quanto para representação de vítimas?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
P R O C U R A Ç Ã O

Outorgante: FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do Rg nº 123456-órgão emissor/UF, inscrito no CPF sob nº 000.000.000-00, residente e domiciliado à Rua TAL, nº 123, bairro, cidade/UF;

Outorgado: ADVOGADO (A), brasileiro (a), inscrito (a) na OAB/UF sob nº XXX. XXX, com escritório profissional na Rua TAL, nº 123, bairro, Cidade-UF, CEP: 00.000-000, onde o (a) outorgado (a) deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, os outorgantes nomeiam e constituem os outorgados como seus procuradores para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando, os mesmos, investidos nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do C. P. C. e art. 44 do CPP, especialmente para promover representação

criminal – queixa crime em face a BELTRANO DE TAL, noticiados no Termo Circunstanciado nº 0000/00000, pelo crime previsto no art. xxxx do Código Penal, usando de todos os recursos legais e acompanhando-a até decisão final. Confere ainda aos outorgados os poderes especiais para requerer, desistir, transacionar, conciliar, assinar termo de denúncia e conciliação, renunciar, desistir, transigir, em juízo ou fora dele, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Cidade/UF, data.

Assinatura outorgante

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que autoriza um advogado a representar o cliente em processos criminais, seja como investigado, acusado ou vítima.

☐ Finalidade

- ☐ Permitir que o advogado atue em todas as fases do processo criminal: investigação, inquérito, ação penal, audiências e recursos.
- ☐ Garantir defesa técnica e acompanhamento jurídico especializado.
- ☐ Formalizar a relação entre cliente e advogado, especificando os poderes concedidos.

□ Estrutura da Procuração Criminal

- □ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
- □□ Qualificação do advogado (quem recebe os poderes).
- □ Descrição dos poderes: defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma).

□□ Procedimento

- ✎ □ Preencher corretamente os dados das partes.
- □ Especificar de forma clara e detalhada os poderes concedidos ao advogado.
- □□ Assinar e, se necessário, reconhecer firma para maior segurança jurídica.

□ Importância

- □□ Garante o direito à ampla defesa e à assistência técnica do advogado em todas as etapas do processo penal.
- ✓ □ Evita nulidades processuais por ausência de poderes específicos.
- □ Dá respaldo jurídico à atuação do advogado.

△ □ Observações

- □ A procuração pode ser revogada pelo outorgante a qualquer momento.

- Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
 - Pode ser utilizada tanto por acusados quanto por vítimas, desde que os poderes estejam devidamente especificados.
-

Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

FAQ – Modelo de Procuração Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Para autorizar o advogado a representar o cliente em todas as fases do processo criminal, garantindo defesa técnica e acompanhamento jurídico.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por algumas autoridades para maior segurança jurídica.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações emergenciais, pode iniciar a atuação, mas a regularização da procuração é indispensável para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até o final do processo, inclusive recursos.

8. Serve tanto para defesa quanto para representação de vítimas?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!  Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

O que é?

- Documento jurídico que autoriza um advogado a representar o cliente em processos criminais, seja como investigado, acusado ou vítima.

Finalidade

-  Permitir que o advogado atue em todas as fases do processo criminal: investigação, inquérito, ação penal, audiências e recursos.
-  Garantir defesa técnica e acompanhamento jurídico especializado.
-  Formalizar a relação entre cliente e advogado, especificando os poderes concedidos.

Estrutura da Procuração Criminal

-  Qualificação do outorgante (quem concede os poderes).
-  Qualificação do advogado (quem recebe os poderes).
-  Descrição dos poderes: defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

- Data e local.
- Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma).

Procedimento

- Preencher corretamente os dados das partes.
- Especificar de forma clara e detalhada os poderes concedidos ao advogado.
- Assinar e, se necessário, reconhecer firma para maior segurança jurídica.

Importância

- Garante o direito à ampla defesa e à assistência técnica do advogado em todas as etapas do processo penal.
- Evita nulidades processuais por ausência de poderes específicos.
- Dá respaldo jurídico à atuação do advogado.

Observações

- A procuração pode ser revogada pelo outorgante a qualquer momento.
 - Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
 - Pode ser utilizada tanto por acusados quanto por vítimas, desde que os poderes estejam devidamente especificados.
-

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Modelo de Procuração Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Para autorizar o advogado a representar o cliente em todas as fases do processo criminal, garantindo defesa técnica e acompanhamento jurídico.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por algumas autoridades para maior segurança jurídica.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, acompanhamento de interrogatórios, atuação em audiências, apresentação de provas, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações emergenciais, pode iniciar a atuação, mas a regularização da procuração é indispensável para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até o final do processo, inclusive recursos.

8. Serve tanto para defesa quanto para representação de vítimas?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Procuração Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO

NOME DO CLIENTE, brasileiro, estado civil, inscrito no CPF de nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado à Rua..., nº..., bairro..., Cidade/UF, telefone (XX) 9 9999-9999, neste ato outorgante, constitui e nomeia como seu procurador NOME DO ADVOGADO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito junto ao quadro da OAB/UF, de nº XXX.XXX, e CPF de nº XXX.XXX.XXX-XX, com endereço eletrônico: email@adv.oab.org.br e telefone (XX) 9 9999-9999.

Neste ato, a parte outorgante se compromete, na falta de contrato escrito, a cumprir a tabela de honorários da OAB/UF vigente na data da assinatura.

PODERES: O outorgante, por este instrumento de mandato, confere os poderes da cláusula ad judicium e extra dando enfim amplos e irrestritos poderes para o foro em geral, inclusive no âmbito da administração pública, direta e indireta, em seus órgãos competentes, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários ao fiel desempenho da ação judicial ou administrativa, e qualquer procedimento em que seja necessária a intervenção de advogado, representando-o, conjunta ou separadamente, perante qualquer juízo, comarca, instância ou Tribunal, para quem concede os mais amplos e irrestritos poderes, sendo que estes podem, observados os poderes do advogado estabelecidos em Lei, intentar ou acompanhar qualquer feito em nome do outorgante, como autor, réu, assistente, oponente, ou terceiro interveniente, podendo, ainda, celebrar ajustes amigáveis, receber valores em seu nome, dar e receber quitação de crédito, negociar débito, suscitar incidente de

falsidade, arguir exceções de impedimento ou de suspeição, transigir, firmar compromissos, receber citação e intimações, desistir, e substabelecer, se necessário, com ou sem reserva os poderes ora conferidos, bem como retirar alvarás, senhas e documentos, em seu nome, dando tudo por bom, firme e valioso, especificamente neste ato, concedendo os poderes especiais para atuar em plenamente em sua defesa técnica.

Cidade/UF, dia, mês de 2022.

Assinatura do Cliente

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que permite a uma pessoa (outorgante) nomear um advogado para representá-la em questões criminais.

☐ Finalidade

- ☑ Garantir a representação legal em investigações, inquéritos e processos criminais.
- ☑ Assegurar defesa técnica e acompanhamento jurídico.
- ☑ Formalizar a relação entre cliente e advogado, detalhando os poderes concedidos.

☐ Estrutura da Procuração Criminal

- ☑ Qualificação do outorgante (nome, RG, CPF, endereço).

- Qualificação do advogado (nome, inscrição OAB, endereço).
- Descrição dos poderes: defesa em inquérito, audiências, recursos, acompanhamento de interrogatórios, apresentação de documentos, substabelecimento, entre outros.
- Local e data.
- Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma).

Procedimento

- Preencher corretamente todos os dados.
- Especificar claramente os poderes concedidos ao advogado.
- Assinar e, se necessário, reconhecer firma para maior segurança.

Importância

- Garante o direito à ampla defesa e à atuação do advogado em todas as etapas do processo penal.
- Evita nulidades por falta de poderes específicos.
- Dá respaldo jurídico completo à atuação do advogado.

Observações

- A procuração pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- Deve ser apresentada às autoridades competentes.
- Pode ser usada por investigados, acusados ou vítimas, desde que os poderes estejam claros.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Modelo de Procuração Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Para autorizar um advogado a representar o cliente em todas as fases do processo criminal, garantindo defesa e orientação jurídica.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. É necessário reconhecer firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por algumas autoridades para maior segurança.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para atuação em inquérito, audiências, apresentação de documentos, recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Em situações de urgência, pode iniciar a atuação, mas a regularização da procuração é indispensável para validade dos atos.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente cobre todas as fases do processo, inclusive recursos.

8. Serve para vítimas e acusados?

Sim, desde que os poderes estejam adequadamente especificados.

9. Onde encontro um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde posso tirar dúvidas sobre esse documento?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Modelo de procuração criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: _____, brasileiro, solteiro, estudante, portador de cédula de identidade nº. __, **inscrito no CPF sob nº. _____**, residente e domiciliado à _____, nº _____, **Bairro:** _____, CEP: __, **cidade** , **Estado** .

OUTORGADO: _____, brasileiro, casado, ADVOGADO, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional _____, **sob nº. _____**, profissional com escritório localizado na _____, nº _____, **Ed. _____, sala _____, Bairro:** _____, CEP: ____- Cidade de _____ - **Estado** _____, endereço eletrônico: _____, onde o outorgado deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando investido nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do CPC, especialmente para promover sua defesa criminal nos autos de nº _____, movido em seu desfavor pela imputação de crime previsto no art. __, do Código Penal, podendo ainda, requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia, alegações finais, produzir provas e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato, receber intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes.

_/ , **de** __ de 20__.

OUTORGANTE

CPF: _____

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que permite a uma pessoa (outorgante) nomear um advogado para representá-la em processos criminais.

☐ Finalidade

- ☐ Garantir defesa técnica e representação legal em investigações, inquéritos e processos criminais.
- ☐ Permitir ao advogado atuar em todas as fases do processo, inclusive audiências, recursos e diligências.
- ☐ Formalizar a relação entre cliente e advogado, detalhando os poderes concedidos.

☐ Estrutura da Procuração Criminal

- ☐ Qualificação do outorgante (nome, RG, CPF, endereço).
- ☐☐☐ Qualificação do advogado (nome, OAB, endereço).
- ☐ Descrição dos poderes: defesa em inquérito, audiências, apresentação de documentos, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.
- ☐ Local e data.
- ☐☐ Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma).

☐☐ Procedimento

- ✎☐ Preencher corretamente todos os dados das partes.
- ☐ Especificar detalhadamente os poderes concedidos ao advogado.
- ☐☐ Assinar e, se necessário, reconhecer firma para maior segurança.

☐ Importância

- ☐☐ Garante o direito à ampla defesa e à assistência técnica do advogado em todas as etapas do processo penal.
- ✓☐ Evita nulidades processuais por ausência de poderes específicos.
- ☐ Dá respaldo jurídico à atuação do advogado.

⚠☐ Observações

- ☐ A procuração pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.
- ☐ Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos.
- ☐ Pode ser utilizada por investigados, acusados ou vítimas, desde que os poderes estejam claros.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Modelo de Procuração Criminal

1. Para que serve a procuração criminal?

Para autorizar um advogado a representar o cliente em todas as etapas de um processo criminal, garantindo defesa e acompanhamento jurídico.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em procedimento criminal (investigado, acusado ou vítima), ou seu representante legal.

3. Precisa reconhecer firma na assinatura?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por algumas autoridades para maior segurança.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, audiências, apresentação de documentos, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Pode iniciar a atuação em situações urgentes, mas a regularização da procuração é indispensável para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente abrange todas as fases, desde a investigação até recursos finais.

8. Serve para defesa e para vítimas?

Sim, desde que os poderes estejam devidamente especificados.

9. Onde posso encontrar um modelo de procuração criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse documento?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

<https://go.hotmart.com/044375407L>

Procuração para Defesa Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

- Curso de Direito Penal, Processo Penal e Execução Penal (clique aqui)

*** Aprenda a captar clientes dentro do Código de Ética da OAB

** Meu site Aqui

OBS Importante: Não utilize a procuração abaixo para ações penais privadas (queixa-crime), pois necessitam de poderes especiais (art. 44 do CPP).

No mais, o modelo abaixo pode ser perfeitamente utilizado.

Procuração

OUTORGANTE: (nome completo), nacionalidade ..., estado civil ..., profissão ..., portador da identidade nº... -órgão emissor/UF, inscrito no CPF sob nº ..., residente e domiciliado à Rua ..., nº ..., bairro ..., complemento (apto/casa), cidade/UF.

OUTORGADO: (nome completo do Advogado), brasileiro (a), inscrito na OAB/UF sob nº ..., com escritório profissional na Rua ..., nº ..., Bairro ..., Cidade/UF, CEP ..., onde o outorgado poderá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando investido nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do CPC, especialmente para

promover sua defesa criminal nos autos de nº..... – bem como para atuar em processos apensos ou em ações autônomas – movido em seu desfavor pela imputação de crime previsto no art. do Código Penal (ou lei especial nº ...), podendo ainda, requerer a revogação de prisão preventiva, o relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar resposta à acusação, defesa prévia, alegações finais, produzir provas, interpor recursos para qualquer foro ou Tribunal, receber intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato .

Cidade/UF, dia.../mês.../ de

Outorgante

CPF:

☐☐ Procuração para Defesa Criminal – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que autoriza um advogado a representar e defender alguém em processos criminais.

☐ Finalidade

- ☐ Garantir que o acusado tenha representação legal em todas as fases do processo penal.
- ☐ Formalizar a atuação do advogado, permitindo defesa técnica e acompanhamento processual.
- ☐ Especificar os poderes concedidos ao advogado para atuação em defesa do cliente.

□ Estrutura da Procuração para Defesa Criminal

- □ Qualificação do outorgante (quem concede os poderes: nome, RG, CPF, endereço).
- □□ Qualificação do advogado (quem recebe os poderes: nome, OAB, endereço).
- □ Descrição dos poderes: defesa em inquérito, audiências, apresentação de documentos, recursos, substabelecimento, entre outros.
- □ Local e data.
- □ Assinatura do outorgante (com possibilidade de reconhecimento de firma para maior segurança).

□□ Procedimento de Utilização

- ✎ □ Preencher corretamente todos os dados.
- □ Detalhar claramente os poderes concedidos ao advogado.
- □□ Assinar e, se necessário, reconhecer firma em cartório.
- □ Entregar a procuração ao advogado para juntada ao processo.

□ Importância

- □□ Garante o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- ✓ □ Dá respaldo legal à atuação do advogado em todas as etapas do processo criminal.
- □ Evita nulidades e irregularidades processuais.

△ □ Observações

- □ Pode ser revogada a qualquer momento pelo outorgante.

- Deve ser apresentada à autoridade competente para validade dos atos praticados pelo advogado.
 - Pode ser usada por acusados, investigados ou vítimas, desde que os poderes estejam adequadamente descritos.
-

Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

FAQ – Procuração para Defesa Criminal

1. Para que serve a procuração para defesa criminal?

Serve para autorizar formalmente um advogado a atuar na defesa do outorgante em processos criminais, garantindo representação legal.

2. Quem pode conceder essa procuração?

Qualquer pessoa envolvida em processo criminal (acusado, investigado ou vítima), ou seu representante legal.

3. É obrigatório reconhecer firma na assinatura?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido por algumas autoridades para maior segurança.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para defesa em inquérito, participação em audiências, apresentação de documentos, interposição de recursos, substabelecimento, entre outros.

5. O advogado pode atuar sem procuração?

Pode iniciar a atuação em situações urgentes, mas a regularização da procuração é indispensável para validade dos atos processuais.

6. A procuração pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, normalmente cobre todas as fases do processo, inclusive recursos.

8. Serve para defesa de vítimas e acusados?

Sim, desde que os poderes estejam devidamente especificados.

9. Onde posso encontrar um modelo de procuração para defesa criminal?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

10. Como tirar dúvidas sobre esse

documento?

Acesse o [site oficial](#) ou entre em contato pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!

Revogação de Mandato

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

Eu, NOME _____,
NACIONALIDADE _____, ESTADO _____ CIVIL _____,
PROFISSÃO _____, portador do RG _____

Revogação de Mandato de Procurador

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUTIVOS FISCAIS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB

.

.

Ref. Processo nº:

□ **Revogação de Mandato de Procurador – Mapa Mental**

□ **O que é?**

- Documento formal que encerra os poderes concedidos a um procurador, anulando a procuração previamente emitida.

□ **Finalidade**

- □□ Cancelar oficialmente o direito de representação do procurador.
- □ Evitar que o procurador continue agindo em nome do outorgante.
- □ Permitir a nomeação de novo procurador, se necessário.

□ **Estrutura do Documento**

- □ Identificação do outorgante (quem concedeu a procuração).
- □ Identificação do procurador (quem recebeu a procuração).
- □ Declaração expressa de revogação da procuração.
- □ Data e local da revogação.
- □□ Assinatura do outorgante.
- □ Reconhecimento de firma (recomendado para maior segurança).

☐☐ Benefícios

- ☐ Garante segurança jurídica na revogação dos poderes.
- ☐ Resguarda o outorgante de atos indevidos praticados após a revogação.
- ☐☐ Facilita o registro e comunicação a terceiros e órgãos públicos.

⚠☐ Pontos de Atenção

- ☐ Notificar formalmente o procurador sobre a revogação.
- ☐ Comunicar bancos, órgãos e empresas onde a procuração foi usada.
- ☐ Registrar a revogação nos órgãos competentes, se necessário.
- ☐ Atos praticados antes da revogação permanecem válidos.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Revogação de Mandato de Procurador

1. O que é revogação de mandato de

procurador?

É o ato pelo qual o outorgante (quem deu a procuração) cancela oficialmente os poderes do procurador.

2. Como fazer a revogação do mandato?

Por meio de documento escrito, identificando as partes, declarando a revogação, com data, local e assinatura do outorgante.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório, mas é recomendado para dar mais segurança e validade perante terceiros.

4. O procurador precisa ser comunicado?

Sim! O procurador deve ser formalmente informado sobre a revogação.

5. Preciso avisar órgãos públicos ou bancos?

Sim, especialmente se a procuração foi usada nesses locais, para evitar que o procurador continue agindo em seu nome.

6. Posso nomear outro procurador depois da revogação?

Sim, basta fazer uma nova procuração para o novo procurador.

7. A revogação tem efeito imediato?

Sim, a partir da comunicação ao procurador e aos terceiros interessados.

8. Onde encontrar modelos de revogação de mandato?

Você encontra modelos no [site Ademilson CS Advogados](#).

9. A revogação anula os atos praticados antes dela?

Não. A revogação só impede novos atos; os já praticados continuam válidos.

10. Como tirar dúvidas ou obter mais orientações?

Acesse o [site oficial](#) ou entre em contato pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe as novidades pelo [Facebook](#)!

.

.

....., brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CPF sob o n. XXXXXXXXXXXX00, residente e domiciliada na Rua João Pessoa – PB, CEP XXXX-127, na qualidade de esposa e viúva do Sr., este já devidamente qualificado nos autos, em atenção ao despacho de fls. __, expor e requerer o que se segue:

Cumpre destacar, Exa., que a Sra. Elaine, viúva do Sr. XXXXX, tentou por diversas vezes entrar em contato com os causídicos responsáveis por estes autos, inclusive se dirigindo de forma pessoal ao seu escritório, sem lograr êxito.

Pois bem. Considerando que o prazo está correndo, e tendo conferido instrumento procuratório ao Dr., OAB PB XXXX, à Dra. XXXXXXXXXXXXXXXxx, OAB / XXXXX, bem como aos

demais causídicos que estiverem inseridos no rol de procuradores, e não lhe convindo mais a continuação do exercício dos poderes conferidos anteriormente, bem como em razão da quebra de confiança, face aos acontecimentos constantes nos autos, que tem que haver entre os advogados e clientes, requer, perante Vossa Excelência, e nos termos do arts. 682, e 686, ambos do Código Civil, A REVOGAÇÃO EXPRESSA DE TODOS OS PODERES OUTORGADOS, e que seja juntada a comunicação de revogação aos mandatários.

Requer-se ainda a comunicação também ao MM. Juízo, que entrará com procuração de seu novo patrono dentro do prazo legal.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

João Pessoa, 30 de março de 2000

REVOGAÇÃO DE MANDATO

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
NOME, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, CPF, RG, PROFISSÃO, ENDEREÇO COMPLETO, Pelo presente Instrumento, REVOGO todos os poderes anteriormente concedidos ao Dr (s)., brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na OAB/SP sob o nº. e, Dr., brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP, ambos com escritório na Rua, Fone, onde lhe era autorizado promover:

_____.

_____, _ **de** _____ de _

Outorgante

□ **Revogação de Mandato – Mapa Mental**

□ **O que é?**

- Documento jurídico que serve para cancelar oficialmente uma procuração, retirando do procurador os poderes de representação concedidos anteriormente.

□ **Finalidade**

- □ Encerrar o vínculo de representação entre outorgante e procurador.
- □ Formalizar a decisão de revogação perante terceiros e órgãos públicos.
- □ Possibilitar a nomeação de novo procurador, se necessário.

□ **Estrutura do Documento**

- □ Identificação do outorgante (quem concedeu a procuração).
- □ Identificação do procurador (quem recebeu a procuração).
- □ Declaração clara e expressa de revogação.
- □ Data e local.
- □ Assinatura do outorgante.

- Reconhecimento de firma (recomendado para maior segurança).

Benefícios

- Garante segurança jurídica ao outorgante.
- Impede que o procurador continue agindo em nome do outorgante.
- Facilita a comunicação da revogação a órgãos e terceiros.

Pontos de Atenção

- Notificar formalmente o procurador sobre a revogação.
 - Comunicar bancos, órgãos públicos ou empresas onde a procuração foi apresentada.
 - Registrar a revogação nos órgãos competentes, se necessário.
 - Atos praticados antes da revogação permanecem válidos.
-

Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

FAQ – Revogação de Mandato

1. O que é revogação de mandato?

É o ato formal de cancelar uma procuração, retirando do procurador os poderes de representação que lhe haviam sido concedidos.

2. Como fazer a revogação do mandato?

Por meio de documento escrito, identificando as partes, declarando a revogação, com data, local e assinatura do outorgante.

3. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório, mas é recomendado para dar mais segurança e validade ao documento.

4. O procurador deve ser comunicado?

Sim, é fundamental comunicar o procurador sobre a revogação para que ele não pratique mais atos em seu nome.

5. Preciso avisar órgãos públicos ou bancos?

Sim, especialmente se a procuração foi usada nesses locais, para evitar que o procurador continue agindo em seu nome.

6. Posso nomear outro procurador depois da revogação?

Sim, basta emitir uma nova procuração para o novo procurador.

7. A revogação tem efeito imediato?

Sim, a partir da comunicação ao procurador e a terceiros interessados.

8. Onde encontrar modelos de revogação de mandato?

Você encontra modelos prontos no [site Ademilson CS Advogados](#).

9. A revogação anula atos praticados antes dela?

Não. A revogação só impede novos atos; os já praticados continuam válidos.

10. Como tirar dúvidas ou obter orientações?

Acesse o [site oficial](#) ou entre em contato pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe as novidades pelo [Facebook](#)!

REVOGAÇÃO DE MANDATO – NOVO CPC

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ...ª VARA
_____ DA COMARCA DE

xxxxxxxxxxxxxxxx, já qualificados nos autos em epígrafe, que move contra xxxxxxxxxxxxxxxx, requer a Vossa Excelência que se digne em comunicar ao Dr. Nome completo do advogado a revogação do mandato que lhe foi conferido.

Nesta oportunidade, junta a procuração passada ao Dr. Nome completo do advogado, para que este assuma o patrocínio da causa

Nestes termos,
Pede deferimento.

[Local] [data]

□ **Revogação de Mandato – Novo CPC – Mapa Mental**

□ **O que é?**

- Documento jurídico utilizado para cancelar uma procuração, ou seja, retirar formalmente os poderes dados a um procurador, conforme as regras do Novo Código de Processo Civil (CPC).

□ **Finalidade**

- □ Encerrar a relação de representação jurídica entre outorgante e procurador.
- □ Formalizar a decisão e garantir segurança jurídica.
- □ Atender às exigências do Novo CPC para revogação de mandato em processos judiciais.

□ **Estrutura do Documento**

- □ Identificação do outorgante (quem concedeu a procuração).
- □ Identificação do procurador (quem recebeu a

procuração).

- □ Declaração expressa de revogação do mandato.
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante.
- □ Reconhecimento de firma (recomendado para maior segurança e validade).

⚖️ □ Pontos Especiais do Novo CPC

- □ Obrigação de comunicar o advogado/procurador revogado.
- □□ Comunicação obrigatória ao juízo onde tramita o processo.
- □□ O procurador revogado pode atuar por até 10 dias após a revogação para evitar prejuízo ao cliente, conforme o art. 112 do CPC.

□□ Benefícios

- □ Impede que o procurador continue agindo em nome do outorgante.
- □ Garante transparência e segurança jurídica no processo.
- □ Atende às normas do Novo CPC, evitando nulidades processuais.

□ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ FAQ – Revogação de Mandato (Novo CPC)

1. O que é a revogação de mandato segundo o Novo CPC?

É o ato formal de cancelar uma procuração judicial, conforme as regras do Novo Código de Processo Civil.

2. Como fazer a revogação do mandato?

Por meio de documento escrito, identificando as partes, declarando a revogação, com data, local e assinatura do outorgante.

3. Precisa comunicar o juiz?

Sim! É obrigatório comunicar o juízo onde tramita o processo para que a revogação tenha efeito no processo.

4. O advogado revogado pode continuar atuando?

Sim, pelo prazo de até 10 dias após a revogação, para não prejudicar o cliente (art. 112 do CPC).

5. Precisa reconhecer firma?

Não é obrigatório, mas é recomendado para dar mais segurança ao documento.

6. Preciso avisar o procurador revogado?

Sim, é fundamental comunicar formalmente o procurador/advogado

sobre a revogação.

7. Posso nomear outro advogado imediatamente?

Sim, basta emitir uma nova procuração para o novo advogado.

8. A revogação anula atos praticados antes dela?

Não, os atos anteriores à revogação permanecem válidos.

9. Onde encontrar modelos de revogação de mandato?

Você encontra modelos prontos no [site Ademilson CS Advogados](#).

10. Como tirar dúvidas ou obter orientações?

Acesse o [site oficial](#) ou entre em contato pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe as novidades pelo [Facebook](#)!

Notificação de Revogação de Procuração Ad Judicia.

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
Ao advogado Fulano de Tal

OAB/_ n.º ____

Endereço ...

Ref: Notificação de revogação de mandato de procuração

(nome, qualificação, endereço e CPF do notificante) por seu procurador, vem pela presente NOTIFICÁ-LO para fins de REVOGAR A PROCURAÇÃO outorgada pela notificante a V.Exa., bem como dos eventuais substabelecimentos dela resultante, relativo ao processo n. _____em trâmite perante a ...Vara Cível da Comarca de ...

(Local e data)

(Assinatura e Cliente).

=

☐ **Notificação de Revogação de Procuração ad judícia – Mapa Mental**

☐ **O que é?**

- É um documento formal utilizado para comunicar oficialmente a revogação (cancelamento) de uma procuração concedida para fins judiciais.

☐ **Finalidade**

- ☐ Encerrar os poderes dados ao advogado ou representante em processos judiciais.
- ☐ Notificar todas as partes interessadas (advogado, parte contrária e juízo) sobre a revogação.

- ⚠️ Garantir a transparência e evitar a prática de atos processuais em nome de quem revogou a procuração.

□ Como funciona?

- 📄 O outorgante (quem concedeu a procuração) elabora uma notificação de revogação.
- □ A notificação deve ser enviada ao advogado, ao juízo do processo e, quando necessário, à parte contrária.
- □ Recomenda-se protocolar nos autos do processo para dar ciência formal ao juiz e às partes.

□ Procedimento

- 1 □ Redigir a notificação comunicando a revogação.
- 2 □ Enviar ao advogado e protocolar nos autos do processo.
- 3 □ Comunicar o juízo e solicitar a exclusão do advogado dos autos.
- 4 □ Arquivar comprovantes do envio/protocolo para segurança jurídica.

□□ Garantias Legais

- □□ Direito do outorgante de revogar a procuração a qualquer tempo.
- ⚠️ O advogado deve abster-se de praticar novos atos após ser notificado.
- □ O processo só seguirá normalmente após ciência da revogação pelas partes e pelo juízo.

△ □ Observações

- □ O advogado pode cobrar pelos atos praticados até o momento da revogação.

- □ Importante nomear novo advogado para não ficar sem defesa no processo.
 - □ Guarde todos os comprovantes de comunicação.
-

□ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

□ FAQ – Notificação de Revogação de Procuração ad judícia

1. O que é revogação de procuração ad judícia?

É o ato de cancelar os poderes concedidos a um advogado para atuar em nome de alguém em processos judiciais.

2. Quem pode revogar a procuração?

Somente quem concedeu a procuração (outorgante) pode revogá-la.

3. Como faço a notificação de revogação?

Por meio de documento formal, entregue ao advogado, protocolado no processo e comunicado ao juiz.

4. Preciso comunicar o juiz?

Sim, para que o advogado seja oficialmente retirado dos autos e não pratique mais atos em seu nome.

5. O advogado pode continuar atuando após a revogação?

Não. Após ser notificado, ele deve se abster de qualquer ato no processo.

6. O que acontece se não nomear novo advogado?

Você pode ficar sem defesa no processo, o que pode ser prejudicial. O ideal é nomear outro advogado simultaneamente à revogação.

7. Preciso justificar a revogação?

Não é obrigatório justificar, basta comunicar formalmente.

8. O advogado pode cobrar por serviços já prestados?

Sim, ele tem direito aos honorários referentes aos atos já realizados até a revogação.

9. Como garantir que a revogação foi efetivada?

Guarde todos os comprovantes de envio, protocolo e comunicação ao juízo.

10. Onde encontrar modelos de notificação

de revogação?

No [site oficial](#) você encontra modelos prontos ou pode solicitar orientações pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe as novidades pelo [Facebook](#)!

Procuração – Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

_____, brasileiro, _____, portador do RG _____, CPF _____, residente e domiciliado à Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, através do presente instrumento particular de procuração, que assina, nomeia e constitui seu procurador o Dr. _____, brasileiro, casado, inscrito na OAB/____, sob o nº _____, com escritório à Rua _____, nº _____, sala _____, Bairro _____, CEP _____-____, nesta cidade, a quem confere todos os poderes, inclusive da cláusula *ad judicium* para ingressar em juízo ou repartição policial competente, com REPRESENTAÇÃO CRIMINAL contra o policial civil _____, brasileiro, casado, e investigador de polícia _____, brasileiro, casado, ambos trabalhando na DELEGACIA DE _____, sito à Rua _____, _____, Bairro _____, porque os mesmos invadiram a casa do requerente, sem o devido mandado judicial, revirando os pertences, ameaçando e prendendo o requerente, violando desta

forma o disposto na Lei nº 4.898/65, podendo dito procurador substabelecer.

_____, ____ de _____ de 20__.

⚖️ **Procuração para Representação Criminal – Mapa Mental**

0 que é?

- Documento jurídico pelo qual uma pessoa (outorgante) autoriza outra (outorgado, geralmente advogado) a representá-la em processos criminais.

Finalidade

-  Permitir que um advogado atue em nome do cliente em inquéritos e ações criminais.
-  Viabilizar a defesa, acompanhamento de processos, apresentação de recursos e demais atos judiciais.

Elementos Essenciais

-  Qualificação do outorgante (quem concede a procuração).
-  Qualificação do advogado (outorgado).
-  Especificação dos poderes concedidos (ex: defesa, recursos, audiências).
-  Data e local de assinatura.
-  Assinatura do outorgante.

☐ Procedimento

- 1☐☐ Preencher todos os dados corretamente.
- 2☐☐ Definir os poderes desejados (gerais ou específicos).
- 3☐☐ Assinar a procuração (reconhecimento de firma pode ser solicitado).
- 4☐☐ Entregar ao advogado para anexar ao processo criminal.

☐☐ Garantias Legais

- ☐☐ Permite que o advogado atue legalmente em nome do cliente.
- ☐ Garante direitos de defesa e acompanhamento do processo.
- ☐ Evita nulidades e problemas processuais por ausência de representação.

⚠☐ Observações Importantes

- ☐ Atenção à redação dos poderes (amplos ou restritos).
- ✍☐ Recomenda-se reconhecer firma da assinatura para maior segurança.
- ☐ Guarde uma cópia da procuração para controle.

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Procuração para Representação Criminal

1. Para que serve a procuração de representação criminal?

Para autorizar um advogado a representar o cliente em investigações e processos criminais.

2. Quem pode ser o outorgado?

Advogado regularmente inscrito na OAB.

3. É obrigatório reconhecer firma?

Não é obrigatório por lei, mas o reconhecimento de firma é recomendado para garantir autenticidade.

4. Quais poderes podem ser concedidos?

Desde poderes gerais (defesa em todos os atos) até poderes específicos (ex: apresentar recurso, participar de audiência).

5. Pode ser revogada?

Sim, a qualquer momento pelo outorgante, por meio de instrumento de revogação.

6. Preciso de uma procuração para cada processo?

Em regra, uma procuração pode servir para vários processos, desde que os poderes estejam claros e abrangentes.

7. Onde encontro um modelo de procuração

criminal?

No [site oficial](#) há modelos prontos para consulta e download.

8. A procuração é válida por tempo indeterminado?

Sim, salvo se houver prazo expresso ou revogação posterior.

9. Posso limitar os poderes do advogado?

Sim, basta especificar no texto da procuração quais poderes estão sendo concedidos.

10. Como tirar dúvidas ou pedir orientação sobre procuração?

Acesse o [site oficial](#) ou entre em contato pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe as novidades pelo [Facebook](#)!

Procuração – Assistente do MP

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – PODERES PARA ATUAÇÃO COMO ASSISTENTE DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

_____, brasileiro, casado, autônomo, RG sob nº _____, residente e domiciliado na rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, neste Estado, pelo presente Instrumento

Particular de Procuração, nomeia e constitui seu procurador o Advogado _____, brasileiro, solteiro, OAB/UF nº _____, a quem confere poderes especiais para intervir como **ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO**, nos autos do processo nº _____, que o Ministério Público move contra _____, brasileiro, casado, médico, CPF nº _____, residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, ap. _____, _____, UF, em trâmite perante a Vara Criminal da Comarca de _____, pela prática do ilícito penal previsto no artigo 121, *caput* do CP, figurando como vítima, _____, brasileiro, solteiro, securitário, CPF nº _____, residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, _____, UF, filho do outorgante.

Esta procuração tem por objetivo por permitir ao outorgado:

Produzir provas, elaborar alegações escritas e/ou verbais, fazer sustentação oral, receber notificações e intimações, interpor recursos, enfim, praticar todos os atos se fizerem necessários para o fiel e integral desempenho do presente mandato, podendo inclusive substabelecer, acompanhando o dito processo criminal em todos os graus de jurisdição, tomando todas as medidas necessárias para seu regular andamento.

_____, ____ de _____ de 200_.

OUTORGANTE

☐ Procuração – Assistente do Ministério Público (MP) – Mapa

Mental

□ O que é?

- Documento jurídico que permite a uma pessoa (assistente) atuar junto ao Ministério Público em processos criminais, representando interesses da vítima ou de terceiros.

□ Finalidade

- □□▯ Habilitar o assistente de acusação a atuar ao lado do MP no processo penal.
- ▯ Ampliar a defesa dos interesses da vítima, colaborando com o Ministério Público.

□ Como funciona?

- □□ A vítima ou representante legal outorga poderes a um advogado por meio de procuração.
- □ O advogado habilitado pode atuar como assistente de acusação, apresentando provas, recorrendo de decisões e acompanhando o processo.
- □□ A atuação do assistente é complementar à do Ministério Público.

□□ Procedimento

1□□ Elaboração da procuração com poderes específicos para atuação como assistente do MP.

2□□ Assinatura pela vítima ou representante legal.

3□□ Juntada da procuração nos autos do processo penal.

4□□ Habilitação do advogado como assistente de acusação perante o juiz.

☐☐ **Garantias Legais**

- ☐☐ Direito da vítima de se fazer representar por assistente de acusação.
- ⚖☐ O assistente pode apresentar quesitos, arrolar testemunhas, recorrer e participar das audiências.
- ☐ Atuação sempre em conjunto com o MP, nunca de forma independente.

⚠☐ **Observações**

- ☐ O assistente não pode substituir o Ministério Público, apenas complementar sua atuação.
- ☐ A procuração deve ser clara quanto aos poderes concedidos.
- ☐ O juiz precisa aceitar a habilitação do assistente.

☐ **Links Úteis**

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
- [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)

☐ **FAQ – Procuração Assistente do Ministério Público**

1. O que é um assistente do Ministério

Público?

É o advogado da vítima que atua ao lado do MP em processos criminais, ajudando na acusação.

2. Quem pode nomear um assistente do MP?

A vítima ou seu representante legal, por meio de procuração específica.

3. Quais poderes o assistente tem?

Pode apresentar provas, recorrer de decisões, participar de audiências e auxiliar o MP na acusação.

4. Precisa de advogado para ser assistente do MP?

Sim, obrigatoriamente deve ser advogado habilitado.

5. O assistente pode atuar sozinho no processo?

Não. Sempre atua em conjunto com o Ministério Público.

6. Como é feita a habilitação do assistente?

Com apresentação da procuração nos autos e aceitação pelo juiz do processo.

7. Quais documentos são necessários?

Procuração específica, documentos pessoais da vítima e do advogado.

8. O juiz pode negar a habilitação do assistente?

Sim, se não estiverem preenchidos os requisitos legais.

9. O assistente pode recorrer de decisões?

Sim, inclusive apresentar recursos em conjunto com o MP.

10. Onde posso encontrar modelos de procuração ou tirar dúvidas?

Acesse o [site oficial](#) ou entre em contato pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe as novidades pelo [Facebook](#)!

Procuração Penal Pessoa jurídica

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – PENAL – PESSOA JURÍDICA

_____ LTDA., pessoa jurídica de direito privado, que atua com o nome fantasia de _____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na cidade de _____ - ____, sito à Rua _____, nº _____, sala _____, B. _____, neste ato representada por sua diretora _____, brasileira, casada, bioquímica, portadora da Cédula de Identidade nº _____, expedida pela _____,

inscrita no CIC sob nº _____, residente e domiciliada na Rua _____, nº _____, B. _____, _____ – _____, nomeia e constitui, seu bastante procurador, _____, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o nº _____, CPF nº _____, com escritório profissional na Cidade de _____ – UF, na Rua _____, onde recebe intimações. Fone: _____ – Fax: _____, com a finalidade especial de oferecer no foro criminal desta comarca de _____, queixa-crime contra _____ brasileiro, solteiro, profissão _____, inscrito no CPF sob nº _____, e RG _____, residente e domiciliado na Rua _____, na Cidade de _____ – UF, visto ter o mesmo vendido terrenos que não eram de sua propriedade falsificando títulos de propriedade e registros cartorários, obtendo destarte, vantagem ilícita em proveito próprio e prejuízo alheio; podendo funcionar em todos os termos da ação, em qualquer instância, interpor recursos e requerer as providências legais e necessárias.

_____, ____ de _____ de 20__.

Diretora

Procuração Penal – Pessoa Jurídica – Mapa Mental

O que é?

- Documento jurídico pelo qual uma empresa (pessoa jurídica) autoriza um advogado a representá-la em processos penais.

□ Finalidade

- ✎ Permitir que a empresa seja formalmente representada em investigações e ações penais.
- □ Garantir defesa técnica qualificada em nome da pessoa jurídica.

□ Como funciona?

- □ O representante legal da empresa (diretor, sócio, administrador) outorga poderes a um advogado.
- □ A procuração deve especificar poderes para atuar em processos penais, podendo incluir poderes gerais e/ou específicos.
- □ O advogado passa a representar a empresa perante autoridades policiais, Ministério Público e Judiciário.

□□ Procedimento

- 1□□ Elaboração da procuração, com dados da empresa e do advogado.
- 2□□ Assinatura pelo representante legal da empresa.
- 3□□ Reconhecimento de firma, se exigido.
- 4□□ Juntada da procuração aos autos do processo penal.

□□ Garantias Legais

- □ Direito à ampla defesa e contraditório para a pessoa jurídica.
- □ O advogado pode apresentar defesas, recursos, acompanhar investigações e audiências.
- ✎ Atuação em nome da empresa em todas as fases do processo penal.

⚠️ Observações

- ️ A procuração deve ser clara quanto aos poderes concedidos.
 - ️ O representante legal deve comprovar poderes de administração.
 - ️ A empresa só pode ser responsabilizada penalmente nos casos previstos em lei (ex: crimes ambientais).
-

🔗 Links Úteis

- ️ [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - ️ [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

📖 FAQ – Procuração Penal Pessoa Jurídica

1. O que é uma procuração penal para pessoa jurídica?

É o documento que permite à empresa ser representada por advogado em processos penais.

2. Quem pode assinar a procuração pela empresa?

O representante legal (diretor, sócio, administrador com poderes de gestão).

3. Para que serve essa procuração?

Para garantir que a empresa tenha defesa técnica em investigações e ações penais.

4. Quais poderes devem constar na procuração?

Poderes para atuar em processos penais, podendo ser gerais ou específicos (ex: apresentar defesa, recorrer, acompanhar audiências).

5. Precisa reconhecer firma na procuração?

Em alguns casos pode ser exigido, principalmente para juntada em processos judiciais.

6. A empresa pode ser parte em processo penal?

Sim, nos casos previstos em lei, como crimes ambientais ou econômicos.

7. O advogado pode atuar em nome da empresa em todas as fases do processo?

Sim, desde que a procuração conceda os poderes necessários.

8. É necessário juntar outros documentos junto com a procuração?

Sim, normalmente é preciso anexar documentos que comprovem a representação legal (contrato social, ata de eleição, etc).

9. O que acontece se a empresa não apresentar defesa?

Pode ser decretada revelia, prejudicando o direito de defesa da empresa.

10. Onde encontrar modelos ou tirar dúvidas?

Acesse o [site oficial](#) ou entre em contato pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos, orientações ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe as novidades pelo [Facebook](#)!

Procuração Penal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – PENAL

Eu, _____ brasileiro, casado, profissão _____, inscrito no CPF sob nº _____, e RG _____, residente e domiciliado na Rua _____, na Cidade de _____ – UF, pelo presente instrumento de procuração, por mim escrito e assinado, constituo meu bastante procurador, o Dr. _____, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o nº _____, CPF nº _____, com escritório profissional na Cidade de _____ – UF, na Rua _____, nº ____, onde recebe intimações, para o fim especial de oferecer no foro criminal desta comarca QUEIXA-CRIME contra _____, brasileiro, casado, inscrito sob RG _____, e CPF _____, residente e domiciliado na Cidade de _____, Rua _____, Caixa Postal

_____, por infração do art. 138 do Código Penal, tendo-se em vista que no dia __/__/__, em presença de vizinhos, na rua onde moro, me foi imputado, por meio de palavras, fato considerado como crime, podendo funcionar em todos os termos da ação, em qualquer instância, interpor recursos e requerer as providências legais, necessárias, e, inclusive substabelecer, firmo-me.

_____, ____ de _____ de 20__.

☐ Mapa Mental – Procuração Penal

⚖☐ O que é uma Procuração Penal?

☐ Documento jurídico pelo qual o cliente (outorgante) dá poderes a um advogado (outorgado) para representá-lo em causas **criminais**.

☐☐♂☐ Quem pode conceder?

☐ Qualquer pessoa maior de 18 anos ou legalmente representada
☐☐ Pode ser assinada presencialmente ou digitalmente

☐☐ Finalidade

☐ Representação judicial e extrajudicial em:

- ☐ Inquérito policial
- ☐☐⚖☐ Ação penal (processo criminal)
- ☐☐ Situações de prisão, audiências e diligências
- ☐ Apresentações de defesas, recursos e habeas corpus

☐ Conteúdo essencial

- ☐ Nome completo do outorgante e do advogado
 - ☐ Número da OAB do advogado
 - ☐ Poderes específicos e gerais
 - ☐ Local e data
 - ☐ Assinatura (com firma reconhecida, se necessário)
-

☐ Como obter?

- ☐ Acesse o modelo gratuito:
[Procuração Penal – Documentos Jurídicos](#)
 - ☐☐ Faça o download, preencha os dados e assine
-

☐ Importância

- ⚠☐ Sem a procuração, o advogado não pode atuar formalmente no processo
 - ⚠☐ Documento essencial para garantir a **defesa técnica** do acusado
-

☐ Links úteis

- ☐ Acesse outros conteúdos jurídicos em:
→☐ ademilsoncs.adv.br
- ☐ Acompanhe atualizações e dicas em:
→☐ [Facebook oficial](#)

☐ FAQ – Dúvidas Frequentes sobre Procuração Penal

☐ 1. É obrigatória a assinatura com firma reconhecida?

Não obrigatoriamente. Em muitos casos, especialmente com documentos eletrônicos, a assinatura digital com certificação já é válida. No entanto, para algumas autoridades, o reconhecimento de firma pode ser exigido.

☐ 2. Posso preencher a procuração à mão?

Sim. O documento pode ser digitado ou escrito à mão, desde que seja legível e contenha todas as informações essenciais.

⚖☐ 3. Um advogado pode atuar sem a procuração assinada?

Não. Para representar alguém em processo penal, o advogado precisa estar formalmente constituído por meio da procuração penal.

☐ 4. A procuração tem prazo de validade?

Depende do que for especificado. Se não houver menção a prazo, a procuração é válida até ser revogada ou cumprida sua

finalidade.

☐☐ 5. A assinatura digital tem validade legal?

Sim. Desde que feita com certificado digital padrão ICP-Brasil, tem plena validade jurídica.

Procuração – Notitia criminis

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – NOTITIA CRIMINIS

_____, brasileiro, casado, metalúrgico, portador do CPF sob nº _____ e RG sob nº _____, residente e domiciliado à rua _____, nº ___, bairro _____, nesta cidade, nomeia e constitui seu bastante procurador o Dr. _____, brasileiro, solteiro, advogado, carteira da OAB-__ sob nº _____, com endereço profissional à rua _____, nº ___, bairro _____, também nesta cidade, a quem, desde já, concede poderes especiais para ingressar em juízo com um pedido de **NOTITIA CRIMINIS**, na ___ª Delegacia de Polícia, em face de _____, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada na Rodovia _____, Km 22, s/n, também nesta cidade, em razão do seguinte fato delituoso:

Na data de __/__/__, às 22 horas, o outorgante foi DIFAMADO E INJURIADO pela SRA. _____, acima indicada, no interior de sua residência, a qual o nominou de “ladrão”, “salafrário”, “filho da puta” e “charlatão”, sem que o outorgante desse quaisquer motivos para tanto.

Concede ainda ao outorgado poderes para recorrer de decisões administrativas, requerer diligências e perícias, impetrar mandado de segurança e substabelecer.

_____, __ de _____ de 200_.

☐ Mapa Mental – Procuração para Notitia Criminis

☐☐☐♀☐ O que é Notitia Criminis?

☐ É a **comunicação da ocorrência de um crime** à autoridade competente, normalmente à polícia ou ao Ministério Público.

☐ Serve para que o Estado tome ciência de um fato criminoso e inicie a apuração.

☐ O que é a Procuração para Notitia Criminis?

☐ Documento que **autoriza um advogado a representar a vítima ou comunicante** na formulação da denúncia do crime.

♣☐ É usada quando a vítima ou interessado **não quer ou não pode ir pessoalmente** até a delegacia ou órgão competente.

☐☐♀☐ Quem pode fazer?

☐ Qualquer pessoa maior de idade, **vítima ou representante legal**, que deseje comunicar um crime através de advogado.

Finalidade

- Apresentar denúncia de crime (notitia criminis)
 - Solicitar providências à polícia ou ao Ministério Público
 - Acompanhar a investigação
 - Proteger os direitos da vítima desde o início da apuração
-

O que deve conter?

- Nome e dados da pessoa outorgante
 - Dados do advogado (nome e OAB)
 - Especificação dos poderes (inclusive para peticionar, acompanhar inquérito etc.)
 - Assinatura (com firma reconhecida, se possível)
-

Como fazer?

- Acesse o modelo gratuito no site:
 - [Procuração Notitia Criminis – Documentos Jurídicos](#)
 - Baixe, preencha, assine e entregue ao advogado
-

Benefícios

- Facilita o acesso à justiça
- Protege vítimas vulneráveis
- Evita constrangimentos pessoais
- Garante atuação profissional desde o início

☐ Links importantes

☐ Mais conteúdos e documentos:

-☐ ademilsoncs.adv.br

☐ Novidades e orientações jurídicas:

-☐ facebook.com/ademilsoncs.adv

☐ FAQ – Perguntas Frequentes sobre a Procuração para Notitia Criminis

1. ☐O que é notitia criminis, exatamente?

Resposta: É a comunicação feita à autoridade policial ou ao Ministério Público informando sobre um fato que pode constituir crime. Pode ser feita por qualquer pessoa.

2. ☐A procuração é obrigatória para denunciar um crime?

Resposta: Não. Qualquer pessoa pode ir pessoalmente à delegacia. No entanto, a procuração é necessária se a denúncia for feita por um advogado em nome da vítima.

3. ☐Quais crimes podem ser denunciados

com essa procuração?

Resposta: Qualquer crime, especialmente os que envolvem vítimas vulneráveis, como violência doméstica, crimes sexuais, ameaças, estelionato, etc.

4. Posso usar essa procuração para acompanhar o inquérito policial?

Resposta: Sim. Ela pode incluir poderes para o advogado acompanhar a investigação, peticionar, solicitar diligências e garantir os direitos da vítima.

5. A assinatura precisa ter firma reconhecida?

Resposta: É recomendável, especialmente quando será usada perante órgãos públicos. Mas não é exigência absoluta em todos os casos.

6. Posso fazer a procuração digitalmente?

Resposta: Sim, desde que utilize certificado digital com validade jurídica, como o padrão ICP-Brasil.

7. ☐ Quanto tempo vale essa procuração?

Resposta: Não há prazo fixo, mas ela é válida enquanto não for revogada ou até o fim da investigação, dependendo do que estiver redigido no documento.

8. ☐ A vítima precisa comparecer em algum momento?

Resposta: Em muitos casos, não. O advogado, com a procuração, pode representar a vítima do início ao fim da denúncia.

9. ☐ É possível incluir mais de um advogado na procuração?

Resposta: Sim. Basta incluir os dados de todos os profissionais que representarão o outorgante.

10. ☐ Onde posso encontrar um modelo pronto e gratuito?

Resposta: No site oficial do advogado Ademilson Carvalho:

→☐

https://ademilsoncs.adv.br/documentos_juridicos/procuracao-notitia-criminis/

Procuração – Mandado de Segurança

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA

_____, brasileiro, casado, metalúrgico, portador do CPF sob nº _____ e RG sob nº _____, residente e domiciliado à rua _____, nº ____, bairro _____, nesta cidade, nomeia e constitui seu bastante procurador o Dr. _____, brasileiro, solteiro, advogado, carteira da OAB-__ sob nº ____, com endereço profissional à rua _____, nº ____, bairro _____, também nesta cidade, a quem concede poderes especiais para impetrar **MANDADO DE SEGURANÇA** contra ato do ILMO. SR. DR. _____, Delegado de Polícia da __ª Delegacia de Polícia, praticando todos os atos necessários para o bom e completo desempenho do presente mandato.

Concede ainda ao outorgado poderes para recorrer judicialmente e substabelecer.

_____, ____ de _____ de 200__.

OUTORGANTE

☐ Mapa Mental – Procuração para Mandado de Segurança

⚖☐ O que é Mandado de Segurança?

☐ É um **remédio constitucional** utilizado para proteger direito líquido e certo, quando alguém sofre **ilegalidade ou abuso de poder** praticado por autoridade pública ou agente de pessoa

jurídica no exercício de atribuições do poder público.

☐☐ O que é a Procuração para Mandado de Segurança?

☐ Documento que **autoriza formalmente um advogado** a representar o interessado em um **pedido de mandado de segurança** perante o Judiciário.

☐ Quem pode utilizar?

☐☐☐ Qualquer pessoa física ou jurídica que teve seu direito violado ou ameaçado por **ato de autoridade pública**.

☐ Para que serve?

- ☐ Ingressar com mandado de segurança
 - ☐ Representar o cliente perante o Judiciário
 - ☐ Requerer liminar (tutela de urgência)
 - ☐ Acompanhar o processo e interpor recursos
-

☐☐ O que deve conter?

- ☐ Nome completo e qualificação do outorgante
- ☐ Nome e número da OAB do advogado
- ☐ Poderes específicos para impetração de mandado de segurança
- ☐ Local, data e assinatura

☐ Reconhecimento de firma (recomendável)

☐ Como usar?

☐ Baixe o modelo pronto no site

☐☐ Preencha com os dados necessários

☐☐ Assine e entregue ao advogado para protocolo imediato

→☐ Acesse: [Procuração Mandado de Segurança – Documentos Jurídicos](#)

☐ Vantagens

☐ Agilidade no ingresso com a ação

☐ Garantia de atuação jurídica completa

☐ Permite requerer liminar com urgência

☐ Protege direitos fundamentais

☐ Links úteis

☐ Para mais modelos jurídicos:

→☐ ademilsoncs.adv.br

☐ Dicas e novidades no Facebook:

→☐ facebook.com/ademilsoncs.adv

☐ FAQ – Perguntas Frequentes sobre

Procuração para Mandado de Segurança

1. O que é necessário para impetrar um mandado de segurança?

Resposta: Um direito líquido e certo violado ou ameaçado por ato de autoridade pública, e uma procuração com poderes específicos para o advogado impetrar a ação.

2. Qual é a função da procuração nesse contexto?

Resposta: Autorizar o advogado a representar o interessado judicialmente no mandado de segurança, inclusive para pedir liminar e atuar em todas as fases do processo.

3. A assinatura da procuração precisa de firma reconhecida?

Resposta: Não é obrigatório por lei, mas é **altamente recomendável**, especialmente quando a petição é dirigida diretamente a tribunais superiores ou envolve urgência.

4. Posso usar assinatura digital?

Resposta: Sim, desde que feita com certificado digital válido (ICP-Brasil), tem a mesma validade jurídica da assinatura física com firma reconhecida.

5. Posso nomear mais de um advogado?

Resposta: Sim. Basta incluir os nomes e OABs de todos os advogados que atuarão no caso.

6. Quem pode ser parte no mandado de segurança?

Resposta: Qualquer pessoa física ou jurídica que tenha sofrido violação ou ameaça a direito líquido e certo por ato de autoridade pública ou agente no exercício de função pública.

7. Qual o prazo para entrar com mandado de segurança?

Resposta: O prazo é de **120 dias** a partir da ciência do ato que violou o direito do interessado.

8. Qual a vantagem de usar mandado de segurança?

Resposta: É um meio rápido e eficaz para proteger direitos contra ilegalidades da administração pública, podendo ter **decisão liminar imediata**.

9. ☐ Preciso de advogado para impetrar o mandado?

Resposta: Sim. A impetração de mandado de segurança **exige a atuação de um advogado habilitado.**

10. ☐ Onde encontro um modelo de procuração para esse fim?

Resposta: Você pode acessar gratuitamente o modelo completo no site:

→☐

https://ademilsoncs.adv.br/documentos_juridicos/procuracao-mandado-de-seguranca/

☐ Links complementares

☐ Acesse outros conteúdos e documentos úteis:

→☐ <https://ademilsoncs.adv.br>

☐ Dicas jurídicas no Facebook:

→☐ <https://www.facebook.com/ademilsoncs.adv/>

Procuração – Cláusula ad judicium

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025
PROCURAÇÃO – CLÁUSULA AD JUDICIA

Por este instrumento particular de procuração, _____, bancário, portador do RG _____, CPF _____, residente e domiciliado à Rua _____, nº ____, Bairro _____, _____ - ____, constitui e nomeia seu bastante procurador o advogado _____, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/___ nº _____, com escritório à Rua _____, nº ____, sala ____, Bairro _____, _____ - ____, a quem confere os poderes da cláusula *ad judicium* e especiais para ingressar em juízo com uma representação criminal ou queixa-crime nos termos do artigo 100, § 2º do Código Penal e artigo 44 do Código de Processo Penal, contra _____, brasileiro, solteiro, _____, portador do RG _____, residente e domiciliado à Rua _____, ____, Bairro, _____, pois na data de __/__/__ (narrar o fato), violando desta forma os artigos 138 e 139 do Código Penal, podendo dito procurador substabelecer com ou sem reservas de iguais poderes.

_____, ____ de _____ de 20__.

Mapa Mental – Procuração com Cláusula Ad Judicium

O que é a cláusula “Ad Judicium”?

- A cláusula “ad judicium” confere ao advogado **plenos poderes para atuar judicialmente** em nome de seu cliente.
 - É uma **autorização formal** que permite ao advogado representar o outorgante **em processos judiciais** de qualquer natureza.
-

□ O que é a Procuração com Cláusula Ad Judicia?

□ Documento jurídico que nomeia e constitui advogado para **defender, representar ou agir judicialmente** em causas do outorgante, com todos os poderes legais.

□ Quem pode utilizar?

□^{art} Pessoas físicas e jurídicas que necessitem ser representadas por advogado em:

- Ações cíveis, criminais, trabalhistas, etc.
 - Processos judiciais de qualquer instância
 - Procedimentos em tribunais
-

□ Finalidade

- ^{art} Atuar em **todos os tipos de processos judiciais**
 - Praticar atos processuais
 - Apresentar defesa, recursos e requerimentos
 - ^{art} Firmar compromissos e termos judiciais
-

□^{art} O que deve conter?

- Dados do outorgante (quem assina)
- Dados do advogado (nome e OAB)
- Cláusula clara de poderes “ad judicia”
- Local, data e assinatura

☐ Preferencialmente, **firma reconhecida**

☐ **Como fazer?**

☐ Acesse o modelo gratuito no site

☐☐ Preencha os campos necessários

☐☐ Assine e entregue ao advogado para utilização nos autos

☐ [Baixe o modelo aqui](#)

☐ **Benefícios**

☐ Regulariza a representação processual

☐ Evita nulidades no processo

☐ Permite ao advogado agir com agilidade

☐ Documento essencial para ajuizamento ou defesa em ações judiciais

☐ **Links importantes**

☐ Mais conteúdos e modelos jurídicos:

-☐ <https://ademilsoncs.adv.br>

☐ Acompanhe novidades e conteúdos nas redes sociais:

-☐ <https://www.facebook.com/ademilsoncs.adv/>

☐ **FAQ – Perguntas Frequentes sobre**

Procuração com Cláusula Ad Judicia

1. O que significa “ad judicia”?

Resposta: É uma expressão em latim que significa “para fins judiciais”. Na prática, autoriza o advogado a representar o cliente em juízo.

2. A cláusula “ad judicia” permite atuação extrajudicial?

Resposta: Não necessariamente. Para isso, deve-se incluir também a cláusula “ad negotia”, que autoriza a atuação fora do processo judicial.

3. A procuração com essa cláusula serve para qualquer tipo de processo?

Resposta: Sim. Desde que não haja limitações no texto, ela autoriza o advogado a atuar em **qualquer processo judicial**, seja cível, penal, trabalhista etc.

4. É necessário reconhecer firma da assinatura?

Resposta: Não é obrigatório por lei, mas é altamente recomendável, principalmente para **evitar questionamentos ou impugnações futuras**.

5. A procuração com cláusula ad judicium tem prazo de validade?

Resposta: Não. Ela permanece válida até que o cliente a revogue formalmente ou até o fim do processo no qual foi usada.

6. Pode-se nomear mais de um advogado no mesmo documento?

Resposta: Sim. Basta incluir os dados de todos os advogados, podendo atuar de forma conjunta ou separada, conforme a vontade do outorgante.

7. Posso assinar digitalmente essa procuração?

Resposta: Sim, desde que utilize um certificado digital válido, com padrão **ICP-Brasil**, o que confere **validade jurídica plena**.

8. A falta dessa procuração pode invalidar um processo?

Resposta: Sim. O advogado só pode atuar com poderes formais. A ausência da procuração pode levar à nulidade de atos processuais.

9. Quais atos o advogado pode praticar com essa cláusula?

Resposta: Todos os atos judiciais permitidos por lei: apresentar petições, interpor recursos, firmar acordos, participar de audiências, etc.

10. Onde encontro um modelo confiável da procuração ad judícia?

Resposta: No site do advogado Ademilson Carvalho:

->

https://ademilsoncs.adv.br/documentos_juridicos/procuracao-clausula-ad-judicia/

☐ Dica final:

Acesse conteúdos e modelos confiáveis diretamente pelo site:

-> <https://ademilsoncs.adv.br>

☐ Para novidades e dicas jurídicas:

-> <https://www.facebook.com/ademilsoncs.adv/>

Procuração Ação Privada

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

P R O C U R A Ç Ã O

Outorgante: FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do Rg nº 123456-órgão emissor/UF, inscrito no CPF sob nº 000.000.000-00, residente e domiciliado à Rua TAL, nº 123, bairro, cidade/UF;

Outorgado: ADVOGADO (A), brasileiro (a), inscrito (a) na OAB/UF sob nº XXX. XXX, com escritório profissional na Rua TAL, nº 123, bairro, Cidade-UF, CEP: 00.000-000, onde o (a) outorgado (a) deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, os outorgantes nomeiam e constituem os outorgados como seus procuradores para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando, os mesmos, investidos nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do C. P. C. e art. 44 do CPP, especialmente para promover **representação criminal – queixa crime em face a BELTRANO DE TAL, noticiados no Termo Circunstanciado nº 0000/00000**, pelo crime previsto no art. xxxx do Código Penal, usando de todos os recursos legais e acompanhando-a até decisão final. Confere ainda aos outorgados os poderes especiais para requerer, desistir, transacionar, conciliar, assinar termo de denúncia e conciliação, renunciar, desistir, transigir, em juízo ou fora dele, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Cidade/UF, data.

Assinatura outorgante

☐ Mapa Mental – Procuração para Ação Penal Privada

⚖️ O que é a Ação Penal Privada?

⚖️ É o tipo de processo criminal em que **somente a vítima ou seu representante legal** pode iniciar a ação judicial, através de **queixa-crime**.

☐ Exemplo de crimes:

- Calúnia
 - Difamação
 - Injúria
 - Outros crimes contra a honra e de menor potencial ofensivo
-

☐ O que é a Procuração para Ação Penal Privada?

☐ É o **documento que dá poderes formais a um advogado** para representar a vítima na **apresentação da queixa-crime**, prática de atos judiciais, recursos e demais diligências.

☐ Quem pode fazer?

☐♀☐ Qualquer pessoa maior de idade, ou representada legalmente, que tenha sido vítima de um crime de ação penal privada e queira constituir advogado para agir em juízo.

☐ Para que serve?

-  Propor queixa-crime
 -  Praticar atos processuais
 -  Acompanhar o processo penal
 -  Interpor recursos
 -  Representar a vítima em audiências
-

O que deve conter?

-  Nome completo e qualificação do outorgante
 -  Nome e OAB do advogado
 -  Poderes específicos para **ajuizar e prosseguir com queixa-crime**
 -  Cláusula ad judicium (para atuação em juízo)
 -  Assinatura com **firma reconhecida** (preferencialmente)
-

Como obter?

-  Acesse, baixe e preencha o modelo pronto disponível em:
 -  [Modelo gratuito de Procuração para Ação Penal Privada](#)
-

Vantagens

-  Formaliza a atuação do advogado
 -  Garante validade legal à queixa-crime
 -  Evita nulidades no processo
 -  Permite atuação ativa da vítima na ação penal
-

☐ Links úteis

☐ Outros modelos e conteúdos jurídicos:

-☐ <https://ademilsoncs.adv.br>

☐ Acompanhe dicas e novidades jurídicas:

-☐ <https://www.facebook.com/ademilsoncs.adv/>

☐ FAQ – Perguntas Frequentes sobre a Procuração para Ação Penal Privada

1. ☐O que é ação penal privada?

Resposta: É aquela em que o Estado só age mediante provocação da vítima, que deve apresentar a queixa-crime por meio de advogado constituído.

2. ☐Por que preciso de uma procuração para isso?

Resposta: Porque somente com poderes formais (por escrito) o advogado pode propor e conduzir a ação penal privada em nome da vítima.

3. ☐A assinatura da procuração precisa ter firma reconhecida?

Resposta: Sim, especialmente para ações penais privadas, o reconhecimento de firma é **altamente recomendado** para garantir

autenticidade.

4. ☐ A procuração serve apenas para iniciar a ação?

Resposta: Não. Ela deve conter poderes para o advogado **atuar em todas as fases do processo**, inclusive recursos e audiências.

5. ☐ Qual o prazo para entrar com a queixa-crime?

Resposta: O prazo é de **6 meses** a partir do conhecimento da autoria do crime.

6. ☐ Posso nomear mais de um advogado na mesma procuração?

Resposta: Sim. Basta indicar os dados de todos os profissionais autorizados, podendo atuar conjunta ou separadamente.

7. ☐ Posso usar assinatura digital?

Resposta: Sim, desde que a assinatura digital seja feita com **certificado ICP-Brasil**, ela tem **validade jurídica plena**.

8. ❑ A ausência da procuração invalida o processo?

Resposta: Sim. Sem a procuração, o advogado não pode propor a queixa-crime. A ausência pode levar à **extinção do processo**.

9. ❑ A vítima precisa comparecer em audiência?

Resposta: Não necessariamente. O advogado constituído por procuração pode representá-la em diversos atos, salvo quando o juiz determinar a presença.

10. ❑ Onde posso baixar um modelo de confiança?

Resposta: Você pode baixar gratuitamente no site:

→❑

https://ademilsoncs.adv.br/documentos_juridicos/procuracao-acao-privada/

❑ Para outros conteúdos e modelos jurídicos:

❑ <https://ademilsoncs.adv.br>

❑ Dicas e atualizações:

❑ <https://www.facebook.com/ademilsoncs.adv/>

Procuração – Genérica

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2025

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE:, nacionalidade, estado civil, profissão, portador de cédula de identidade nº ____-órgão emissor/UF, inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado à Rua _____, nº __, bairro, cidade/UF;

OUTORGADO: Advogado, brasileiro (a), inscrito na OAB/UF sob nº ____, com domicílio profissional na Rua _____, nº __, Bairro, Cidade/UF, CEP, onde o outorgado deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ***ad judicium et extra***, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando investido nos poderes para o foro em geral previsto no art. 105 do CPC, especialmente para promover **sua defesa criminal nos autos de nº _____, movido em seu desfavor** pela imputação de crime previsto no **art. _____ do Código Penal**, podendo ainda, requerer revogação de prisão preventiva, relaxamento de prisão, impetrar habeas corpus, apresentar defesa prévia, alegações finais, produzir provas e tudo o mais que for necessário ao cumprimento fiel deste mandato, receber intimações e notificações, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Local e data.

Outorgante

□ Mapa Mental – Procuração Genérica

□ O que é?

A **Procuração Genérica** é um documento que **autoriza outra pessoa a representá-lo em diversos atos jurídicos e administrativos**, sem especificar uma única finalidade.

□ Pode ser utilizada para nomear um procurador com poderes **amplos e gerais**, conforme o interesse do outorgante.

□□♂□ Quem pode conceder?

Qualquer pessoa **maior de 18 anos e legalmente capaz**, seja **pessoa física ou jurídica**.

□ Para que serve?

□ Autorizar outra pessoa a:

- Assinar documentos
 - Representar em cartórios, bancos e repartições públicas
 - Realizar transações comerciais ou legais
 - Praticar atos em nome do outorgante em situações diversas
-

☐☐ 0 que deve conter?

☐ Elementos essenciais:

- Nome e dados do outorgante (quem concede os poderes)
 - Nome e dados do procurador (quem recebe os poderes)
 - Descrição dos poderes concedidos (de forma ampla)
 - Local, data e assinatura
 - Preferencialmente, **firma reconhecida**
-

👉☐ Como elaborar?

☐ Acesse o modelo gratuito no site:

☐ [Modelo de Procuração Genérica](#)

☐☐ Baixe, preencha e assine

☐ Use firma reconhecida em cartório para garantir autenticidade

☐ Vantagens

- ☐ Versatilidade de uso
 - ☐ Útil para situações emergenciais ou de confiança
 - ☐ Evita burocracia excessiva em ações simples
 - ☐ Economiza tempo com múltiplos documentos
-

☐ Links úteis

☐ Outros modelos e conteúdos jurídicos:

-☐ <https://ademilsoncs.adv.br>

☐ Acompanhe conteúdos atualizados nas redes sociais:

☐ FAQ – Perguntas Frequentes sobre a Procuração Genérica

1. ☐O que diferencia a procuração genérica da específica?

Resposta: A genérica concede poderes amplos e variados, enquanto a específica é destinada a um ato único ou situação determinada.

2. ☐Posso usar a procuração genérica em bancos e cartórios?

Resposta: Sim, desde que seja aceita pela instituição e contenha os poderes necessários. Muitos exigem firma reconhecida.

3. ☐A procuração genérica tem prazo de validade?

Resposta: Só se for estipulado no próprio documento. Caso contrário, permanece válida até ser revogada ou cumprida sua finalidade.

4. ☐ É obrigatório reconhecer firma?

Resposta: Não é obrigatório, mas **altamente recomendado**, pois garante mais segurança jurídica ao documento.

5. ☐ Posso revogar a qualquer momento?

Resposta: Sim. A revogação pode ser feita por escrito e, de preferência, com **notificação formal ao procurador**.

6. ☐ Serve para representação judicial?

Resposta: Pode conter poderes judiciais, mas **recomenda-se incluir a cláusula “ad judicia”** para garantir validade perante juízos.

7. ☐ Posso incluir mais de um procurador?

Resposta: Sim. Basta listar todos os nomes e dados, especificando se eles atuam **juntos ou separadamente**.

8. ☐ Posso assinar digitalmente a procuração?

Resposta: Sim, desde que seja com **certificado digital válido (ICP-Brasil)**, o documento terá **plena validade legal**.

9. Qual o risco de uma procuração genérica?

Resposta: Justamente pela amplitude dos poderes, é preciso confiar plenamente no procurador, pois ele poderá **agir em nome do outorgante** em diversas situações.

10. Onde posso encontrar um modelo confiável?

Resposta: No site do advogado Ademilson Carvalho:

->

https://ademilsoncs.adv.br/documentos_juridicos/procuracao-genetica/

Para mais modelos e orientações jurídicas, acesse:

-> <https://ademilsoncs.adv.br>

Acompanhe dicas práticas e atualizações em:

-> <https://www.facebook.com/ademilsoncs.adv/>